

ESTADO DA NAÇÃO EM TEMPO DE CRISES

Emergências, Resiliência e Sustentabilidade

Outubro de 2022



Caros cabo-verdianas e cabo-verdianos

O Estado da Nação 2022 é marcado por um mundo em crise e por tempos difíceis e exigentes devido aos efeitos da pandemia da COVID 19, da Guerra na Ucrânia e das mudanças climáticas. Cabo Verde faz parte deste mundo e sofre os impactos das crises.

A pandemia da COVID-19 lançou a Economia Mundial na pior recessão desde a Segunda Guerra Mundial.

A crise pandémica gerou impactos dramáticos na pobreza e nas desigualdades globais.

Provocou o aumento da dívida pública a nível global. Em 2020, a dívida pública disparou em todo o mundo. Teve o maior aumento em 50 anos.

A Guerra na Ucrânia resultante da invasão da Rússia piorou a situação económica, social e humanitária em vários países do mundo, com particular incidência nos países menos desenvolvidos.

Mais de 263 milhões de pessoas no mundo estão em risco de pobreza extrema e muitos em situação de fome, particularmente em África.

Antes do início da guerra, os dados de 2021 indicavam uma dinâmica de recuperação económica global que se projetava para retornar em 2022 e 2023, aos níveis de crescimento registados antes da pandemia.

Devido aos impactos da guerra na Ucrânia, o FMI projeta para a economia mundial um crescimento de 3,6% para 2022 e 2023, contra 6,15% registado em 2021.

A inflação nos Estados Unidos e em alguns países europeus, tem atingido o valor mais alto registado em mais de 40 anos.

A incerteza em torno das projeções macroeconómicas é considerável, muito além da extensão habitual.

O Mundo está a sofrer efeitos das mudanças climáticas marcadas por: (1) aumento anormal da temperatura média; (2) ocorrência mais frequente e intensa de fenómenos meteorológicos extremos como períodos longos de seca severa, intensificação das tempestades, ocorrência de incêndios mais frequentes; (3) escassez de água potável; (4) aumento do nível do mar.

Este é o contexto que todos os países do mundo estão a viver. Cabo Verde faz parte deste mundo e sofre fortemente os impactos das crises.

As secas severas que acontecem desde 2017, provocaram quebra da produção agrícola e da contribuição da agricultura no PIB. As famílias rurais foram as mais afetadas, tiveram quebra na produção e no rendimento, com forte impacto na sua economia e na situação alimentar e nutricional.

Programas de Mitigação da Seca e de Maus Anos Agrícolas têm sido implementados desde 2017. As medidas de mitigação e a tenacidade e resiliência dos agricultores, criadores de animais e famílias permitiram resistir aos efeitos da seca e continuar a produzir mesmo em condições muito difíceis.

Mesmo em situação de seca severa, atingimos, de 2016 a 2019, taxas elevadas de crescimento económico, num quadro de baixa inflação, redução da dívida pública e de posição externa forte.

A pandemia da Covid-19 interrompeu a dinâmica do crescimento económico, de consolidação fiscal e de criação de empregos.

Prioridades da governação foram alteradas para colocar foco em salvar vidas, proteger o emprego, as empresas e o rendimento, assegurar cuidados e ao mesmo tempo investir na recuperação dos impactos gravosos da crise pandémica.

À semelhança do que aconteceu com vários países do mundo, a pandemia da COVID 19 provocou em Cabo Verde, a maior contração económica de sempre; aumento da dívida pública; aumento da taxa de desemprego; aumento da pobreza; e agravamento da segurança alimentar e nutricional das famílias.

Segundo o Banco Mundial, Cabo Verde é dos 15 países do mundo mais afetados pela crise económica e social provocada pela pandemia.

Fizemos uma boa gestão da pandemia. Protegemos pessoas, famílias, trabalhadores e empresas. Devemos ter orgulho pelo facto de Cabo Verde ser dos cinco países africanos com maior nível de vacinação, muito superior às médias mundiais e da África subsariana.

Estímulos ao crédito à economia através de Política Monetária acomodatória, medidas de proteção do emprego e das empresas tiveram um impacto determinante para evitar a falência massificada de empresas, com graves consequências sobre o emprego e o rendimento.

Medidas de proteção de rendimentos e cuidados beneficiaram milhares de famílias e tiveram importante impacto na mitigação dos efeitos da grave crise económica e social provocada pela pandemia da COVID 19.

A guerra na Ucrânia veio agravar o quadro económico e social do país. Depois da forte contração económica em 2020, o ano de 2021 dava sinais claros de retoma económica: a economia cresceu 7%, com baixa inflação (1,9%). Os efeitos da Guerra podem fazer a inflação disparar para 7,9% em 2022.

A prioridade volta novamente a ser, mitigar os efeitos de mais uma crise com impactos gravosos sobre o país. Sem as medidas de estabilização de preços, a inflação poderia situar-se, neste ano de 2022, em 11,3%, bem acima dos 7,9% estimados. Evitámos consequências muito graves para as pessoas e para as empresas mitigando os impactos dos aumentos internacionais nos preços internos dos combustíveis e da eletricidade.

As medidas adotadas têm permitido estabilizar os preços dos produtos alimentares de 1ª necessidade e aumentar a capacidade de stock de milho no país.

Para mitigar o impacto da escalada de preços decorrente da guerra na Ucrânia estima-se em três milhões de contos, o investimento para estabilizar os preços de produtos alimentares de primeira necessidade, realizar trabalhos públicos para propiciar rendimento às famílias mais atingidas pela insegurança alimentar, reforçar as refeições nas cantinas escolares e bonificar os preços de ração animal.

Mais de cinco milhões de contos até dezembro deste ano será o investimento que o Governo terá que fazer para estabilizar os preços dos combustíveis e da

eletricidade, de forma a impedir que os valores atinjam níveis catastróficos para as famílias e as empresas.

As obras realizadas no âmbito do PRRA foram retomadas, dando continuidade a uma grande dinâmica de investimentos que permitiu construir e reabilitar mais de 150 km de estradas e desencravar várias localidades a nível nacional.

Um novo pacote de investimentos na construção e reabilitação de estradas, requalificação urbana e de orlas marítimas irá ser lançado com impacto na dinamização da construção civil, no emprego e no rendimento das famílias de baixa renda.

Mais 3.000 novos pensionistas do regime não contributivo irão ser integrados, permitindo assim rendimento a idosos muito vulneráveis às crises e a sua saída de pobreza extrema.

Cinco mil famílias serão mantidas com Rendimento Social de Inclusão.

Neste contexto de crises, reforçamos os direitos e a proteção das crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência através de: (1) subsídio do ensino pré-escolar, gratuidade do ensino básico e secundário, integração de alunos com necessidades educativas especiais e gratuidade em todos os níveis de ensino, formação profissional e ensino superior para pessoas com deficiência; (2) acesso à arte e cultura a adolescentes e jovens através do Programa BA-Cultura; (3) acesso ao Rendimento Social de Inclusão com prioridade a famílias com crianças e adolescentes até 15 anos de idade; (4) proteção contra o tráfico de crianças e combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes; (5) oferta de Cuidados a crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e idosos; (6) aumento do valor da pensão social do regime não contributivo e do número de beneficiários e aprovação da Lei que define o Estatuto da Pessoa Idosa.

Melhoramos a posição de Cabo Verde na paridade de género ao subir vinte e três posições no ranking dos países com maior igualdade, segundo o Relatório do Fórum Económico Mundial sobre a igualdade de género, um estímulo para reforçar as medidas destinadas a promover a igualdade e a equidade.

Na proteção às famílias, a habitação é um ponto crítico. O país tem um grave problema de habitação e de habitabilidade. A prioridade dos investimentos públicos tem sido a reabilitação de casas das famílias mais pobres a nível nacional e o realojamento das extensas zonas de barracas no Sal, na Boavista e em S. Vicente.

A curto prazo, estão em processo o lançamento de concurso para a construção de 197 casas sociais na Praia e 256 em S. Vicente e contratos programa com as câmaras municipais para a reabilitação de casas.

A médio e longo prazo, teremos que investir 256 milhões de euros para responder ao défice qualitativo existente de 40 mil casas, sem contar com o défice quantitativo.

Recursos do Fundo do Ambiente estão afetados com prioridade para investimentos, em parceria com os municípios, para permitir o acesso de famílias mais pobres e vulneráveis à rede de água e de esgotos e a instalações sanitárias.

O aumento do desemprego tem sido uma das consequências mais dramáticas das sucessivas crises. Estava a descer em 2019 e voltou a crescer com a pandemia, atingindo de forma particular os jovens.

Dados demonstram que as medidas adotadas pelo Governo estão no caminho certo para reduzir o desemprego jovem estimado em cerca de 23.000 jovens. Os programas de formação profissional, estágios profissionais e de

empreendedorismo registam altas taxas de inserção no Mercado de Trabalho: 73.5%, 70.4% e 78.3%, respetivamente. Com a economia a voltar a crescer, obviamente aumentará a oferta de emprego e os níveis de empregabilidade.

O Programa Start-Up Jovem financiou 440 projetos, através de crédito concedido, fez com que jovens criassem as suas próprias empresas, emprego para si e para outros.

As oportunidades que se abrem ao nível da economia digital estão a ser preparadas com ofertas de formação e de qualificação de jovens e condições fiscais e financeiras favoráveis ao empreendedorismo. A conclusão dos parques tecnológicos da Praia e de S. Vicente irá impulsionar o dinamismo da economia digital e a criação de emprego qualificado.

Lançamos o programa Aldeias Rurais Turísticas, reforçamos os financiamentos das linhas de crédito e criamos linhas específicas para Start Ups, Agro-Negócio e Pesca Semi-Industrial. Oferecem oportunidades para os jovens investirem. Oferecem oportunidades para a criação de empregos.

Existem programas para formação profissional, estágios profissionais, empreendedorismo, assistência técnica e financiamento em condições muito favoráveis. Estamos a reforçar esses programas e vamos torná-los mais eficazes. Apelo aos jovens que aproveitem as oportunidades.

Apesar das crises, o interesse, a confiança e a procura externa por Cabo Verde para a realização de investimentos e as condições criadas para o empresariado nacional fizeram aumentar carteira de investimentos privados. Muitos investimentos estão em fase de construção. A sua conclusão gerará mais empregos.

A retoma do turismo é um facto e tem efeito direto na retoma do emprego e criação de novos empregos. Os hotéis registam uma ocupação alta no verão e há boas perspetivas para a época de inverno.

Um forte Programa Operacional do Turismo será implementado no período 2022/2026, orçado em 200 milhões de Euros e dinamizará a construção civil, os serviços e o emprego.

Os transportes aéreos, setor mais atingido pela pandemia da COVID 19 em todo o mundo, têm estado em situação de dificuldades, quer nas ligações internacionais, quer nas ligações domésticas.

Legislação que regula a obrigação de serviço público nos transportes aéreos domésticos será brevemente aprovada. Irá permitir fixar rotas e frequências mínimas que um operador deverá cumprir mediante contrato. Ilhas com fraco fluxo de passageiros, como S. Nicolau, Maio e Boavista, irão ser particularmente beneficiadas.

A TACV está na fase de transição da saída da grave crise provocada pela pandemia da COVID 19 no setor dos transportes aéreos. Retomou os voos, a reestruturação e redimensionamento da empresa irá ser concluída, um novo aparelho será introduzido na frota e a normalização irá acontecer.

A concessão dos aeroportos já foi concretizada com a assinatura do contrato com a Cabo Verde Airports (constituída pela VINCI/ANA). Cabo Verde passa a contar com um operador de referencia mundial. Um forte pacote de investimentos nos aeroportos e aeródromos consta do contrato de concessão celebrado recentemente com a *Cabo Verde Airports*. Maior fluxo de aeronaves e passageiros, maior rendimento comercial dos aeroportos, maior promoção de Cabo Verde enquanto destino turístico e destino de investimento, irão ter um impacto positivo no crescimento da economia e no emprego.

No primeiro trimestre de 2023 está prevista a conclusão das obras do terminal do aeródromo de S. Filipe no Fogo.

A pandemia afetou o desempenho económico da Cabo Verde Inter Ilhas. A retoma tem sido atribulada devido a avarias nos barcos afetando a regularidade dos transportes que se agrava em períodos de época alta de transporte de passageiros (visitas de emigrantes).

A retoma vai ser acompanhada pela revisão do modelo e sistema tarifário e revisão do contrato de concessão para melhorar a prestação do serviço público, limitar a indemnização compensatória ao estritamente necessário para a prestação do serviço público e adequar as especificações técnicas dos navios da frota a afetar à concessão, às condições de navegabilidade e infraestruturas portuárias nacionais.

Na atividade portuária, foi concluída a 1ª fase da expansão e modernização do porto do Maio, estão em execução a construção do Terminal de Cruzeiros de Mindelo e a construção do porto de pesca de Tarrafal de S. Nicolau. A construção das instalações terrestres do porto de Palmeira (Sal) tem já financiamento garantido e deverá avançar. A construção de gares marítimas nos portos da Praia, do Sal, da Boa Vista, de Tarrafal de S. Nicolau e do Maio, irá ter um impacto muito positivo no transporte marítimo de passageiros com maior segurança, comodidade e conforto.

O pós-crise desenha a aceleração de um conjunto de fatores que podem ser favoráveis a Cabo Verde e que estão no centro das nossas prioridades:

- um maior investimento no Capital Humano, particularmente nos países africanos.
- a Saúde e a Segurança Sanitária ganham um especial destaque no aumento da resiliência e na economia dos países.

- a aceleração da Transição Energética e da Eficiência Energética para reduzir a dependência a combustíveis.
- a Ação Climática para reduzir as emissões e atingir a neutralidade carbónica.
- a Estratégia de Água com soluções tecnológicas e energéticas eficientes para fazer face à redução de recursos hídricos subterrâneos.
- a Transformação Digital e a Economia Digital para aumentar a eficiência e a produtividade, desenvolver competências e criar oportunidades de empreendedorismo, de investimento e de exportação de serviços.
- o desenvolvimento da Economia Azul através da exploração sustentável dos recursos para a criação de riqueza e empregos na pesca, na aquicultura, na indústria conserveira, na exploração da Biotecnologia Azul, nas atividades de transportes, portuárias e de reparação naval, bunkering; produção de água dessalinizada e de energia limpa; e desenvolvimento de competências e de I&D na economia azul.
- aumento da procura de destinos turísticos ecológicos “eco-friendly”.
- indústria inteligente e verde, enquadrada na transformação digital, na transição energética e na ação climática e indústria farmacêutica.
- disponibilidade de financiamento climático para mitigação e adaptação face às mudanças climáticas: financiamento da aceleração da transição energética, da estratégia da água e cadeia de valor da agricultura, da proteção da biodiversidade e das zonas costeiras.

A localização geo-estratégica de Cabo Verde ficará mais valorizada. E devemos reafirmar o nosso interesse no reforço da parceria especial com a União Europeia e de relações económicas, de estabilidade e segurança com a UE e os EUA, e no aumento de transações económicas com o continente africano, particularmente com a CEDEAO e os Países Africanos de Língua Portuguesa.

A localização, a estabilidade, a abertura ao mundo, a boa governança, a liberdade económica e as vantagens comerciais de integração económica e de parcerias são ativos importantes a proteger e a aprimorar.

Cabo Verde é uma democracia de referência mundial. Vamos protegê-la e aprimorá-la.

A justiça e a segurança são importantes para a estabilidade, a paz social e a confiança. Um ambicioso plano de redução de pendências nos tribunais está em curso, assim como medidas para tornar a justiça mais célere no quadro do “Programa Justiça +”. Um programa de combate à criminalidade urbana está em execução, com resultados e particular incidência na Praia. Iremos continuar e reforçar o combate ao crime.

A nossa diáspora é um ativo cada vez mais importante para o país. Têm representado a extensão do país, a Nação, em várias partes do mundo com importante participação económica, cultural, desportiva e um forte potencial a nível da atração de competências em diversos domínios.

O momento é de reforçar a confiança no país. Somos uma nação com secular história de resiliência. Ultrapassaremos as crises juntos, como conquistas do povo cabo-verdiano. Os olhos devem estar postos no futuro.

É importante continuar a colocar Cabo Verde no caminho seguro.

Ulisses Correia e Silva

/Primeiro Ministro/

Índice

MENSAGEM DO PM	2
CONTEXTO MUNDIAL: tripla crise global	15
Pandemia da COVID 19	15
Guerra na Ucrânia	17
Mudanças climáticas	19
CONTEXTO NACIONAL: crises e respostas	20
Situações emergenciais naturais e climáticas: respostas de emergência e de resiliência	22
Seca severa	24
Pandemia da COVID 19	26
Guerra na Ucrânia	36
Política de rendimentos e preços em contexto de crises	46
RETOMA ECONOMICA	49
Programa de Retoma	50
Aumento da procura de investimentos privados	57
Retoma do Turismo	59
Retoma da atividade aeroportuária	59
Retoma da atividade portuária	60
RESILIÊNCIA E DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA	61
Conectividades e mobilidade	61
Transportes aéreos	61
Transportes marítimos	64
Transportes rodoviários	65
Infraestruturas rodoviárias	68
Coesão Territorial	71
Economia Verde	75

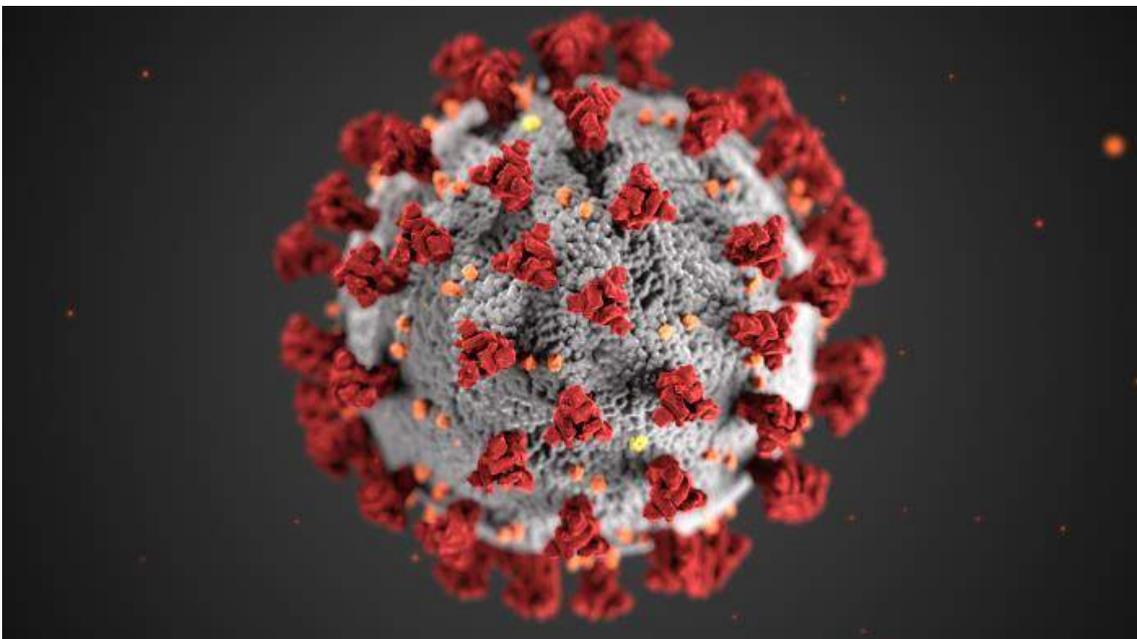
Transição energética	75
Aumento de resiliência e sustentabilidade do setor agrário	89
Estratégia da água	91
Ambiente e ação climática	100
Transformação da Agricultura	108
Economia Azul	112
Turismo resiliente e sustentável	122
Transformação Digital	129
Economia Digital	142
Indústria	153
DESENVOLVIMENTO HUMANO	157
Emprego	158
Inclusão e proteção social	160
Habitação	170
Saúde e Segurança Sanitária	173
Educação	181
Cultura	202
Desporto	206
SEGURANÇA NACIONAL	213
JUSTIÇA	231
RELAÇÕES EXTERNAS	238
COMUNIDADES CABO-VERDIANAS EMIGRADAS	255

CONTEXTO MUNDIAL: tripla crise global

O mundo vive tempos difíceis e exigentes marcados pela pandemia da COVID 19, Guerra na Ucrânia e emergência climática.

Pela primeira vez, nos 32 anos em que o PNUD calcula o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que mede a saúde, a educação e o padrão de vida de uma nação, o IDH cai globalmente por dois anos consecutivos em 2020 e 2021 devido às crises. O desenvolvimento humano voltou aos níveis de 2016, revertendo parte expressiva do progresso rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A reversão é quase universal, pois mais de 90% dos países registraram declínio na pontuação do IDH em 2020 ou 2021, e mais de 40% caíram nos últimos dois anos, sinalizando que a crise ainda está se aprofundando em muitos delesⁱ.

Pandemia da COVID 19



Recessão económica. A pandemia da COVID 19 provocou um choque sanitário, económico e social intenso e global. Lançou a Economia Mundial

na pior recessão desde a Segunda Guerra Mundial, com contração da economia mundial de 4,3% em 2020. A África Subsariana sofreu uma contração de cerca de 3,7% em 2020ⁱⁱ.

Aumento da pobreza e das desigualdades. A crise gerou impactos dramáticos na pobreza e na desigualdade globais. A pobreza global aumentou pela primeira vez em uma geração, e as perdas desproporcionais de renda entre as populações desfavorecidas levaram ao aumento drástico da desigualdade entre os países e dentro deles.

Aumento da dívida pública. Em 2020, a dívida pública disparou em todo o mundo. Teve o maior aumento em 50 anos. A dívida mundial aumentou 28 pontos percentuais em 2020. A dívida pública nos mercados emergentes atingiu níveis recordes, enquanto nos países de baixa renda subiu para níveis não vistos desde o início dos anos 2000. Tanto os mercados emergentes quanto os países de baixa renda também estão enfrentando taxas de endividamento elevadas. Nas economias avançadas, os déficits fiscais dispararam à medida que a receita despencou devido à recessão e os países implementaram medidas fiscais amplas diante da disseminação da Covid-19. Para além dos efeitos da quebra nominal do PIB, o grande aumento da dívida foi justificado pela necessidade de proteger a vida das pessoas, preservar empregos e evitar uma onda de falências. Se os governos não tivessem agido, as consequências sociais e económicas teriam sido devastadorasⁱⁱⁱ.



Guerra na Ucrânia

A guerra na Ucrânia colocou vários países, particularmente os menos desenvolvidos, em situação de emergência económica, social e humanitária.

Tem provocado:

Aumento de preços de Energia

- Preços dos combustíveis no mercado internacional altamente voláteis. A Rússia fornece cerca de 19% do gás natural do mundo e 11% do petróleo. Com a guerra, os preços da energia aumentaram de forma alarmante.
- Oscilação de preços passando de cerca 80 USD/Barril para acima de 100 USD barril.
- Os preços spot do gás na Europa são agora 10 vezes mais altos do que há um ano, enquanto o custo do petróleo quase dobrou no mesmo período. O choque de preços corre o risco de aumentar a pobreza e interromper a produção de bens e serviços em todo o mundo.

Aumento de preços Alimentos e *Commodities*

- Os preços das commodities subiram acentuadamente.
- A Rússia e a Ucrânia são importantes produtores de trigo, fertilizantes e metais usados na indústria, como níquel e paládio.
- A Rússia e a Ucrânia, juntas, foram responsáveis por cerca de 30% e 20% das exportações globais de trigo e milho, respetivamente.
- Interrupções no trigo, milho e fertilizantes podem aumentar a fome e a insegurança alimentar em todo o mundo, especialmente nos mercados emergentes e países de baixa renda.
- Aumento da insegurança alimentar. Mais de 263 milhões de pessoas no mundo estão em risco de pobreza extrema e muitos em situação de fome, particularmente em África. Na África Ocidental, a taxa de pessoas em situação de fome quadruplicou entre 2019 e 2022, atingindo 43 milhões de pessoas. A crise de alimentação na região é a pior na década.

Alteração das previsões macroeconómicas (inflação e crescimento)

- Antes do início da guerra, o crescimento global em 2023 foi projetado para retornar a taxas semelhantes às prevalecentes no período pré-pandemia imediato.
- Antes da guerra, esperava-se que a recuperação global da pandemia continuasse em 2022 e 2023, ajudada pelo progresso contínuo nos esforços globais de vacinação, políticas macroeconómicas de apoio nas principais economias e condições financeiras favoráveis.
- Devido aos impactos da guerra na Ucrânia, o FMI projeta para a economia mundial um crescimento de 3,6% para 2022 e 2023, contra

6,15 em 2021. Nas economias emergentes em desenvolvimento: 6,8% (2021); 3,8% (2022) e; 4,4% (2023).

- Nos Estados Unidos e em alguns países europeus, a inflação atingiu valor mais alto registado em mais de 40 anos.
- A incerteza em torno das projeções é considerável, muita além da extensão habitual. O crescimento poderá desacelerar ainda mais e a inflação poderia ficar acima de nossas projeções se, por exemplo, as sanções forem estendidas às exportações de energia da Rússia.



Mudanças climáticas

O Mundo está a sofrer efeitos das mudanças climáticas, com:

- **Aumento anormal da temperatura média** devido a emissões de gases do efeito estufa.

- **Ocorrência mais frequente e intensa de fenómenos meteorológicos extremos** (períodos longos de seca severa, intensificação das tempestades, ocorrência de incêndios mais frequente).
- **Escassez de água potável, aumento do nível do mar, aumento de inundações.**
- **Aumento da insegurança alimentar.**
- **Perda de biodiversidade** (extinção de diversas espécies de plantas e animais).

CONTEXTO NACIONAL: crises e respostas

Cabo Verde tem sido exposto a tripla crise provocada pela seca extrema, pandemia e guerra na Ucrânia. Situações excepcionais e graves que exigiram e exigem boa gestão de emergências.

“Cabo Verde mostrou um forte histórico de compromisso com reformas e estabilidade macroeconômica antes e durante a pandemia, o que contribuiu para uma forte recuperação da economia após a recessão induzida pelo COVID-19. No entanto, os efeitos colaterais da guerra na Ucrânia, os efeitos persistentes da pandemia e o impacto da seca em curso de cinco anos enfraqueceram a recuperação econômica e resultaram no aumento das necessidades de financiamento”. FMI – Comunicado de Imprensa Extended Credit Facility 21/07/2022.

De 2016 a 2019, o desempenho económico e social do país foi de:

- **Crescimento médio anual de 4,7%** (com 5,7% em 2019), recuperando um crescimento médio baixo registado no período

2009/2015, que se situou em 1,1% (com 1,0% em 2015), com baixa inflação e com o número de turistas a atingir 819 mil em 2019, em linha com a meta de um milhão fixada para 2021.

- **Redução da dívida pública**, com uma trajetória descendente em 2017, 2018 e 2019.
- **Redução do desemprego** de 12,4% em 2015 para 11,3% em 2019.
- **Redução da pobreza absoluta** de 35,2% em 2015 para 26% em 2019.
- **Redução das desigualdades**: a população vivendo com menos de 50% do consume mediado reduziu-se de 15% em 2015 para 5% em 2020; os 40% mais pobres viram o seu consume crescer 3,2% entre 2015 a 2020.
- **A mais alta pontuação do país no Índice de Desenvolvimento Humano** (0,665), registada em 2019.
- **Redução consistente da taxa do número de ocorrências criminais e da taxa de homicídios**, respetivamente de 42,9 por 1.000 hab. em 2015 para 27,2 por 1.000 hab. em 2019 e 8,6 por 100.000 hab. em 2015 para 6,2 por 100.000 hab. em 2019.

Este bom desempenho registado num período de secas severas, foi interrompido com as crises da pandemia da COVID 19 e da Guerra na Ucrânia.



Situações emergenciais naturais e climáticas: respostas de emergência e de resiliência

Desde 2016, o país tem sido confrontado com situações emergenciais naturais e climáticas, nomeadamente, os efeitos dos estragos causados pela erupção vulcânica 2014/2015 no Fogo, seca severa, efeitos dos estragos provocados pelas grandes cheias de 2016 em Santo Antão e pandemia da COPVID 19.

Estragos causados pela erupção vulcânica 2014/2015 no Fogo obrigaram a alocação de recursos extraordinários para:

- Reabilitação de casas para alojar famílias deslocadas.

- Construção e equipamento de Adega em Chã das Caldeiras permitindo salvar o processamento de cerca de 150 mil litros de vinho no valor estimado de mais de 80 mil contos. Continua a produzir.
- Mobilização de água em Chã das Caldeiras.
- Disponibilização de parcelas de terra para produção agrícola (14 hectares em Cova Fetal (Montinho) a 30 famílias, cujas parcelas haviam sido consumidas pelas lavas).
- Construção da sede provisória do Parque Natural do Fogo.
- Desencravamento com a construção de nova estrada de acesso a Chã das Caldeiras (Cova Tina/Portela/Bangaeira).
- Novas acessibilidades com a construção estrada Chã das Caldeiras a Campanas de Cima (Bangaeira/Piorno).
- Arruamentos e construção de redes técnicas de água, saneamento, rede de esgotos e eletricidade em Chã das Caldeiras.
- Construção complexo educativo para o Ensino Básico Integrado e Ensino Pré-Escolar.
- Em processo, construção de uma unidade de saúde.

Estragos provocados pelas grandes cheias de 2016 em Santo Antão obrigaram a alocação de recursos extraordinários para implementação de um plano emergencial para a recuperação dos estragos e assistência às famílias afetadas através de sistemas de abastecimento de água e de irrigação, levadas, apoio à plantação e fatores de produção a agricultores atingidos pelas cheias e para reparação e reconstrução de estradas destruídas pelas cheias.



Seca severa

As secas severas que aconteceram desde 2017, as piores desde há cerca de 40 anos, caracterizadas por precipitações muito abaixo do normal (2017 - 109mm, 2018 - 136mm, 2019 - 209mm, 2020 - 264mm e 2021 - 294mm), refletiram-se em quebra da produção agrícola e da contribuição da agricultura no PIB.

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Peso da Agricultura no PIB	8,6%	8,3%	7,0%	5,1%	4,6%	5,0%	4,9%

Fonte: MF

O sequeiro foi mais afetado e o regadio também, não obstante os esforços de mobilização da água e alargamento do uso da irrigação gosta-à-gota. As famílias rurais foram as mais afetadas, uma vez que viram reduzidas as

capacidades produtiva e de rendimento, com forte impacto na sua situação alimentar e nutricional.

Programas de Mitigação da Seca e de Maus Anos Agrícolas foram implementadas (desde 2017) no montante superior a 2,5 milhões de contos para assegurar o rendimento para famílias mais afetadas, em especial no meio rural, assegurar a atividade pecuária de ruminantes e mobilizar e gerir melhor a água para a irrigação e para o abastecimento humano, nomeadamente através de:

- **Bonificação de ração:** mais de 32 mil criadores abrangidos.
- **Cento e vinte e um currais construídos**, visando promover o confinamento de ruminantes.
- **Assistência técnica veterinária** a cerca de 116 mil animais e capacitação de mais de 700 criadores.
- **Créditos atribuídos**, através de instituições de microcrédito a mais de 980 agricultores e criadores, com condições especiais de acesso, (taxa de juro a 0% e período de retorno de 6 a 9 meses), no valor total de 100 mil contos.
- **Projetos de mobilização de água** para agricultura e gado e gestão da escassez da água através de equipamento e exploração 79 de furos, reabilitação de 41 poços, reabilitação de captações, nascentes e galerias e outras infraestruturas hidráulicas (diques, espelhos de água, reservatórios e cisternas familiares).
- **Cerca de 53 mil empregos temporários criados** através de trabalhos públicos com resultado em mais de 280 km de estradas municipais construídas ou reabilitadas, cerca de 118 km de caminhos vicinais reabilitados, 5 passagens hidráulicas construídas, mais de 120 mil m³ de muros de proteção construídos, mais de 9 mil ha de perímetros

florestais beneficiados com construção de 8 diques, banquetas e socialcos.

- **Apoio a atividades geradoras de rendimento** (autoemprego): 486 famílias abrangidas em atividades de agricultura, avicultura, suinicultura, agro-transformação, comércio, pastelaria, pesca e carpintaria.
- **Ação Social junto das famílias mais afetadas pela seca** através do estabelecimento de acordos de colaboração com Instituições de solidariedade social credíveis, beneficiando mais de 2 mil famílias (62% chefiadas por mulheres).



Pandemia da COVID 19

Cabo Verde é dos 15 países do mundo mais afetados pela crise económica e social provocada pela pandemia^{iv}.

Impactos económicos e sociais da crise COVID 19

Cabo Verde atingiu taxas elevadas de crescimento económico durante o período pré-pandemia (5,7% em 2019), num quadro de baixa inflação e de posição externa era forte.

A pandemia da Covid-19 interrompeu a dinâmica do crescimento económico, de consolidação fiscal e de criação de empregos e amplificou e alargou de forma substancial o papel do Estado na economia e na sociedade para evitar o colapso do sistema de saúde, o colapso social e o colapso económico, com impacto no aumento das despesas e do endividamento.

O Turismo foi o setor mais atingido pela crise da pandemia da COVID 19: o número de hóspedes que atingiu 819 mil em 2019 caiu para 207 mil em 2020 e 169 mil em 2021.

	2016	2017	2018	2019	2020	2019/20	2021	I Trim 2022
Hospedes	644 429	716 775	765 696	819 308	207 125	-612 183	169 068	141 000

Fonte: MTT

A taxa de ocupação dos estabelecimentos hoteleiros caiu de 55% em 2019, para 39% em 2020 e 27% em 2021; a duração da estadia caiu de 6,1 noites em 2019, para 5,3 em 2020 e 4,3 em 2021.

Prioridades da governação foram alteradas para o foco em salvar vidas, proteger o emprego, as empresas e o rendimento, assegurar cuidados e ao mesmo tempo investir na recuperação dos impactos gravosos da crise pandémica.

A pandemia provocou em 2020:

- **Contração económica** de 14,8%.
- **Redução da procura turística** em 75%.
- **Quebra da atividade aeroportuária e de navegação aérea** (2019/2020). Sobrevoos: - 59%. Aeronaves: -62% (internacional) e - 64% (doméstico). Passageiros: -73% (internacional) e -70% (doméstico).
- **Quebra receitas turismo** em 70%.
- **Quebra receitas fiscais** em 25%.
- **Aumento da dívida pública:** agrava-se em 2020 depois de uma redução em 2019 face a 2017.
- **Aumento taxa desemprego:** (1) em 2020 foram perdidos 19.700 empregos, milhares de pessoas entraram na inatividade; (2) a taxa de desemprego atingiu 14,5% e conseqüentemente ocorreu um aumento considerável da exclusão dos jovens levando a um aumento do número de jovens fora do ensino, da formação e do emprego, NEET (atingiram em 2020, 77.480, mais 20.000 do que no ano pré-crise).
- **Aumento da pobreza:** de 26% em 2019 para 31,7% em 2020^v.
- **Agravamento da Segurança Alimentar e Nutricional das famílias:** (1) em 2020, a COVID-19 fez com que 1 em cada 3 pessoas não tivesse acesso económico a uma alimentação segura, nutritiva e suficiente para a satisfação das suas necessidades alimentares básicas, com maior impacto nas ilhas de vocação turística. Com isto, a prevalência da insegurança alimentar ascendeu a 36% em 2020, face a 33,8% em 2019; (2) 32,4% e 18,9% dos agregados familiares referiram ter perdido total ou parcialmente o rendimento por causa da pandemia; (3) por causa da perda de rendimentos associada à

pandemia, 42,1% das famílias tiveram que adotar estratégias de stress, que significa por exemplo a venda de gado (o mais habitual) a redução da despesa com a saúde, com a educação e com os insumos para agricultura e pesca, bem como empréstimo de dinheiro para poderem comprar alimentos.



Medidas de proteção sanitária

Estudo elaborado pela Imperial College London, estimava que, se não se tomar nenhuma medida de contenção do COVID 19, cerca de 494.495 pessoas serão infetadas e cerca de 1.919 pessoas morrerão em Cabo Verde.

A realidade ficou muito aquém desse cenário, porque medidas foram tomadas. Dados de 23 de Julho de 2022, registam 62.055 casos positivos acumulados e 409 óbitos acumulados desde o início da pandemia.

Governo fez uma boa gestão da pandemia:

- A organização, o planeamento e a efetividade do Serviço Nacional de Proteção Civil coordenando diversos serviços como as forças da segurança e da defesa, os serviços de proteção civil nacional e municipais, os serviços de saúde a nível nacional e concelhios, as organizações não governamentais como a Cruz Vermelha, as associações comunitárias e as igrejas, permitiram um elevado nível de eficiência e de eficácia nas ações de prevenção e combate à COVID 19.
- Um Gabinete de Crise a nível governamental, presidido pelo Primeiro Ministro, foi criado e impulsionou a tomada de medidas atempadas e assertivas a nível legislativo, tático e operacional no combate à COVID 19.
- A organização e a entrega dos serviços de saúde a nível nacional e concelhia e dos profissionais de saúde foram determinantes no bom combate à COVID 19.
- A diplomacia cabo-verdiana exerceu um papel importante, não apenas na obtenção de vacinas, mas também na mobilização de recursos da ajuda pública ao desenvolvimento em outras áreas de cooperação tanto bilateral como multilateral.
- Investimentos em meios de proteção individual e incentivos criados, permitiram a empresas nacionais produzirem máscaras e gel desinfetante e instalarem laboratórios de virologia.
- Serviço Nacional de Saúde foi dotado de laboratórios de virologia.
- Capacitação de aproximadamente 500 unidades empresariais do Turismo (hotéis, restaurantes, pubs, empresas de transfer) em segurança sanitária que permitiu a atribuição do selo de segurança sanitária BIO&SAFE.

Cabo Verde é dos cinco países africanos com maior nível de vacinação, muito superior às médias mundiais e da África subsariana (108,5 doses administradas por 100.000 pessoas^{vi}).



Medidas no sistema educativo

Em tempo record foi instalado TV Educativa, que opera em sinal aberto da TDT, que permitiu que não tivesse havido descontinuidade de funcionamento das escolas durante os períodos de maiores restrições à circulação e permanência em espaços fechados. A TV Educativa Mantém-se em funcionamento.

Foi criado o programa educativo “Aprender e Estudar em Casa”, que permitiu que cerca de seis mil alunos pudessem dar continuidade aos seus estudos em casa, num contexto de isolamento social.

Medidas de estímulo ao crédito à economia

Estímulo ao crédito à economia através de Política Monetária acomodatória BCV/2020^{vii}:

- **Redução da taxa de juro de referência** de 1,5 para 0,25%.
- **Redução da taxa de facilidade permanente de empréstimo** de 3% para 0,5%.
- **Redução da taxa da facilidade permanente de depósito** de 0,1 para 0,05%.
- **Redução da exigência de reservas mínimas de caixa** de 13 para 10%.
- **Redução da taxa de redesconto** de 5,5 para 1%.
- **Introdução de facilidades de moratória e de refinanciamento** dos bancos comerciais a médio prazo, à taxa de 0,75%.
- **Crédito à economia cresceu** 4,8 % em 2020, num quadro de redução generalizada das taxas de juros ativas, tendo o crédito ao setor privado crescido 5,3%.



Medidas de apoio a empresas e ao emprego^{viii}

- **Lay-off simplificado** a favor de 24.423 trabalhadores e 1.600 empresas. INPS aplicou 25,5 milhões de euros.
- **Flexibilização do subsídio desemprego**, que permitiu abranger 2.251 trabalhadores em 2020, representando um valor de 131 mil contos e 1.283 trabalhadores em 2021, correspondente a 63 mil contos de subsídios pagos.
- **Moratórias de pagamento de créditos:** créditos em moratória 25 Mc (em Junho 2021, representando 19,4% do total de crédito do sistema bancário). Moratórias concedidas, desde abril de 2020, foram prorrogadas por cinco vezes, até março de 2022.

- **Medidas de flexibilização do reembolso da dívida fiscal** pelo deferimento dos prazos de pagamento.
- **Linhas de crédito COVID:** 4,3 milhões de contos em créditos, garantidos em cerca de 60% e à taxa de juros média de 2,8%, que ajudou a salvaguardar mais de 13.300 postos de trabalho.
- **Linhas de Crédito Investimentos e Garantias às PME's:** 1,7 milhões de contos de créditos concedidos, garantidos pelo Estado em 50%, e destinados a investimentos das empresas.
- **Proteção de liquidez e tesouraria às micro e pequenas empresas** através de deferimento dos prazos do pagamento dos compromissos contratuais assumidos pelos beneficiários com o sistema financeiro. Foram suspensos o reembolso de crédito, capital e juros, permitindo as micro e pequenas empresas preservar algum balão de oxigénio num momento de quebra significativa do volume das vendas.
- **Redução do IVA no setor do turismo,** de 15 para 10% em 2020 e 2021.



Medidas de proteção de rendimentos e Cuidados

- **Milhares de cestas básicas distribuídas** durante os períodos de estado de emergência.
- **Atribuição de Rendimento Social de Inclusão Emergencial** a 22.000 famílias inscritas nos grupos 1 e 2 do Cadastro Social Único.
- **Atribuição de Rendimento Social Solidário^{ix}** a 20.186 trabalhadores setor informal e do regime REMPE durante a fase de estado de emergência.
- **Reforço de cuidados ao domicílio** a pessoas idosas e pessoas com deficiência^x.
- **Estabilização de preços de cereais** (farinha de trigo e milho) através de subsidiação, que representou um encargo de 171 mil contos em 2020 e 2021.
- **Apoio a famílias mais pobres no pagamento de dívidas** de água e eletricidade para evitar cortes de fornecimento.
- **Apoio a estudantes na regularização de dívidas às universidades** provocadas por perda de rendimento das famílias.

Medidas de mitigação efeitos da crise energética associada à crise pandémica

- **Redução do IVA sobre eletricidade** de 15 para 8%.
- **Majoração às empresas**, em 30% de custos com aquisição de água e eletricidade.
- **Aumento da tarifa social de eletricidade** de 30 para 50% com impacto na redução de encargos para as famílias mais pobres.



Guerra na Ucrânia

Cabo Verde importa combustíveis – gás, gasolina, gasóleo, fuel – e importa 80% dos produtos alimentares que consome. Aumento de preços nos mercados internacionais, fazem aumentar os preços em Cabo Verde.

Para amenizar os efeitos da inflação sobre as famílias e as empresas, o Governo tem adotado um conjunto de medidas de estabilização de preços.

Sem as medidas de estabilização de preços, a inflação poderá situar-se em 11,3% em 2022, 3.4 p.p. acima do estimado (7,9%).

Em termos nominais, a inflação poderá representar um aumento das receitas fiscais de 674 mil contos até o final de 2022, valor muito inferior ao esforço de estabilização dos preços da energia e dos produtos alimentares de primeira necessidade (4,7 milhões de contos).



Medidas na Energia

Medidas de mitigação e de estabilização de preços dos combustíveis e da eletricidade (redução da taxa do IVA de 15 para 8%, absorção do défice tarifário, reforço da tarifa social de 30% para 50% e desconto do valor do incremento tarifário) têm amenizado os impactos sobre os consumidores, as organizações e as empresas:

Aumentos médios ponderados dos preços dos combustíveis

	Sem Medidas	Com Medidas	Evitado
Abril*	21,0%	2,6%	18,4%
Maio	20,3%	4,1%	16,2%
Junho	18,0%	3,2%	14,8%
Julho	23,5%	13,6%	9,9%
Agosto	-5,6%	-9,0%	3,4%
Setembro	-0,1%	-3,5%	3,4%

Fonte: MICE

* Abril face a Março

Se medidas não tivessem sido tomadas, o gás butano custaria em Abril 191\$80/kg, contra o preço máximo registado de 177\$10/kg.

O preço máximo de venda da gasolina verificado de Março a Setembro foi de 190\$70/litro. Se medidas não tivessem sido tomadas, o preço seria de 220\$00/l em Julho. Em Setembro, o preço foi de 147\$70/l.

O preço máximo de venda da gasóleo verificado de Março a Setembro foi de 181\$30/litro. Se medidas não tivessem sido tomadas, o preço seria de 203\$20/l em Julho. Em Setembro, o preço foi de 165\$70/l.

Se medidas não tivessem sido tomadas, a tarifa de electricidade em Setembro seria 50% superior à tarifa registada nesse mês.

Gás Butano

Garrafas	Preço máx.	Preço evitado	Preço em Set.
3kg	531,00	575,00	438,00
6kg	1 063,00	1 151,00	875,00
12,5kg	2 214,00	2 398,00	1 824,00
55kg	9 741,00	10 549,00	8 025,00

Fonte: MICE

Variação de preços

Gasolina	Sem medida	Com medida	Aumento evitado
Julho	9%	-1%	10%
Agosto	-3%	-12%	8%
Setembro	-4%	-11%	8%

Gasóleo	Sem medida	Com medida	Aumento evitado
Julho	28%	18%	10%
Agosto	-3%	-6%	3%
Setembro	1%	-3%	3%

Tarifas de eletricidade (Esc./Kwh)

	1º esc.	2º esc.	BTE	MT	Tarifa Social
Sem as medidas	49,3	57,2	52,7	47,8	34,5
Com as medidas	31,9	39,3	35,1	30,5	13,4
Aumento evitado	17,4	17,9	17,6	17,3	21,1
%	55%	45%	50%	57%	158%

Fonte: MICE. Valores atualizados no mes de julho 2022, para vigorar até dezembro 2022.

Medidas de mitigação e de estabilização de preços de energia:

- Manutenção da redução da taxa do IVA sobre eletricidade de 15 para 8%.
- Manutenção do reforço da tarifa social de eletricidade de 30% para 50%.
- Suspensão temporária (por 3 meses) da aplicação do mecanismo de fixação de preços^{xi}.
- Manutenção dos preços máximos do gás butano e dos combustíveis para produção de eletricidade e fixação de limite máximo de 5% de ajustamento nos demais combustíveis.
- Compensação dos diferenciais pelo incremento dos impostos e pelo escalonamento do remanescente.
- Alteração da taxa de direitos de importação: gasolina - passou de 20% para 10%; fuel 380 - passou de 5% para 0%; gasóleo - já era isento.
- Alteração no imposto sobre consumo especial de gasóleo e gasolina: taxa ad valorem 10% passou para valor fixo de 6\$/litro.
- Suspensão temporária da taxa de manutenção rodoviária sobre gasóleo (com efeito no mês de julho).

- Não alteração das tarifas de eletricidade para os consumidores da tarifa social de eletricidade.
- Concessão de desconto de até 70% do valor do incremento tarifário nas outras categorias de consumo de eletricidade (60% o nível de desconto fixado por despacho conjunto MF/MICE).

O custo de compensação das medidas efetivado pelo Governo, de Abril a Setembro, é de 1,3 milhões de contos, 600 mil contos na mitigação dos combustíveis e 700 mil contos na eletricidade. Estão já engajados até final do ano, próximos 3 meses, mais 800 mil contos, repartidos em 200 mil contos de custo de mitigação de combustíveis via fiscalidade e mais 600 mil contos na compensação da tarifa de eletricidade.



Medidas no Sistema Alimentar

Secas severas desde 2017, com impacto na redução drástica da produção agroalimentar e do rendimento das famílias rurais; pandemia da COVID-19

com impacto em perdas de emprego e rendimento, aumento dos preços dos produtos alimentares de primeira necessidade e; guerra na Ucrânia que está a provocar uma grave escalada inflacionista a nível global e agravamento da situação alimentar e nutricional em todo o Mundo, aumentaram a insegurança alimentar em Cabo Verde.

A Guerra na Ucrânia veio a representar outro fator conjuntural a agravar a situação alimentar e nutricional em todo o Mundo, em especial nos países que dependem, estruturalmente, da importação de alimentos, como é o caso de Cabo Verde. A guerra afetou de forma muito negativa a oferta mundial de cereais (trigo e milho) e óleos vegetais (óleo de girassol) e provocou ainda maior volatilidade de preços de alimentos, fertilizantes e outros insumos.

Como consequência, no mês junho de 2022, em comparação ao período homólogo de 2021, os preços dos principais produtos alimentares de primeira necessidade, sofreram aumentos brutais, sobretudo no óleo alimentar (84%), açúcar (41%), farinha de trigo (28%), milho (18%) e arroz (18%).

Face à conjuntura de tripla crise, em março de 2022 foi realizada a avaliação da situação alimentar e nutricional em Cabo Verde através da metodologia designada Cadre Harmonisé^{xii}. Os dados resultantes deste exercício demonstraram que, devido à conjuntura caracterizada pelo aumento dos preços dos produtos alimentares, défice na campanha agrícola e aumento do custo de vida, 30.497 pessoas estão na fase de crise alimentar (fase 3 ou superior) entre março a maio de 2022. O aumento da inflação e início tardio das chuvas, poderá aumentar o número de pessoas a necessitar de medidas de urgência (fase 3 ou superior) para 46.093 pessoas (entre junho a agosto de 2022).

	2018	2019	2020	2021
Prevalência da insegurança alimentar moderada e grave ^{xiii}	37,7	33,8	36,0	38,7
Prevalência da insegurança alimentar moderada	28,1	27,2	32,2	32,6
Prevalência da insegurança alimentar grave	9,6	6,6	3,8	6,1

Fonte: MAA

Medidas de mitigação no sistema alimentar:

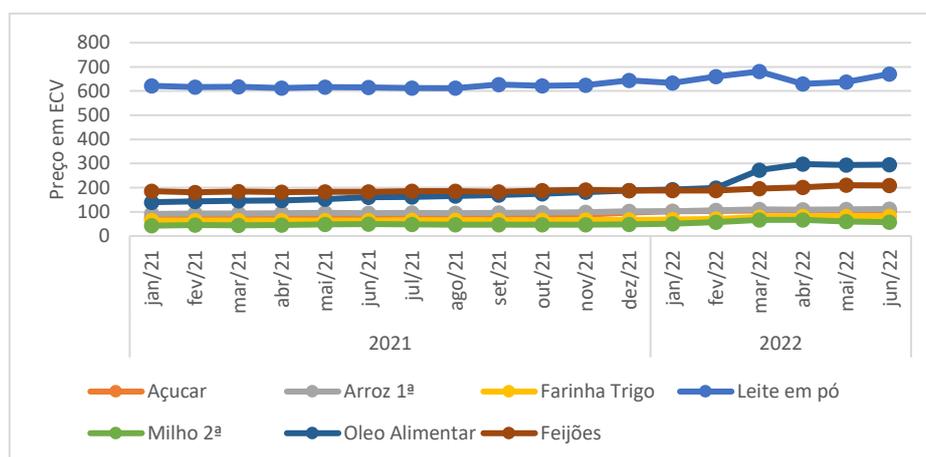
Para mitigar o impacto da escalada de preços decorrente da guerra na Ucrânia estima-se em três milhões de contos, o investimento em 2022 para a estabilização de preços de produtos alimentares de primeira necessidade, trabalhos públicos para propiciar rendimento às famílias mais atingidas pela insegurança alimentar, reforço das refeições nas cantinas escolares, bonificação de preço de ração animal:

- Manutenção dos atuais níveis de preços de milho, trigo, óleos alimentares e leite mediante compensação financeira (negociada antes de cada importação) aos importadores cujos CIF ultrapassem a média da última importação.
- Reforço da capacidade de stock de cereais de 14 para 32 mil toneladas, aumento da reserva de segurança e do período de cobertura das importações desses produtos.
- Apoio institucional aos importadores para a realização de compras agrupadas de produtos alimentares de primeira necessidade.
- Atribuição de avales ou recurso ao crédito por parte do Estado junto das instituições financeiras para apoiar a realização de compras agrupadas pelos importadores.
- Reforço das refeições nas cantinas escolares por um período até um ano, incluindo nas férias.

- Bonificação de preço de ração animal produzida no país.
- Reforço da comunicação e informação sobre a oscilação de preços no mercado internacional.
- Reforço das medidas de fiscalização e acompanhamento para garantir a transparência e impedir práticas nocivas.
- Mobilização de ajuda alimentar junto de parceiros.

As medidas adotadas têm permitido estabilizar os preços dos produtos alimentares de 1ª necessidade e aumentar a capacidade de stock de milho no país.

Evolução dos preços dos PAPN no mercado nacional



Os preços dos Produtos Alimentares de Primeira Necessidade (PAPN) no país não acompanharam o incremento registado no mercado internacional, graças às medidas mitigadoras definidas pelo Governo. A variação de preços entre Março (antes da resolução do Conselho de Ministros que aprovou as medidas) e Maio foi negativa nalguns produtos: -11% para o milho de 2ª, -1% para a farinha trigo, -18% para o arroz e -6% para o leite em pó. Entretanto, é de ressaltar que os mesmos preços em relação ao período homólogo de 2021 representam aumentos expressivos, sobretudo no óleo

alimentar (92,0%), açúcar (40,0%), milho (27%), arroz (21,0%), farinha de trigo (28,0%) e pão de carcaça (28,0%).

Stock de produtos alimentares de primeira necessidade

Produto	Previsão Importação (ton)	Previsão Disponibilidade (ton)	Previsão Prazo Cobertura (mês)	Previsão Consumo (ton)
Milho 2 ^a	0,00	8.517	3,8	2.228
Arroz	10.293	19.715	10,3	1.923
Trigo	6.000	10.807	5,2	2.087
Farinha de	54	1.551	1,8	847
Total Cereais	16.347	40.590		7.084
Açúcar	2.134	5.405	3,8	1.409
Feijão	139	548	3,6	153
Leite em Pó	316	444	1,25	356
Óleo Alimentar	116	355	6,1	58
Total PAPAN	18.855	47.247		9.124

Fonte: MAA

Medidas nos rendimentos e no emprego

- Trabalho público para o reforço da renda familiar. Foram celebrados, para uma primeira fase, contratos-programa com os municípios no valor global de 231 mil contos.
- Alargamento do número de pensionistas do regime não contributivo: mais 3.000 idosos previsto acontecer a partir de Setembro.
- Rendimentos Social de Inclusão a 5.000 famílias.
- Dinamização da construção civil com impacto no emprego e rendimento através da retoma das obras do PRRA e do novo pacote de infraestruturas.

Impacto Anual das Medidas Mitigadoras de Aumento Generalizado dos Preços

Medidas	Impacto Anual
Medidas no Sistema Alimentar	3 101 031 634
Bonificação da Ração Animal	219 008 064
Manutenção níveis de preços: Compensação 4 PAPN - Cenário moderado	545 604 980
Milho	252 468 952
Farinha de trigo	165 072 952
Trigo a granel	22 299 536
Óleo Alimentar	105 763 540
Alimentação Escolar	330 559 454
Reforço da Comunicação	25 000 000
Aumento da Capacidade Estocagem	35 000 000
Assistência Alimentar a 5% da População em crise alimentar (Fase 3 QH)	97 292 958
Programa de Trabalho Público "Cash for Work" para 95% em crise alimentar (Fase 3 QH)	1 848 566 178
Eletricidade (Défice até junho de 2022)	4 695 000 000
Eletricidade (Défice até junho de 2022)	2 195 000 000
Eletricidade (Défice de julho a dezembro de 2022)	1 300 000 000
Aceleração de Transição energético	1 200 000 000
Combustível	700 000 000
Gaz Butano (garantir que o aumento do preço seja zero comparativamente a janeiro 2022)	100 000 000
Combustível geral em caso de aumento de mais de 5%	600 000 000
Pensão social: Alargamento da cobertura para mais 3 mil beneficiários	216 000 000
Rendimento Social de Inclusão	170 000 000
TOTAL	8 882 031 634

Fonte: MFFE, MICE, MFIDS e MAA



Política de rendimentos e preços em contexto de crises

A política de rendimentos e preços tem acomodado uma conjuntura marcada por crises: secas severas que tiveram como resposta medidas de mitigação dos efeitos dos maus anos agrícolas com impacto no rendimento das famílias rurais; pandemia da COVID 19 com medidas de proteção do emprego e dos rendimentos; e guerra na Ucrânia com medidas de estabilização de preços de produtos energéticos e alimentares de primeira necessidade.

Várias medidas de mitigação dos efeitos das crises e de proteção dos rendimentos foram adotadas:

- Investimentos públicos geradores de empregos de alta intensidade de mão de obra.

- Criação de Rendimento Social de Inclusão (RSI) para as famílias mais pobres.
- Reforço da abrangência do RSI através do Rendimento Social de Inclusão Emergencial durante a pandemia e criação do Rendimento Social Solidário (RSO) dirigido aos operadores do setor informal e do regime REMPE durante o estado de emergência na pandemia da COVID 19.
- Lay-off simplificado.
- Flexibilização do subsídio desemprego.
- Estabilização de preços de cereais (farinha de trigo e milho) através de subsídição em 2020 e 2021.
- Redução do IVA sobre eletricidade de 15 para 8%.
- Aumento da tarifa social de eletricidade de 30 para 50% com impacto na redução de encargos para as famílias mais pobres.
- Subvenções e medidas fiscais para estabilizar os preços de energia.
- Subvenções para estabilizar os preços de produtos de primeira necessidade.

A crise provocada pela COVID 19 alterou em pouco tempo e com intensidade a trajetória de crescimento económico, de emprego e redução da pobreza registada de 2016 e 2019.

Um conjunto de instrumentos como o Cadastro Social Único, o Rendimento Social de Inclusão, o Plano Nacional de Cuidados, criados em 2017, foram importantes para mitigar de uma forma estruturada e transparente os impactos económicos da pandemia da COVID 19 sobre as famílias e segmentos da população mais vulneráveis como as crianças, os idosos e pessoas com deficiência.

Medidas como a gratuidade no ensino básico e secundário, a isenção da taxa moderadora de saúde e a tarifa social de água e energia, são transferências indiretas do Estado às famílias com impacto nos rendimentos.

A atualização salarial em 2019, medidas de regularização das situações pendentes relativas aos estatutos dos funcionários públicos, às reclassificações, promoções e progressões tomadas a partir de 2017^{xiv} e novos recrutamentos e contratações, impactaram o aumento da massa salarial da administração pública.

A massa salarial em 2022, comparativamente ao registado em 2015, regista um aumento de aproximadamente 32,7%. De 2010 a 2015 verifica-se um aumento da massa salarial em aproximadamente 3,3 milhões de contos e de 2016 a 2021 de, aproximadamente, 4,6 milhões de contos, uma diferença de 1,3 milhões de contos. Em 2022, estima-se um adicional de 1,1 milhões de contos, acima da massa salarial registada em 2021. O salário médio teve um aumento de 16,8% entre 2016 e 2021.

Em 2019 foi realizada atualização salarial de 2,2%, superior à inflação acumulada de 1,8% de 2016 a 2019.

O salário mínimo nacional foi aumentado em 2018, de 11.000\$00 para 13.000\$00.

Em contexto de crise, o Orçamento do Estado para 2023: (1) aumenta o salário mínimo nacional de 13.000\$00 para 14.000\$00; (2) atualiza salários da Administração Pública e dos pensionistas do INPS, entre 1 a 3,5% (os salários e as pensões mais baixos, terão maiores aumentos); (3) regulariza o processo de evolução na carreira de funcionários de diversos serviços; (4)

beneficia mais 3.000 novos pensionistas do regime não contributivo (passa a ser um total de 25.680 idosos, representando uma despesa anual de 1,8 milhões de contos).

RETOMA ECONÓMICA

O ano de 2021, deu sinais claros de retoma económica: de uma contração de 14,8% em 2020, a economia cresceu 7% em 2021, com baixa inflação (1,9%). A estimativa para 2022, é de um crescimento económico superior a 8%.

A pandemia da COVID 19 colocou muitas empresas em situação difícil. Durante dois anos, um forte programa de proteção foi implementado através de medidas que incluíram lay-off simplificado, flexibilização subsídio desemprego, moratórias de pagamento de créditos, flexibilização do reembolso da dívida fiscal pelo deferimento dos prazos de pagamento, linhas de crédito COVID 19, linhas de Crédito destinados a investimentos, proteção de liquidez e tesouraria às micro e pequenas empresas, redução do IVA no setor do turismo.



Programa de Retoma

No quadro do Programa de Retoma, em Junho deste ano de 2022, o Governo lançou, em contratualização com os bancos, linhas de crédito para o financiamento de reforço da tesouraria e para investimento de empresas:

- **Linhas de crédito no montante de 9 milhões de contos** para o reforço de tesouraria (30 % do montante total) e crédito ao investimento (70%), com prazo máximo de 10 anos e taxa de juros de 3,5% ao ano. No espaço de um mês foram submetidos 25 processos de empresas, no montante global de 436 mil contos.
- **Linhas de crédito específicas para Start Ups**, no montante de 200 mil contos, Agro Business e pesca semi-industrial, no montante de 300 mil contos cada e Microfinanças, no montante de 250 mil contos.

O capital da ProGarante e da ProCapital irá ser reforçado no quadro de financiamento do Banco Mundial.

Um Fundo de Impacto no montante de 10 milhões de euros está em processo de criação para apoiar a recuperação de PME's afetadas pela crise da pandemia da COVID 19 (aguarda licenciamento por parte do BCV).

O Fundo Soberano de Garantia do Investimento Privado está em fase de instalação, com o objetivo de servir de garantia à emissão de dívida para investimento por parte de empresas cabo-verdianas e facilitar-lhes o acesso aos mercados de capitais internacionais.

O ecossistema de fomento empresarial criado e operacionalizado desde 2017 com a criação da ProEmpresa, ProCapital e ProGarante e parceria contratualizada com os bancos comerciais, permitiu colocar a funcionar importantes instrumentos que tiveram um papel determinante na proteção das empresas durante a pandemia e no fomento empresarial na fase antes da pandemia:

- **Linha de Crédito do Ecossistema de Financiamento às PME's:** total de 1,7 milhões de contos de créditos concedidos.
- **Programa Fomento do Micro Empreendedorismo:** um total de 955 operações de créditos, num montante global de mais de 551 mil contos.
- **Programa Express+:** prestação de assistência técnica para melhoria organizativa e performance competitiva de 133 empresas, melhorando assim as suas condições de qualidade de serviço para o acesso a Financiamento.

- **Assistência Técnica às Micro e PME** para melhorarem informação financeira e de gestão, bem como as condições de acesso a financiamento: foram beneficiados 159 projetos.
- **ProGarante:** 1.848 operações de garantias emitidas, correspondentes a 6,4 milhões de contos de créditos garantidos.

O setor financeiro registou um desempenho muito favorável em 2021, segundo o relatório do estado da economia produzido pelo BCV. Os indicadores de solidez do setor bancário permaneceram em patamares confortáveis^{xv}.



A melhoria do ambiente de negócios é um dos aceleradores do programa de retoma. Processos executados e em curso:

- **Janela Única de Abertura de Empresas:** as integrações do RNI, CC, DNCI, INPS, IGT e Pro Empresa vão entrar em fase de Teste e Produção, previsto o lançamento em Outubro 2022.
- **Elaboração do Novo Manual de criação de Empresa:** em curso; prevista conclusão em janeiro 2023.
- **Criação de Empresas on-line** (condicionado à implementação da assinatura digital).
- **Alteração do quadro legal que regulamenta criação de Sociedades Comerciais** que permite alterar/diminuir alguns procedimentos.
- **Registo de propriedade:** (1) Business Intelligence (BI) de Registo de Propriedade concluído; (2) Digitalização & Indexação do 1º e 2º Cartório da Praia concluído; integração de Certidão Matricial e Predial, RNI & CMP, implementado (Janela Única de Registo de Propriedades).
- **Comércio Externo:** (1) Manual de Comércio Externo, executado; (2) Portal da Janela Única de Comércio Externo, JUICE, em curso, previsto conclusão Janeiro 2023; (3) Balcão Único de Pagamento Alfândega e ENAPOR implementado; (4) Gestão de Risco de Contentores, previsto implementação para dezembro 2022.
- **Acesso a Crédito:** (1) Lei de Registo de Garantias de Bens Móveis e Registo Colateral, implementado; (2) Plataforma de Registo de Bens Móveis, executada; (3) Plano de Implementação de melhoria dos Índices de eficiência legais e de profundidade de informações de crédito, em curso, previsto implementação em Fevereiro (integração na Central de Risco de Créditos do BCV na CC, alargando, para além dos Bancos Comerciais, informações de dívidas a outras Instituições, nomeadamente, Fisco, INPS, Electra, empresas de telecomunicações)

- **Pagamento de impostos** (1) Plano de implementação de melhoria de pagamento eletrônico de impostos, executado; (2) Plano e Implementação de processos de pós declaração, executado; (3) Aumento em 45% de Empresas a efetuarem pagamento de imposto on-line, em Dezembro de 2022 prevê-se ultrapassar 50% de pagamento de imposto on-line.
- **Obtenção de eletricidade:** (1) Projeto SCADA implementado; (2) Manual de procedimentos de Obtenção de Eletricidade implementado; (3) Reclamações on-line implementado; (4) Plano de Obtenção de Eletricidade on-line em curso.
- **Proteção de investidores minoritários:** (1) Plano de implementação de melhoria do índice de regulação de conflito de interesses entre empresa e administração, em curso; (2) Plano de implementação de melhoria do índice de governação dos acionistas, em curso.
- **Execução de contratos:** (1) Plano de implementação de melhoria de índice de qualidade de processos judiciais, em curso; (2) Sistema de informação de Justiça, em curso; (3) Implementação de um Juízo Comercial, em curso; (4) Implementação de Arbitragem, Mediação e Reconciliação, em curso.
- **Insolvência e recuperação de empresas:** (1) Criada Comissão de Interdisciplinar de Acompanhamento do Administrador Judicial que tem como incumbência promover o recrutamento dos Administradores Judiciais e a abertura dos cursos de capacitação, gerir e manter uma lista de Administradores Judiciais e supervisionar as atuações dos mesmos; (2) Plano de seguimento e avaliação de casos nos Tribunais, implementado.
- **Redefinição e consolidação do conceito da Casa do Empreendedor** com serviços integrados de fomento empresarial e do empreendedorismo em parceria com as Câmaras Municipais e

agregações empresariais. Criação das Casas do Empreendedor em todos os Municípios.



Investimento em infraestruturas é um importante impulsionador da retoma pelo impacto imediato que produz sobre a construção civil e o emprego e pelos resultados transformadores para a economia, o desenvolvimento local e as pessoas.

As obras realizadas no âmbito do PRRA foram retomadas, dando continuidade a uma grande dinâmica de investimentos que permitiu construir e reabilitar mais de 150 km de estradas e desencravar várias localidades a nível nacional. Um novo pacote de investimentos na construção e reabilitação de estradas, requalificação urbana e de orlas marítimas irá ser lançado.

O ciclo de investimentos 2021-2026, irá expandir o investimento público para viabilizar os resultados transformadores nos setores da Agricultura, Pesca, Silvicultura, Educação, Energia, Indústria, Gestão da Água, Saneamento e Resíduos, Saúde, TIC, Administração Pública, Inclusão Social e Transportes.

Os investimentos serão concretizados com financiamento interno e apoio dos parceiros multilaterais, mas também via novos mecanismos de financiamento, tais como: conversão da dívida externa em investimento; emissão de obrigações sustentáveis (*sustainable bonds*); e Parcerias Público Privadas (PPPs) geradoras de *cash flow*, permitindo recorrer ao *Project Finance*, além de plataformas de *crowdfunding*.

A retoma é realizada na perspectiva da recuperação do crescimento económico e aumento do seu potencial, da criação de emprego e da salvaguarda da sustentabilidade das Finanças Públicas (consolidação orçamental, sustentabilidade da dívida pública e redução de riscos macrofiscais).

O Governo assinou com o FMI um Programa Extended Credit Facility com foco na consolidação fiscal gradual e favorável ao crescimento, com salvaguarda da proteção e inclusão social, para colocar a dívida pública numa trajetória descendente e manter a sua sustentabilidade. O programa baseia-se nas prioridades do Governo para preservar a sustentabilidade da dívida, reforçar as reservas internacionais, aumentar a resiliência a choques, inclusive das mudanças climáticas, e tornar o crescimento económico mais inclusivo.

Reformas serão aceleradas ao nível de: (1) Setor Empresarial do Estado (privatizações, concessões e licenciamentos) para reduzir os riscos macro-fiscais e melhorar a eficiência e a competitividade da economia; (2) melhoria das Conectividades e Mobilidade de Pessoas e Bens através de sistemas eficientes de transportes; (3) reforço da Competitividade Fiscal e melhoria dos níveis de eficiência e eficácia da Administração Tributária; (4) racionalização das Estruturas Orgânicas do Estado e Modernização da Administração Pública; (5) revisão do Código Laboral particularmente no que se refere ao aumento da produtividade do trabalho; (6) reforma do Sistema de Segurança Social; (7) consolidação da política de atratividade territorial através de ZEE, parques industriais e tecnológicos para o fomento de investimento privado; (8) Fomento da Infraestruturação em regime de Parceria Público Privado.



Aumento da procura de investimentos privados

O interesse, a confiança e a procura externa por Cabo Verde para a realização de investimentos e as condições criadas para o investimento nacional fizeram com que, apesar dos choques provocados pela pandemia do COVID-19, a carteira de investimentos privados tivesse aumentado.

Durante o ano de 2020, o Governo de Cabo Verde aprovou um volume recorde de projetos, totalizando, até ao final de dezembro, 1,2 mil milhões de euros, com previsão de criação de 12.435 postos de trabalho, correspondentes a 27 projetos novos projetos, dois quais 4 em regime de Convenção de Estabelecimento. O valor atingido em 2020, duplica o anterior recorde já atingido de 2017 que chegou aos 600 milhões de euros.

No ano de 2021 foram aprovados 23 projetos num valor global de 1,7 mil milhões de euros, que perspetivam a criação de mais 11.538 postos de trabalho.

Quanto à execução, em média, apenas 12,6% dos projetos ainda se encontram na fase de preparação (sobretudo os de aprovação mais recente, como seria de esperar); 20,8% em fase de obras e 52,4% já em exploração; e apenas 14,2% não implementados.

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Média
Em fase projeto	0,0%	0,0%	3,7%	0,0%	2,0%	25,9%	56,5%	12,6%
Em obras	33,3%	0,0%	11,1%	4,8%	28,0%	55,6%	13,0%	20,8%
Em exploração	33,3%	83,3%	66,7%	76,2%	58,0%	18,5%	30,4%	52,4%
Não implementado	33,3%	16,7%	18,5%	19,0%	12,0%	0,0%	0,0%	14,2%

Fonte: CVTI



Retoma do Turismo

Graças à boa gestão da pandemia e à retoma da confiança, o turismo regressou (dados do I Trim. 2022 registam 141 mil turistas, correspondente a 61% do registado no I Trim. 2019). Os hotéis registam uma ocupação alta no verão (época baixa nas ilhas do Sal e Boavista). Investimentos privados no setor do turismo, nomeadamente construção de hotéis, mantêm boa dinâmica.

Retoma da atividade aeroportuária

A retoma do turismo e o alívio/retirada de medidas de restrição das viagens a nível internacional provocaram o aumento de sobrevoos (16% em 2021 e

estimativa de 70% em 2022), de aeronaves (internacional: 6% em 2021 e 89% estimado para 2022; doméstico: 11% em 2021 e 54% estimado para 2022) e de passageiros (internacional: -3% em 2021 e 164% estimado para 2022; doméstico: 15% em 2021 e 70% estimado para 2022).

Retoma da atividade portuária

A atividade portuária registou importante quebra em 2020 derivada de restrições à mobilidade e da contração económica. Em 2021, regista-se a retoma com valores ainda inferiores a 2019, com excepção do movimento de passageiros.

Movimentos portuário	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Movimento navios (nº navios)	6 821	7 532	7 306	7 941	7 863	6 438	6 802
Movimento mercadorias (ton)	1 963 099	2 075 267	2 334 354	2 595 939	2 667 254	1 963 078	2 355 883
Movimento contentores (ton)	483 663	547 860	708 776	811 165	914 883	635 604	596 439
Movimento passageiros (pax)	829 659	903 119	873 866	981 842	1 071 263	682 665	1 077 911

Fonte: ENAPOR

RESILIÊNCIA E DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA

Conectividades e mobilidade

Cabo Verde é um país arquipelágico, com uma vasta diáspora e uma economia aberta, o que exige sistemas eficientes de transportes para a unificação do mercado nacional, a coesão territorial, a redução de assimetrias, a integração na economia mundial e o desenvolvimento das ilhas.



Transportes aéreos

Os transportes aéreos, setor mais atingido pela pandemia da COVID 19 em todo o mundo, têm estado em situação de dificuldades, quer nas ligações internacionais, quer nas ligações domésticas.

Em Dezembro de 2019, um novo sistema tarifário para os transportes aéreos inter-ilhas foi aprovado pelo Governo (entrada em vigor 24 Fev. 2020) com a criação da Tarifa Social, com desconto mínimo de 40%, aplicada a indivíduos de 65 anos ou mais, equipas desportivas inscritas nas federações oficiais, membros de famílias numerosas a partir dos 12 anos e estudantes com idades compreendidas entre os 12 e 25 anos; criação de Tarifas Flexíveis em função das bagagens; e Tarifas Promocionais com desconto mínimo de 20%.

Voos inter ilhas com escala, como é o caso dos voos de/para S. Nicolau, são subsidiados de forma a evitar o sobrecusto que obrigava o passageiro a pagar dois bilhetes.

Legislação que regula a obrigação de serviço público nos transportes aéreos domésticos será brevemente aprovada. Irá permitir fixar rotas e frequências mínimas que um operador deverá cumprir mediante contrato. Ilhas com fraco fluxo de passageiros, como S. Nicolau, Maio e Boavista, irão ser particularmente beneficiadas.

A TACV está na fase de transição da saída da grave crise provocada pela pandemia da COVID 19 no setor dos transportes aéreos. Retomou os voos, a reestruturação e redimensionamento da empresa irá ser concluída, um novo aparelho será introduzido na frota e a normalização irá acontecer.

De 2017 a 2020, a ASA investiu 5 milhões de contos em infraestruturas para a melhoria da capacidade de resposta do crescimento da atividade aeroportuária, com destaque para a expansão e modernização dos terminais dos aeroportos internacionais.

Investimentos foram realizados no reforço da segurança aeroportuária e fronteiriça, com a implementação da etapa de pré-registo de passageiros, através da plataforma online, a instalação dos postos automatizados (*egates*) nas fronteiras internacionais e a renovação e modernização dos equipamentos informáticos em todos os postos de fronteira.

A concessão dos aeroportos já foi concretizada com a assinatura do contrato com a Cabo Verde Airports (constituída pela VINCI/ANA). Cabo Verde passa a contar com um operador de referencia mundial. Investimentos previstos no contrato de concessão vão melhorar a capacidade, o desempenho e a qualidade dos nossos aeroportos e aeródromos. Maior fluxo de aeronaves e passageiros, maior rendimento comercial dos aeroportos, maior promoção de Cabo Verde enquanto destino turístico e destino de investimento, irão ter um impacto positivo no crescimento da economia e no emprego.

A concessão dos aeroportos, a atração de companhias low cost e o posicionamento competitivo de Cabo Verde na região da África Ocidental, irão dar um impulso decisivo para a operacionalização e desenvolvimento do hub aéreo do Sal.

No primeiro trimestre de 2023 está prevista a conclusão das obras do terminal do aeródromo de S. Filipe no Fogo.

Um forte pacote de investimentos nos aeroportos e aeródromos consta do contrato de concessão celebrado recentemente com a Cabo Verde Airports.



Transportes marítimos

A pandemia afetou o desempenho económico da CVI – Cabo Verde Inter-Ilhas. A retoma tem sido atribulada devido a avarias nos barcos afetando a regularidade dos transportes que se agrava em períodos de época alta de transporte de passageiros (visitas de emigrantes).

A revisão do modelo e sistema tarifário e revisão do contrato de concessão serão realizadas para melhorar a prestação do serviço público, limitar a indemnização compensatória ao estritamente necessário para a prestação do serviço público e adequar as especificações técnicas dos navios da frota a afetar à concessão, às condições de navegabilidade e infraestruturas portuárias nacionais.

Em curso está a revisão do Código Marítimo (um dos pontos em revisão é a diferenciação de requisitos exigidos a tripulantes de navios de ligações domésticas (certificado nacional) relativamente a tripulantes de navios de ligações internacionais (certificado internacional), a regulamentação da atividade realizada por operadores fora da concessão e a regulamentação da atividade marítima turística.

Na atividade portuária, está em fase de conclusão a expansão e modernização do porto do Maio, em execução a construção Terminal de Cruzeiros de Mindelo e a construção do porto de pesca de Tarrafal de S. Nicolau. A construção das instalações terrestres do porto de Palmeira (Sal) tem já financiamento garantido e deverá avançar. A construção de gares marítimas nos portos da Praia, do Sal, da Boavista, de Tarrafal de S. Nicolau e do Maio, irá ter um impacto muito positivo no transporte marítimo de passageiros com maior segurança, comodidade e conforto.

Transportes rodoviários

Várias medidas foram adotadas e implementadas desde 2016 com impacto no setor dos transportes rodoviários:

- Aprovação do Regime Jurídico Geral de Transportes em Veículos Motorizados, que preconiza a formalização da atividade de transportador público e a organização da atividade de transporte em veículos motorizados.
- Exigência da Carteira de Aptidão Profissional (CAP) a condutores de transportes públicos de passageiros.

- Ações de capacitação e formação de taxistas (línguas inglesa e francesa, história e ética no trabalho) através da EHT em parceria com o MTT.
- Incentivos fiscais à atividade de táxis: isenção de direitos aduaneiros na importação de veículos ligeiros de passageiros e na importação de taxímetros, equipamentos para centrais fixas e radiotáxis, e radiotelefonos a instalar na frota ou em instalações fixas das empresas.
- Incentivos fiscais à atividade de transporte público de passageiros (veículos pesados): isenção de direitos aduaneiros, do imposto sobre consumos especiais e do IVA, na importação de veículos pesados de passageiros comportando mais de trinta assentos, incluindo o condutor, quando importados por empresas do setor devidamente licenciadas.
- Reforço da fiscalização: foi reforçada a fiscalização de trânsito pela Polícia de Trânsito com especial incidência na prática de transporte clandestinos e aumentado o montante da coima a ser aplicado no exercício da atividade de transportador público sem a respetiva licença, passando de 20.000\$00 para 40.000\$00 para as pessoas singulares e de 30.000\$00 para 60.000\$00 para as pessoas coletivas.
- A iniciativa *Nha Táxi*, de jovens empreendedores cabo-verdianos, vencedora da primeira edição do concurso Innovation Awards (2022), fornece um serviço inovador e útil aos operadores de táxis e aos utentes.

Em curso, um conjunto de ações de política de prevenção rodoviária: (1) em fase de aprovação, o Plano Nacional Estratégico de Segurança Rodoviária, alinhado com a Agenda 2030 das Nações Unidas e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com a 2ª Década de Ação da ONU para a

Segurança Rodoviária e com a Declaração de Estocolmo, atribuindo prioridade à mobilidade sustentável nas zonas urbanas.

Cabo Verde comprometeu-se com a objetivo de reduzir a relação de mortes na estrada/100.000 habitantes ao longo dos próximos 10 anos. E nesta linha, propõe-se atingir as duas metas seguintes: para a década 2020-2030, colocar Cabo Verde entre os países africanos com melhores indicadores e índices de segurança rodoviária; atingir, até 2030, a redução em 50% do número de mortos que se verificou nos últimos 10 anos; (2) Plano de Ação de Segurança Rodoviária no horizonte 2022 – 2024, que apresenta de forma detalhada o caminho a ser seguido tendo em vista a execução de cada uma das medidas identificadas como prioritárias, visando o alcance dos objetivos de aumento da segurança rodoviária em Cabo Verde; (3) Guia Municipal de promoção da mobilidade sustentável e prevenção dos riscos rodoviários, enquanto suporte para a definição, desenvolvimento e implementação dos Planos Municipais de prevenção rodoviária.

Novas instalações da Direção Geral dos Transportes Rodoviários (DGTR) na Cidade da Praia foram inauguradas com a implementação do novo modelo de atendimento ao público.

Sistema de exame de carta de condução multimédia será implementado.

Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte Regular Coletivo de Passageiros foi aprovado. O Regime Jurídico do Parque de Veículos do Estado encontra-se em fase de aprovação.



Infraestruturas rodoviárias

Mais de 150 km de estradas construídas e/ou reabilitadas, concluídas e em execução. Desencravamento de localidades com benefício para a facilidade de circulação de pessoas e viaturas e para mercadoria.

Obras concluídas:

- Estrada Chã de Escudela/Tarrafal de Monte Trigo - Porto Novo.
- Estrada Ribeira da Cruz/Martiene – Porto Novo.
- Estrada Mindelo/Baía das Gatas e acesso a Salamansa - S. Vicente.
- Estrada de acesso a Rabil – Boavista.
- Estrada Via Estruturante (2ª fase) e acesso à Povoação Velha – Boavista.
- Estrada Cidade Velha/Salineiro/Santana – Ribeira Grande de Santiago.
- Estrada Santa Marta/Cidade Velha – Ribeira Grande de Santiago.

- Estrada Chão Bom/Cidade – Tarrafal de Santiago
- Estrada Cabeça Carreira/Trás os Montes/Ponta Furna/Fazenda – Tarrafal de Santiago.
- Estrada Chã de Tanque/Palha Carga/Entre Picos de Reda/Lagoa – Santa Catarina de Santiago.
- Estrada Bolanha/Gil Bispo/Boa Entradinha/Chã de Formoso/Cruz de Picos – Santa Catarina/S. Salvador do Mundo.
- Estrada Salina/Ribeira dos Picos – Santa Cruz.
- Circular do porto Inglês (1ª e 2ª fase) – Maio.
- Estrada de acesso ao Porto Inglês – Maio.
- Estrada Bangaeira/Monte Velha – Santa Catarina do Fogo.
- Estrada Cova Tina/Portela/Bangaeira – Santa Catarina Fogo.
- Troço Fajanzinha/Corvo/Relva – Mosteiros.
- Estrada Nova Sintra/Nª Srª do Monte – Brava.

Obras em execução:

- Estrada Espongeiro/Lagoa – Ribeira Grande/Porto Novo.
- Estrada Ribeira da Cruz/Chã de Branquinho – Porto Novo.
- Estrada Chã de Igreja-Cruzinha – Ribeira Grande Santo Antão.
- Estrada Figueiral – Paúl.
- Estrada Ribeira Prata/Fraga – Tarrafal de S. Nicolau.
- Estrada Cutelo/Fundura – S. Lourenço dos Órgãos.
- Estrada Nazaré-Praia Baixo – S. Domingos.
- Abertura de Acessibilidade Achada Tossa-Tabugal – Santa Catarina Santiago.
- Abertura de Acessibilidade Tomba Touro/Charco/Achada Leite/Rª Barca – Santa Catarina Santiago.

- Acesso à ZDTI Alto Mira - Tarrafal de Santiago.
- Estrada Piorno/Campanas – Mosteiros/S. Filipe.
- Asfaltagem da ligação ao Cais e de algumas vias urbanas de S. Filipe – Fogo.

Manutenção corrente: foi assegurada a manutenção e conservação de toda a malha viária nacional, passando de 78% em 2016, para 94%.

Reformas institucionais levadas a cabo com a criação da ICV – Infraestruturas de Cabo Verde e da ECV – Estradas de Cabo Verde permitiram melhorar a transparência e a eficiência da gestão das empreitadas públicas.

O planeamento passou a anteceder os investimentos, reduzindo os riscos de desvios e trabalhos a mais, bem como as necessidades de adjudicação direta.

A preparação prévia e socialização pública dos instrumentos de gestão que servem de suporte às ações executivas do Governo em matéria de obras públicas, permitiram melhorar a estruturação dos Programas de Investimentos em Infraestruturas, como são os casos do PRRA – Programa de Requalificação, Reabilitação e Acessibilidades e do PLANAH – Programa Nacional de Habitação.



Coessão Territorial

No primeiro mandato do atual Governo (2016/2021), o reforço da descentralização foi uma prioridade e uma realização conseguida:

- Foi introduzida uma nova atitude no exercício do poder e no relacionamento com as câmaras municipais, baseada no respeito pela autonomia do poder local e na efetivação dos princípios constitucionais de complementaridade e subsidiariedade e na produção de sinergias para o desenvolvimento das ilhas.
- Foi implementada uma nova estratégia de distribuição de recursos entre o poder central e o poder local através de parceria para a requalificação urbana e ambiental com a afetação de 50% do Fundo do Turismo, 60% do Fundo do Ambiente e recursos do Programa de Requalificação Urbana e Acessibilidades (PRRA) para o financiamento de projetos com impacto social, económico e ambiental em todos os concelhos do país.

- Introduzida transparência, estabilidade e previsibilidade nas relações financeiras com os municípios através da afetação plurianual de recursos partilhados para o financiamento de projetos de investimentos de âmbito local (requalificação urbana e ambiental, requalificação de orlas marítimas, acessibilidades, reabilitação de casas) e sua publicitação no Boletim Oficial.
- Envolvimento das câmaras municipais na realização de obras escolares, reabilitação, instalações sanitárias e mobiliário de escolas secundárias e de EBI.
- Consagração no OE de verbas para a diferenciação positiva dos pequenos municípios.
- Dotação à ANMCV de meios e de recursos para implementar programas de reforço da organização e da capacidade de gestão dos municípios e para implementar, em parceria, o Programa Cidades Saudáveis.
- Alívio da fiscalidade municipal com impacto nos orçamentos municipais: (1) isenção aos municípios do pagamento de IVA que incide sobre investimentos municipais de interesse público; (2) isenção do pagamento da taxa ecológica; (3) isenção do pagamento de impostos nas operações de financiamento através de emissão de obrigações municipais.
- Devolução aos municípios de competências na aprovação de instrumentos de gestão urbanística e de planeamento territorial municipal.
- Alteração a lei da cooperação internacional descentralizada suprimindo os artigos que violavam a autonomia municipal.
- Transferência dos Centros de Juventude e dos Centros de Desenvolvimento Social para os Municípios, eliminando a

sobreposição de competências entre o Governo e os municípios no que se refere às ações juvenis e sociais.

- Descentralização das ações de proximidade e parceria com os Municípios na gestão dos programas de proteção e desenvolvimento social (acesso à saúde, habitação, atividades geradoras de rendimento e acesso à educação).
- Cedência às câmaras municipais da gestão das casas da classe A do Programa Casa para Todos.
- Aprovação da lei que cria a Polícia Municipal e envolvimento dos municípios no Programa Nacional de Segurança Interna e Cidadania.

Novo Estatuto dos Municípios, novo regime financeiro dos municípios, lei de bases do orçamento municipal, e novas leis do Imposto Sobre a Propriedade de Imóveis e Imposto Sobre a Transmissão de Imóveis foram elaborados. Estão a ser objeto de revisão para serem novamente remetidos ao Parlamento para aprovação.

Foram criados regimes fiscais mais favoráveis para a atração de investimentos nos diversos concelhos através de Projetos de Mérito Diferenciado e das Convenções de Estabelecimento que preveem benefícios fiscais contratualizados em condições mais vantajosas quando os investimentos se realizam em concelhos cujo PIB per capita é inferior à média nacional.

No quadro da territorialização dos ODS e de alinhamento com o PEDS, vinte municípios já possuem Plano Estratégico Municipal de Desenvolvimento Sustentável ou estão com processos em fase de conclusão.

Para o segundo mandato (2021/2026), o Governo elegeu a Coesão Territorial como uma das traves-mestras para políticas de combate às assimetrias económicas e sociais inter e intrarregionais, contribuindo para a convergência e a equidade no acesso às oportunidades de desenvolvimento por todos os indivíduos, independentemente da sua ilha de origem e residência:

- Foram aprovados a Política Nacional de Coesão Territorial (em Maio de 2022; o Sistema de Coordenação da Política de Coesão Territorial (em junho de 2022); a Estratégia Nacional de Descentralização (em junho de 2022); o Sistema de Planeamento do Desenvolvimento Regional (remetido ao Parlamento para aprovação) e a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Regional e Local.
- No processo de apoio, conceção e implementação do novo Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS II), foi realizado um estudo de definição do Perfil de Especialização Económica das Ilhas, tendo em conta a elaboração dos futuros Planos Regionais de Desenvolvimento e suporte à espacialização dos investimentos prioritários no país.
- Foi elaborado em parceria técnica com o INE, o Índice de Coesão Territorial, um indicador que permite avaliar a trajetória de desenvolvimento de cada município do país em três dimensões: económica, social e territorial, capaz de dar respostas às necessidades específicas na tomada de decisões em áreas políticas, em prol do desenvolvimento.



Economia Verde

Transição energética

O Governo desenvolve uma Política de Transição Energética com segurança, eficiência e sustentabilidade para reduzir a dependência de combustíveis fósseis e a fatura energética do país.

Desenvolvimento das energias renováveis

Acelerar a transição energética para atingir 30% de produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis até 2025, ultrapassar os 50% em 2030 (aumentar a capacidade instalada de energias renováveis dos 34 MW em 2017, para 250 MW em 2030).

O País regista progressos importantes na execução do Programa Nacional para a Sustentabilidade Energética em todos os eixos estratégicos definidos:

- cerca de 40 MW de nova capacidade solar e eólica em diferentes fases de implementação a concluir no período 2022/23;
- cerca de 6 MW de geração distribuída instaladas nos últimos 5 anos;
- foram emitidas licenças para mais de 3 MW de auto produção, iniciativa de unidades hoteleiras e industriais;
- no armazenamento de energia, o primeiro MW de baterias de lítio vai entrar em funcionamento neste ano de 2022;
- serão lançados mais dois concursos para S. Vicente e Boa Vista.
- o projeto estruturante do central de bombagem hídrica de Santiago (20 MW/160MWh) registou progressos importantes com a realização de estudos robustos detalhados e preparação dos elementos para a estruturação do dossier de concurso de PPP, visando ter a infraestrutura funcional em 2026, tal como previsto no plano diretor do setor elétrico.
- com a Cabeólica foi assinado um Memorando de Entendimento (em Setembro de 2022) para uma parceria pública privada com o objetivo de aumentar a capacidade de produção de energia eólica na Praia, de 11 para 24 MW; instalação de 5 MWh de capacidade de armazenagem na Praia e 5 Mwh de capacidade de armazenagem no Sal, num investimento estimado em 33 milhões euros para entrar em funcionamento em 2024. Estes investimentos aumentam a penetração de energia renovável de 20% para 30%, atingindo a meta prevista para 2025. O impacto nos custos será significativamente inferior ao atual, máximo de 7\$50/kwh, contra os 16\$00/kwh atuais.

Com os projetos solares adjudicados a produtores independentes para as ilhas do Sal, da Boa Vista e de S. Vicente, os projetos solares de pequena dimensão para restantes ilhas em execução, estão criadas as condições para ultrapassar 30% de penetração das energias renováveis em 2025.

Com os projetos estratégicos identificados e em fase de negociação com os parceiros, estarão criadas as condições para ultrapassar 50% em 2030, ou mesmo antes.



De 2016 a 2021, foram feitas reformas e tomadas as seguintes medidas:

- Aprovação e início da implementação do plano Diretor do Sector Elétrico 2018-2030.

- Adoção e início da implementação de processos transparentes e competitivos na contratação de novas capacidades de produção renovável.
- Estabelecidas novas condições relativas a promoção, acesso, licenciamento e exploração inerentes ao exercício da atividade de produção independente e de auto - produção de energia elétrica, com base em fontes de energia renováveis.
- Preparação de novos projetos de centrais de produção de energia elétrica com base em fontes solares nas ilhas de menor demanda: Santo Antão, São Nicolau, Maio, Fogo.
- Criação e implementação de incentivos fiscais e financeiros às energias renováveis: (1) isenção de direitos aduaneiros na importação de equipamentos de produção de energias renováveis; (2) bonificação de 50% dos Juros de créditos contratualizados para as famílias, micro e pequenas empresas para aquisição de equipamentos de microprodução renovável.
- Implementação de projetos demonstrativos de eficiência energética em edifícios públicos (Hospitais Centrais e Regionais, alguns serviços públicos e Assembleia Nacional).
- Aumento da microprodução de energia solar no sistema de mobilização de água para a agricultura.



Previsto para 2022/2026:

- Implementação do projeto de instalação de parques fotovoltaicos nas ilhas de Santo Antão, Fogo, Maio e São Nicolau.
- Investimento em sistemas de armazenamento de energia (Sal, BV, SV, ST).
- Implementação de “Santiago Pumped Storage”, projeto de armazenamento bombeado de 20 MW.
- Reformulação e reforço do programa de incentivos para aquisição de sistemas de microprodução e eficiência energética com pacote focalizando também o setor produtivo.
- Reforço da aplicação das energias renováveis na mobilização de água para consumo humano e para a agricultura, em infraestruturas e equipamentos de apoio à pesca.
- Operacionalização de Green Bonds como forma alternativa de financiamento.
- Estudo de viabilidade e plano de ação para promover a produção de hidrogénio verde.

- Micro geração e eficiência energética para famílias em situação de vulnerabilidade económica (em formulação no novo pacote LuxDev).
- Massificação da geração distribuída em edifícios da administração pública (em desenvolvimento com a LuxDev).

A transição energética é uma oportunidade para investimentos e criação de empregos.

Através da formação profissional, promoção de empreendedorismo e estágios profissionais promovidos pelo CERMI e pelo IEFP, programas são dirigidos nesse sentido.

Foram realizadas de 2016 a 2021 no CERMI: (1) um total de 46 ações de formação profissional que beneficiaram 1.118 jovens; (2) formação dirigida à inclusão social de mais de 100 jovens; (3) formação para jovens de todos os 22 municípios.

Novas ações estão direcionadas para: (1) formulação, em articulação com CERMI e Pró Empresa, do Programa de Massificação de Sistema de Micro Produção das Energias Renováveis Solar nas PME's; (2) fomento empresarial, pesquisa & desenvolvimento para a exploração do potencial do setor dos serviços ligados à transição energética.



Mobilidade elétrica

Atingir 100% de veículos elétricos até 2050. Tornar obrigatório nas aquisições de viaturas para a administração pública, chefias e membros do Governo pelo menos 30% ser veículos elétricos. Criar condições para, até 2026, 1/4 da nova aquisição da frota nacional, incluindo transportes passageiros, escolares, minibus e táxis, seja veículos Elétricos. Introduzir mobilidade elétrica na economia marítima (aquisição de motores elétricos, incluindo baterias e painéis, para embarcações de pescas).

Reformas e medidas implementadas em 2016/2021 e em curso:

- Aprovada em 2019, a Carta de Política de Mobilidade Elétrica que estabelece como visão a substituição gradual até 2050 de todos os veículos movidos a motor térmico por motor elétrico.
- Aprovado o Plano de Acção para a Mobilidade Elétrica.

- Isenção dos direitos aduaneiros e IVA na importação de Veículo Elétricos (VE) e equipamentos de recarga.
- Mobilização de financiamento do Nama Facility para a implementação do programa de promoção da mobilidade elétrica.
- Programa de incentivos para apoiar a aquisição de 600 veículos elétricos e 100 Postos de Carregamento (PC).
- Estabelecimento de uma rede pública de postos de carregamento de veículos elétricos.
- Desenvolvimento do quadro legal e regulamentar para VE's e carregamento dos VE's.
- Implementação de Projetos pilotos de autocarros eléctricos. Estudo lançado para avaliar a viabilidade econômica e requisitos técnicos.
- Capacitação de profissionais do sector, incluindo intercâmbio internacional de conhecimentos. Plano de ação em desenvolvimento.
- Monitorização e relatório das emissões de GEE relacionadas com o transporte rodoviário.
- Sensibilização da população. Ações e plano de comunicação em preparação.
- Integração do carregamento dos VE's na rede elétrica. Estudo para avaliar o impacto na rede elétrica.

De 2016 a esta parte, a frota de Veículos Elétricos em circulação aumentou de 0 para 74. Vinte e seis candidaturas ao programa de incentivos para aquisição de veículos elétricos, estão pré-aprovadas desde o início em junho. Está também em andamento concurso para a seleção de uma concessionaria que irá instalar os primeiros 44 postos de carregamento público, financiados no âmbito do PROMEC.

Promoção da eficiência energética

Garantir a cobertura de eletricidade em 100% a nível nacional; melhorar a eficiência no fornecimento e no consumo de energia para reduzir a fatura energética em 25%; e reduzir Índice da intensidade energética em 10%, até 2026 (eficiência energética através de soluções tecnológicas).

Reformas/Medidas implementadas 2016/2021:

- **Gestão e Tecnologias eficientes:** (1) melhoria de Eficiência na produção térmica de eletricidade com migração para combustíveis mais económicos Fuel 180 e Fuel 380. Em Santiago fez-se a migração para combustíveis mais económicos, com impacto na redução dos custos de produção de eletricidade. A pandemia, as mudanças estruturais mercado internacional de combustíveis e a aceleração da transição energética tornaram irrelevante a continuidade dessa medida noutros centrais; (2) melhoria da Eficiência da Iluminação Pública, com início nas Cidades da Praia e de Santa Maria em 2018, a substituição do sistema tradicional de Iluminação Pública por lâmpadas LED, com redução de consumo de energia, verificada em 53,2%, prevendo-se sua extensão para as outras ilhas no horizonte 2023 – 2024; (3) gestão comercial mais eficiente para reduzir as perdas: introduzido em 2020, um sistema tecnológico de alto nível de proteção de receitas (MRS/MDM), com contadores inteligentes, monitorizando à distancia consumidores com elevado volume de consumo de eletricidade. O sistema instalado, mais o incremento dos contadores inteligentes em curso, permite a concessionária de eletricidade monitorizar em tempo real cerca de 60% do volume global da sua faturação. A instalação recente de Laboratórios

modernos de aferição de contadores e do Centro de Controlo de Medições na Electra Norte e Sul, contribui para uma relação comercial mais eficiente e justa; (4) entrada em funcionamento em 2020 do Novo Centro Nacional de Despacho com o sistema SCADA/ EMS/ DMS: visa elevar o nível de Eficiência e da Qualidade de Serviço nos processos de produção, transporte, distribuição e comercialização de energia elétrica. Na 1ª fase o SCADA abrange as ilhas de Santiago, São Vicente e Sal.

- **Consumidores mais eficientes:** (1) criação em 2019 do Sistema Nacional de Etiquetagem e Requisitos dos Equipamentos Elétricos: contribuiu para escolhas eficientes e amigas do ambiente (a utilização de equipamentos com maior eficiência energética permite reduzir o consumo de energia, o que por sua vez possibilita importantes poupanças de custo, mas também diminui a emissão de gases de efeito de estufa, relevando-se um importante meio de combate às alterações climáticas); (2) código de Eficiência Energética em Edifícios, criado em 2020, promove a construção de edifícios energeticamente eficientes, com redução na procura de uso de energia elétrica e garantia das condições de salubridade e do conforto termo higrométrico.



Reformas e medidas em curso e previstas para até 2026:

- Massificação de instalação de contadores Inteligentes.
- Extensão do SCADA/SEM/DMS para todas as ilhas.
- Operacionalização do Sistema Nacional de Etiquetagem e Requisitos dos Equipamentos Elétricos, mobilizando a Direção geral de Alfandega e Importadores/revendedores.
- Operacionalização do Código de Eficiência Energética nos Edifícios.
- Operacionalização das Empresas de Serviço Energético.
- Operacionalização do regime dos Consumidores Intensivos de Energia, que irão beneficiar com a implementação de medidas de eficiência energética.
- Iluminação pública (IP) 100% LED.
- Reforço do combate ao roubo de energia.

Um plano para reduzir perdas na distribuição de energia elétrica vai ser implementado através de intervenções para mitigar as perdas técnicas nas redes, aumento de eficiência na gestão comercial, massificação de contadores inteligentes e pré-pagos, sistema de informação, sensibilização e comunicação. Perdas atuais na distribuição de energia elétrica atingem 25,5%. Cada 1% de perdas representa um volume de energia não faturado de 190 mil contos/ano.

Medidas punitivas de roubo de energia serão reforçadas. Uma efetiva colaboração da Polícia Nacional e da Inspeção Geral das Atividades Económicas (IGAE) nas ações das equipas técnicas da Concessionária deverá ser assegurada. A Lei de combate ao furto e fraude de eletricidade deverá ser aprovada.

A substituição dos painéis do parque solar de Palmarejo por outros mais eficientes, aumentará a capacidade de produção de 4,5 MW para 10 MW (os painéis substituídos serão reutilizados no programa de massificação da microprodução para autoconsumo). Proporcionará ao país uma poupança em cerca de 3.714 toneladas no consumo de combustíveis na produção de eletricidade, equivalente a 390 mil contos/ano.

Com o sistema de IP 100% LED, o consumo anual de energia na Iluminação Pública reduz de 14,5 GWh atual para 9,1 GWh. Essa redução de 5,4 GWh representa uma poupança anual 1.190 toneladas de combustível na produção de eletricidade.

Reforço institucional e promoção do ambiente de negócio

Reformas/Medidas implementadas 2016/2021:

- Aprovado o Plano Diretor para o Sector Eléctrico e a Carta de Política para Mobilidade Eléctrica. Dois instrumentos importantes de orientação e de gestão do sector da energia e de comunicação entre todos os participantes no processo de transição energética.
- Instalação do Sistema de informação energética, alojado no Data Center da Nosi, com plataforma de licenciamento de projetos e registo on-line de micro-produtores de energia renovável e de empresas de prestação de serviços energético.
- Aprovado o Código de Rede Eléctrica de Cabo Verde, em 2019, que define os requisitos técnicos de instalações geradoras de energia eléctrica e de sistemas de armazenamento de energias que devem ser ligados à rede eléctrica do país.
- Aprovadas em 2020 as Regras Técnicas de Instalações Eléctricas de Baixa Tensão para garantir a segurança das pessoas e equipamentos, e bem como da qualidade das instalações eléctricas de baixa tensão.
- Regulamentação de Empresas de Serviço Energéticos e de Consumidores Intensivos de Energia.
- Aprovados vários regulamentos nos domínios de acesso à rede, qualidade de serviço e relações comerciais.

Reformas e medidas em curso e previstas para até 2026:

- Regulamento de Segurança de Linhas Eléctricas de Alta Tensão.
- Regulamento de Segurança das Redes de Distribuição de Energia.
- Regulamento de Segurança de Subestações e Postos de Transformação e de Seccionamento.

- Atualização do Plano Diretor do Sector Eléctrico.
- Regulamento relativo a atividade, instalação, inspeção de Elevadores, Monta Carga, Tapetes Rolante, Escadas Mecânicas.
- Regulamento relativo aos sistemas de Armazenamento.
- Regulamento relativo aos Operadores Públicos e Privados de Postos de Carregamento de veículos eléctricos.

Até 2030, deverão ser investidos 480 milhões de euros para implementar o programa nacional de sustentabilidade energética, nomeadamente no setor das energias renováveis que é o grande acelerador da transição energética proporcionando a redução da fatura energética e as vulnerabilidades na balança de pagamentos por via da redução da importação de combustíveis.



Aumento de resiliência e sustentabilidade do setor agrário

O Governo tem realizado reformas, implementado políticas e investimentos na perspectiva de desenvolvimento integrado do setor agrário e das regiões rurais, perspetivando:

- **Transição da agricultura e pecuária tradicional de subsistência para mais produtividade, mais rendimento e orientação para o mercado** através da formação, empreendedorismo e financiamento; maior e melhor uso da I&D e da inovação na produção; e logísticas de distribuição.
- **Estratégia de água assente na diversificação das fontes de irrigação**, através da produção de água dessalinizada, massificação da rega gota a gota e economia circular da água.
- **Aceleração da transição energética** na sua aplicação para a produção de energia para consumo das famílias e da atividade produtiva, particularmente a produção de água para a agricultura e pecuária.
- **Expansão de projetos hidroagrícolas** integrados associando mobilização da água, disponibilização de parcelas de terrenos, facilidades para a regularização fundiária, formação, financiamento e extensão rural.
- **Melhoria de acessibilidades e mobilidade** através de desencravamentos de localidades agrícolas e de transportes marítimos mais eficientes.
- **Desenvolvimento das pescas e das comunidades piscatórias** através de investimentos em infraestruturas de apoio à pesca, formação, incentivos e financiamento da pesca artesanal e linha de crédito para modernização e adequação da frota.

- **Implantação e desenvolvimento do turismo rural** com o forte impulso do programa Aldeias Turísticas Rurais e investimentos em infraestruturas que criem valor turístico como a requalificação urbana e ambiental, requalificação de orla marítima, restauro e requalificação de património histórico, cultural e religioso, centros interpretativos e museus, requalificação de caminhos vicinais, identificação e sinalização de trilhos, construção de miradouros e de postos de informação turística.
- **Melhoria da qualidade de vida das famílias** com o acesso à água, eletricidade, saneamento, habitação, requalificação de bairros e localidades e saúde.
- **Eliminação da pobreza extrema e redução da pobreza absoluta** através da (1) inclusão pelo rendimento (RSI e Pensão do Regime não Contributivo); (2) das transferências sociais como a subsídio do ensino pré-escolar, a gratuitidade do ensino básico e secundário, o alargamento e reforço da ação social escolar e a isenção da taxa moderadora de saúde; (3) da inclusão produtiva e acesso à formação profissional e do empreendedorismo com diferenciação positiva para os jovens mais pobres.
- **Estratégia de Desenvolvimento Local e Regional** orientada para a coesão territorial e coesão social com especial incidência em políticas de combate às assimetrias económicas e sociais.
- **Aumento da capacidade de resposta a situações de emergência** através do Fundo Nacional de Emergência, do financiamento climático e um posicionamento assertivo de Cabo Verde no Grupo dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, SIDS.



Estratégia da água

A estratégia da água para o consumo humano, para a atividade económica e a agricultura, menos dependente de fontes subterrâneas, associada às energias renováveis, ao aumento da eficiência e à economia circular da água, é prioridade para aumentar a resiliência de um país fortemente afetado pelas mudanças climáticas, seca e escassez hídrica.

Para o abastecimento público, o país pratica a dessalinização da água do mar desde há cerca de 50 anos cobrindo cerca de 80% do consumo atual. Com cada vez maior escassez hídrica decorrente da redução das precipitações e das secas, torna-se necessário alargar esta tecnologia para as necessidades de irrigação, em complemento da exploração das águas subterrâneas e de escoamento superficial.

Água para consumo humano

As políticas, a melhoria da governança e os investimentos realizados permitiram ao país, apesar de três anos consecutivos de seca severa, aumentar o consumo doméstico per capita de água canalizada em rede pública de 38 litros/pessoa/dia em 2015 para 64 litros/pessoa/dia. A taxa de cobertura de água domiciliária a partir de rede pública, aumentou de 66,4% em 2015 para 85,1% em 2020.

Melhoria do acesso a água e saneamento:

- Construção de quilômetros lineares de rede de água: entre 2016 e 2021 foram construídas 3.277,90 KmL de redes de abastecimento de água, a nível nacional
- Ligações domiciliárias: entre 2017 e 2021, foram instalados um total de 27.718 contadores (ligações domiciliárias a rede pública de abastecimento de água).
- Saneamento: entre 2026 e 2021, foram construídos 265,80 KmL de rede de esgoto. Foram ligadas à rede de esgoto um total de 9.095,00 domicílios



Principais investimentos realizados:

- Ampliação das estações de dessalinização de S. Vicente e Sal. Foram disponibilizados 20.000 m³ adicionais de água (10.000 m³/dia cada), um investimento de mais de 22,1 milhões de Euros, concluído em 2018.
- Aumento da capacidade de produção na Praia, passando de 15.000 m³/dia, para 22.000 m³/dia, com entrada em funcionamento de mais uma unidade de dessalinização.
- Rede de adução de água dessalinizada Praia/Ribeira Grande Santiago e reforço de produção de água dessalinizada para Cidade Velha.
- Recuperação de dois furos em Sta Clara. Construção rede adução Lapa Cachorro/Santana.
- Instalação de uma unidade de dessalinização de água em Ribeira da Barca, Sta Catarina) e construção de redes de distribuição de água Ribeira da Barca/Assomada.

- Rede de adução de água dessalinizada São Domingos/Rui Vaz/São Lourenço dos Órgãos.
- Reforço de distribuição de água potável fora de rede às zonas altas: reforço dos sistemas de produção e abastecimento de água a partir das duas unidades de dessalinização de Santa Cruz e Calheta São Miguel, com o reforço dos sistemas de energia solar.
- Dessalinização água e rede de adução zona norte da Boavista (150 a 200 m³/dia), em Cabeça dos Tarafes, Fundo das Figueiras e João Galego.
- Instalação de rede domiciliária e reservatório em Povoação Velha, Boavista.
- Instalação de uma dessalinizadora com energia solar no Maio.
- 150.000 contos investidos nos últimos 2 anos em S. Filipe, Fogo, permitindo o acesso a água a 1.200 famílias e elevação da taxa cobertura de água canalizada no Fogo para 98%.
- Projeto de adução e distribuição de água em Planalto Norte, Santo Antão, com sistema de bombagem alimentado por parque de energia solar irá beneficiar comunidades e a atividade pecuária.

Principais investimentos em curso:

- Instalação de dessalinizadora em Ribeira das Pratas, Tarrafal de ST.
- Construção de reservatório e redes de adução e de distribuição para em S. Salvador do Mundo, S. Lourenço dos Órgãos e Santa Catarina.
- Instalação de uma dessalinizadora de água de 500m³/dia na zona de Furna, Brava.
- Prospeção de água subterrânea em cinco furos profundos na zona norte, zona sul do Fogo e em chã das caldeiras.

Objetivos e metas próximos:

- Massificação das redes de abastecimento de água, garantindo a todos os domicílios o acesso ao abastecimento de água por meio de rede pública e o consumo médio per capita para 90 litros por dia.
- Massificação do acesso a rede de água e de esgoto e a instalações sanitárias domiciliárias. Afetação dos recursos do Fundo do Ambiente com prioridade para a satisfação das condições básicas das famílias mais pobres e vulneráveis no acesso à rede de água e de esgotos e a instalações sanitárias e com prioridade para o saneamento básico. São 807 mil contos de transferências aos municípios para o período 2021/2024, no quadro das Diretivas de Investimentos no Ambiente.
- Aumento da capacidade de produção de água dessalinizada para consumo humano.
- Redução do custo médio de produção e distribuição por kW/m³ de água dessalinizada no consumo doméstico, através de energias renováveis.
- Universalização da telegestão de todos os sistemas de produção e distribuição de água a nível nacional.
- Implementação do Projeto de Água e Saneamento de Santo Antão.
- Implementação dos projetos financiados pelo JICA.
- Implementação do Projeto Bairros Periféricos (12 bairros da Praia).
- Investimento na segurança inteligente dos sistemas de produção e distribuição de água.
- Construção de aterros controlados, conversão dos aterros controlados em aterros sanitários, encerramento de lixeiras e construção de centros de serviços nos aterros sanitários.

Como resultados, Cabo Verde está a passos largos para cumprir com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das nações Unidas e com as metas estabelecidas no PLENAS e no Programa do VIII Governo Constitucional. Desde de 2016, o Governo de Cabo Verde tem apostado fortemente e engajado na melhoria das condições de higiene e salubridade das habitações, investindo nas infraestruturas e equipamentos sanitários coletivos e das pessoas.



Água para agricultura

A agricultura consome cerca de 70% dos recursos hídricos. É o setor de maior pressão sobre a demanda de água e, ao mesmo tempo, o mais afetado pela sua escassez e pelas mudanças climáticas. Trinta e dois por cento da população cabo-verdiana vive em zonas rurais, sendo a mais atingida no rendimento e no emprego quando se registam períodos de seca severa.

A estratégia de água para a agricultura orienta-se por:

- Dessalinização da água com prioridade para água salobra.
- Massificação do uso das energias renováveis na produção de água para a agricultura.
- Aumento significativo da reutilização das águas residuais na agricultura.
- Afetação da água dos furos, poços e nascentes apenas para a atividade agrícola.
- Massificação do uso de rega gota-a-gota^{xvi}.
- Aumento da capacidade de prospeção e perfuração a grandes profundidades.
- Viabilização e valorização das barragens construídas lá onde é possível.

A estratégia de melhoria de gestão e de mobilização de mais água para a agricultura associada às energias renováveis (limpas) foi fortemente implementada nos últimos anos. Se em 2015 existiam apenas 15 sistemas fotovoltaicos instalados, hoje o país conta com 120 sistemas. Resultam sobretudo, dos incentivos (neutralidade fiscal e aduaneira) que foram atribuídos pelo Governo. O Governo reafirma seu forte compromisso em relação ao cumprimento efetivo da sua meta de médio e longo prazo, que consiste em equipar 100% dos furos de água para rega com sistemas fotovoltaicos. São cerca de 950 furos por equipar, em todas as ilhas, num investimento global de 5,7 milhões de contos, que serão mobilizados e programados plurianualmente.

A reutilização segura das águas residuais tratadas é uma realidade em algumas ilhas. No Sal, onde uma quantidade de cerca de 2.000m³/dia é aproveitada para campo de golfe e viveiro de plantas ornamentais. Na Boavista um projeto de aproveitamento de 800m³/dia está a ser equacionado. Investimentos para a reutilização foram iniciados em São Vicente. No quadro das linhas de crédito com o BADEA e com a Hungria, vão ser aproveitadas as águas residuais tratadas em Santiago e Santo Antão.

O financiamento da linha de crédito facultado pela Hungria no valor de 35 milhões de euros vai ter como prioridade o investimento em sistemas de dessalinização de água para a agricultura e aumentar assim a disponibilidade de água.

Através do POSER, só em 2022 o Governo está a investir aproximadamente 300 mil contos em 23 projetos hidroagrícolas e pastoris, beneficiando 1.523 pessoas diretamente. Como demonstrativo dos ganhos, destaque para três projetos, cofinanciados pelo POSER, concluídos e inaugurados no primeiro trimestre de 2022:

- **Projeto da Zona Sul do Fogo**

Os investimentos realizados no sistema da Zona Sul em mais de 110 mil contos contribuíram para aumentar a quantidade de água para agricultura em mais de 200 m³/dia. O aumento de produção diária e o aumento da capacidade de bombagem, resultantes das intervenções, traduziu igualmente na expansão de área irrigada em aproximadamente 12 hectares, beneficiando 54 agricultores. O projeto, no seu todo, beneficiou diretamente mais de 1700 pessoas, nos domínios da agricultura, pecuária e no abastecimento de água para o consumo.

- **Projeto Integrado da Brava (Hidroagrícola e Pesca)**
O projeto hidroagrícola de valorização e utilização eficiente dos recursos naturais, na bacia hidrográfica de Ferreiros e da cooperativa de pesca em Lomba Tantum, beneficiou diretamente 82 pessoas, mas tem um impacto a nível de toda a ilha, especialmente, na produção de gelo e na conservação do pescado, pois a infraestrutura serve toda a ilha.
- **Projeto Hidroagrícola de Achada Grande (Tarrafal de Santiago)**
Contribui para a melhoria da situação económica e social dos residentes, recorrendo à inovação tecnológica (investindo em nova tecnologia de irrigação, armazenamento de água, bombagem e eletrificação dos sistemas de bombagem) e no uso dos recursos naturais locais, favorecendo assim a fixação da população local e a melhoria das oportunidades de emprego e segurança alimentar. Aumentou a disponibilidade de água em 500 m³/dia aliada à redução dos custos de bombagem em cerca de 50%, bem como a extensão de terrenos agrícola.
- **Projeto Hidroagrícola de Ribeira dos Picos, Santa Cruz**, integrado no POSER, teve início no mês de Outubro de 2022 e enquadra-se na valorização económica do investimento na construção da Estrada Estrada Salina/Ribeira dos Picos.
- **Projeto de adução e distribuição de água em Planalto Norte, Santo Antão**, com sistema de bombagem alimentado por parque de energia solar irá beneficiar comunidades e a atividade pecuária.

O projeto da Bacia Hidrográfica de S. João Batista, R^a Grande de Santiago, financiado pelo BADEA no valor de 15 milhões de dólares já teve não objeção e concurso será lançado.



Ambiente e ação climática

Alinhamento com os princípios e acordos internacionais, cumprimento das convenções internacionais e Convergência Normativa com a União Europeia em matéria ambiental. Reduzir as emissões em 38% até 2030 e atingir a neutralidade carbónica em 2050.

Medidas em curso e previstas:

- Elaboração e aprovação de um roteiro para implementação do Acordo de Paris.
- Reformulação da Autoridade Nacional Designada para Fundos Climáticos para garantir maior eficiência na mobilização de recursos.
- Atualização da NDC (Contribuição Nacionalmente Determinada) com foco em medidas de adaptação.

- Aprovação do Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas.
- Aprovação do Plano de Resiliência para o setor agrícola.
- Preparação do primeiro Readiness para o Fundo Verde do Clima (um milhão de dólares por ano, durante 3 anos) e apresentação de projetos.
- Revisão da legislação sobre a exploração de massas minerais.
- Aprovação do regime jurídico da avaliação ambiental estratégica.
- Aprovação de uma nova legislação sobre a utilização de plásticos em Cabo Verde.
- Aprovação da estratégia nacional de exploração de inertes.
- Melhoria da Governança Climática e da Capacidade de Resposta, com destaque para: (1) aprovação da Lei do Clima; (2) elaboração do Relatório sobre o estado e a qualidade do Ambiente; (3) desenvolvimento de instrumentos para aprimorar acordos de governança e a capacidade de mobilizar e gerir os fundos e recursos para a gestão das mudanças climáticas e riscos de desastres; (4) elaboração de Planos de Resiliência Climática nos sectores chave de desenvolvimento (recursos hídricos, agricultura, saúde, zonas costeiras e turismo; (5) fortalecimento das ações de adaptação para enfrentar as vulnerabilidades atuais e futuras, as ações para a compreensão das mudanças climáticas e a implementação de respostas concertadas e planeadas a eventos climáticos extremos.
- O Governo promoveu a máxima integração da política agrícola do país com a proteção do ambiente. Para o efeito, definiu e implementou medidas que permitem mitigar os impactos negativos da atividade agropecuária nos ecossistemas e o reforço da resiliência e adaptação do setor às mudanças climáticas, como sejam:
- Criação do Comité Nacional de Gestão de Pesticidas que integra principais instituições com responsabilidades diferenciadas e complementares, fazendo com escolha dos pesticidas, a sua

importação, o seu armazenamento e seu uso sejam feitos de forma mais adequada e harmoniosa com os princípios de preservação do ambiente.

- Promoção da estratégia de luta integrada contra as pragas (ex: contra a lagarta do cartucho do milho), privilegiando o uso de bio pesticidas e dos agentes biológicos como inimigos naturais das mesmas, no lugar de produtos mais tóxicos.
- No quadro do plano de Ambição Climática de Cabo Verde para 2030 e das Contribuições Determinadas a Nível Nacional (NDC), o país comprometeu-se em aumentar as áreas florestais até 2025, mediante a florestação (criação de novas áreas) de 7.000 hectares, e reflorestação (replantação) de 3.000 hectares, com espécies resilientes (de preferência endémicas, nativas, forrageiras e fruteiras). Cabo Verde comprometeu-se ainda em elaborar Planos de Gestão Florestal de 7 ilhas (Maio, Santo Antão, São Nicolau, São Vicente, Fogo, Santiago e Boavista); adotar um Plano de Ação de Energia Doméstica até 2023 para impulsionar a utilização de fogões eficientes e aumentar a taxa de penetração do gás butano em detrimento ao uso da lenha; capacitar as comunidades (sobretudo mulheres e jovens) para a conservação de florestas e plantas endémicas com o objetivo de criar oportunidades económicas (produção de chás, ervas aromáticas, produção de óleos essenciais, sabão e atualizar o inventário florestal nacional).
- Reflorestação, especialmente nas ilhas de Santiago, Fogo e Sto Antão, utilizando espécies endémicas e autóctones (mais adaptadas ao clima e mais resilientes face a riscos de incêndios e secas), fruteiras e leguminosas associadas a obras hidráulicas de conservação dos solos e da água. Como resultado, 1.239 hectares de terra foram tratados, com infraestruturas de Conservação de Solos e Águas, e feita a manutenção

das florestas numa área de 353 ha. A cobertura vegetal foi melhorada com a fixação de 455.744 plantas fruteiras.

- Foram produzidas 158.337 plantas florestais e fruteiras, que serão postos á disposição dos agricultores e população em geral, durante a campanha agrícola que se avizinha. Para proporcionar maior rendimento às comunidades, está em curso a substituição de plantas da acácia americana *Prosopis juliflora* por fruteiras em Santiago-Achada Leite, Sta Cruz e Boa Vista-R^a Rabil. Os restos da acácia serão utilizados para a confeção de carvão criando mais renda para as famílias.
- O projeto REFLOR-CV (5 milhões de Euros), cujas intervenções tiveram lugar nas ilhas de Santiago, Fogo e Boa Vista, durante 5 anos, beneficiou um conjunto de organizações comunitárias do meio rural, pequenos agricultores, jovens e mulheres, de 22 comunidades de oito concelhos. Contribuiu para o aumento de área florestada/plantada em cerca de 1.050 hectares, com mais de 460 ha reflorestadas e mais de 580 ha de novas áreas plantadas, representando um aumento da extensão das áreas arborizadas em cerca de 3% nas ilhas de Santiago e Fogo. Em conjunto, estas realizações traduziram-se na contribuição de cerca de 11% da meta total de sumidouro de carbono para o setor florestal preconizada para 2030 no NDC de Cabo Verde. O projeto fez a fixação de mais de 350.000 plantas de espécies arbóreas e arbustivas, incluindo 65.000 plantas de espécies fruteiras e forrageiras, criou mais de mil empregos diretos, capacitou 32 técnicos em diversas áreas de gestão florestal e treinou 123 homens e 97 mulheres na prevenção de incêndios florestais. Permitiu ainda reduzir os riscos de erosão e enxurradas numa área de mais de 1.000 hectares através de obras de conservação dos solos e plantações em zonas de declives, nas áreas

semiáridas, sub-húmidas e húmidas, tendo para isso construído 250.000 caldeiras e mais de 237.000 metros de banquetas.

- Promoção da estratégia da economia circular da água, mediante a reutilização das águas residuais tratadas na agricultura.
- Utilização das energias limpas na mobilização e distribuição de água para a rega (parques fotovoltaicos instalados por todo o país), contribuindo para redução de gases de efeito de estufa do setor agrícola.
- Confinamento do gado, através da construção de mais de uma centena de currais, contribuindo para melhor proteção da biodiversidade e recuperação da cobertura vegetal dos solos.



Na preservação e conservação do ambiente há ganhos importantes:

- Em 2018, a ilha de Santa Luzia recebeu um prémio internacional atribuída pela SMILO (Organização Internacional para Pequenas Ilhas) na categoria de sustentabilidade na gestão da paisagem e da biodiversidade.

- Em 2019, o Parque Natural da Cova/Paul/Ribeira da Torre, em Santo Antão, recebeu o prémio internacional Melina Mercouri, atribuída pela UNESCO.
- Em 2019, o Jardim Botânico de S. Jorge foi distinguido com o prémio internacional “Terras Sem Sombra” na categoria de Salvaguarda da Biodiversidade.
- Em 2020, as ilhas do Maio e Fogo foram classificadas como Reservas Mundiais da Biosfera da UNESCO.

Três anos consecutivos a receber prémios internacionais ligados à conservação da biodiversidade, dos ecossistemas e das paisagens, é motivo de estímulo e incentivo para reforçar as reformas, as políticas, os investimentos e o cumprimento das convenções internacionais ratificadas pelo país em matéria do ambiente.

No período 2016/2021, uma grande dinâmica foi introduzida no cumprimento das convenções internacionais em matéria do ambiente. Destaque para:

- Saída de Cabo Verde da lista dos países em incumprimento da Convenção de Basileia com a submissão e implementação do Plano de Cumprimento Voluntário da Convenção de Basileia.
- Regularização das dívidas acumuladas pelo Estado em relação às quotas devidas às Convenções em matéria do ambiente (algumas delas devidas desde 2012).
- Finalização e submissão do Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo ao Secretariado da Convenção.
- Avaliação inicial de Mercúrio no âmbito da Convenção de Minamata sobre o mercúrio e início do processo de adesão à Convenção.

- Apresentação e submissão da 3.^a Comunicação Nacional sobre Mudanças Climáticas ao secretariado da Convenção Quadro das Mudanças Climáticas.
- Apresentação e submissão do 5.^o e 6.^o Relatório sobre o estado da Biodiversidade ao secretariado da Convenção da Diversidade Biológica.
- Ratificação do Acordo de Paris (2018).
- Ratificação da Emenda de Kigali (2020).
- Atualização da NDC (Contribuição Nacionalmente Determinadas) e sua submissão ao Secretariado da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, UNFCCC (2021).



Um Fundo Nacional de Emergência (FNE) foi criado para fazer face às catástrofes naturais e aumentar a capacidade operacional do país. O FNE é alimentado com 0,5% das receitas tributárias não consignadas do Orçamento do Estado do ano anterior, mais os rendimentos provenientes da

aplicação financeira, participações das entidades públicas e privadas, e participações de entidades internacionais.

Um Fundo Soberano de Emergência (FSE), fundo off shore do Estado de Cabo Verde, foi criado com a finalidade de financiar ações de reparação de danos provocados por catástrofes naturais e ambientais e programas para mitigar os efeitos dos choques económicos externos na economia nacional, incluindo os de natureza financeira, energética, cambial e de preços.

Sessenta por cento dos recursos do Fundo do Ambiente são destinados ao financiamento de projetos de âmbito municipal para a gestão integrada de resíduos sólidos urbanos, drenagem de águas pluviais e requalificação ambiental e urbana com impacto na melhoria da qualidade ambiental e sanitária das cidades, vilas e localidades e informação, sensibilização e educação ambiental. Os restantes 40% são aplicados em projetos da administração central, empresas e ONG's nas áreas do saneamento básico, gestão integrada de resíduos e produtos perigosos, prevenção da poluição ambiental e da degradação do meio envolvente, restauração de ecossistemas.

De 2017 a 2021, o Fundo do Ambiente orçamentou e programou projetos no montante global de 3,6 milhões de contos.

Para 2021/2025, estão programados e afetados 4,1 milhões de contos, sendo 2,4 milhões destinados ao financiamento de projetos municipais.



Transformação da Agricultura

A viabilização da agricultura e sua transformação numa atividade económica produtiva passa pela estratégia de água associada às energias renováveis que reduza a vulnerabilidade do país face às alterações climáticas (particularmente a seca), a modernização da prática agrícola com o uso da investigação aplicada, de tecnologia, capacidade de gestão e logística de acesso ao Mercado. Para além do mercado turístico em crescimento, a produção agro-pecuária tem um mercado potencial grande que é o da substituição de importações.

Os objetivos são: (1) aumentar anualmente, em pelo menos 15 % o VAB do setor agrícola e o rendimento dos produtores; (2) recuperar 6.942 hectares de terras degradadas, com boas práticas de conservação de solos e água, florestação e reflorestação; (3) aumentar anualmente em 10% o valor dos produtos agropecuários locais no mercado turístico; (4) e assegurar o acesso

regular e permanente da população a uma alimentação suficiente, segura, saudável e nutritiva, reduzindo para menos de 20% a insegurança alimentar.

Investimentos vão ser reforçados na dessalinização de água, reutilização segura de águas residuais, massificação da rega gota a gota, viabilização e valorização de barragens, construção e reabilitação de infraestruturas de mobilização e armazenamento de água e de correção torrencial, no reforço do nexo água/energia renovável e na criação de novos perímetros irrigados.

São prioridades: (1) a extensão da área hortofrutícola de sequeiro, a fixação de fruteiras, a disponibilização de animais das espécies bovina e cunícola; (2) o controlo de doenças e a assistência zooveterinária, a reabilitação de infraestruturas de produção e conservação de sementes de laboratório veterinário, a criação de banco de sementes, o desenvolvimento de unidades de produção e multiplicação de plantas in vitro, a instalação de estufas, o desenvolvimento da investigação para as novas práticas de produção que minimizem os impactos das mudanças climáticas e garantem a sustentabilidade na produção agrícola; (4) a implementação de um sistema de assistência técnica privada para a prestação de serviços aos agricultores, mediante participação do Estado; (5) o investimento em sistemas de logística e comercialização de produtos agrícolas, mediante parceria público-privada.

Mecanismos de financiamento e incentivos à produção e rendimento têm permitido dinamizar o empreendedorismo e investimentos no setor agrário:

- Isenção do IVA e de direitos aduaneiros na importação de materiais e equipamentos de rega, bem como de alimentos, medicamentos, vacinas e outros produtos para a produção animal.

- Isenção de direitos de importação e de imposto sobre o valor acrescentado (IVA) na importação de máquinas, equipamentos, peças e acessórios para a dessalinização de água para uso na agricultura e sistemas de bombagem com recurso a energias renováveis.
- Incentivos financeiros para investimentos em máquinas e equipamentos agrícolas, materiais elétricos, mecânicos e hidráulicos para a valorização da produção e mobilização e distribuição de água para rega.
- Benefícios aos agricultores e criadores de gado no âmbito da regularização de prédios rústicos, através da isenção de pagamento de emolumentos e do imposto de selo os atos notariais.
- Atribuição de titularidade de propriedade de parcelas de terreno do Estado.
- Bonificação da ração animal no contexto de programas emergenciais.
- Programa de subvenção para a instalação de sistemas de rega gota-a-gota, em que o Estado assume 50% dos custos.
- Financiamento e bonificação de crédito para as atividades ligadas à agricultura e à pecuária.
- Linha de crédito para o sector agropecuário no valor de 300 mil contos no quadro do Plano de Recuperação da Economia (6 meses de carência, taxa de juros 3,5%, 80% de garantia do Estado, 10% partilhação do MAA e 10 anos período de maturação).

Nos últimos 3 anos foram duplicados os investimentos destinados à ação do INIDA. Progrediram de 119 mil contos em 2016 para mais de 248 mil contos em 2021.

Ações de investigação desenvolvidas alinhadas com as necessidades do aumento da resiliência agrária: melhoramento de variedades vegetais e animais adaptados, avaliação da rentabilidade agroeconómica da produção agropecuária, valorização das zonas áridas e semiáridas e massificação da produção forrageira, registo e cartografia dos solos agrícolas em Cabo Verde, melhoria da qualidade e certificação dos produtos agropecuários em Cabo Verde.



Economia Azul

A economia azul é, depois do turismo, o setor com maior potencial de crescimento e de indução de crescimento em outros setores e atividades como próprio turismo, a exportação de produtos da pesca, aquicultura e da indústria conserveira, exploração da biotecnologia azul, a produção de água dessalinizada, a produção de energia limpa, o posicionamento de Cabo Verde nas redes de cabos submarinos de fibra ótica e no posicionamento de Cabo Verde como um centro de desenvolvimento de competências e de I&D na economia azul.

Os objetivos são:

- Alcançar um desenvolvimento económico sustentável baseado nos recursos oceânicos e costeiros e promover o desenvolvimento sustentável dos recursos marinhos.
- Desenvolver fortes e consistentes parcerias governamentais, científicas, académicas e com ONG's, no domínio da inovação, do conhecimento científico e de recursos tecnológicos aplicáveis ao desenvolvimento da economia azul com sustentabilidade social e ambiental, à aplicação do acordo global para o fim da poluição plástica, ao fortalecimento das comunidades costeiras e à conservação da biodiversidade e dos ecossistemas.
- Posicionar Cabo Verde como um centro de desenvolvimento de competências no domínio da economia azul através da formação técnica e profissional, I&D e ensino superior.
- Atrair investimentos privados para o posicionamento de Cabo Verde como uma plataforma logística e marítima na atividade portuária, reparação naval, bunkering, produção de energia limpa, pesca, aquacultura, turismo e eventos náuticos internacionais.
- Posicionar CV como um parceiro credível e útil na segurança cooperativa marítima.

Reformas para o desenvolvimento da economia azul foram realizadas e continuam. O Governo dotou Cabo Verde de uma Carta de Política para Transição para Economia Azul, Quadro Estratégico Unificado Economia Azul, Plano Nacional para Economia Azul e Programa de Promoção Economia Azul.

Foi criada em S. Vicente uma Zona Económica Especial Marítima com o objetivo de aproveitar o potencial marítimo e a economia relacionada com o mar através de um quadro coerente e consistente de políticas e incentivos para a atração de investimentos privados e parcerias público-privadas com regimes fiscal e aduaneiro favoráveis; Zona Franca Integrada, de tax-free e lojas francas; política de uso do solo e de concessão de exploração da orla marítima.

O Governo assume a Ciência, a Tecnologia, o conhecimento e a qualificação como motores de desenvolvimento económico nos mares e oceanos. Nesse sentido, foi criado o Campus do Mar constituído pela Universidade Técnica do Atlântico (ensino superior, formações de excelência e especializadas), Instituto do Mar (promoção e coordenação da investigação científica aplicada nos domínios do mar e seus recursos) e Escola do Mar (qualificação e desenvolvimento de competências para o exercício de atividades profissionais no domínio da economia marítima e da economia azul), para dotar Cabo Verde de recursos humanos qualificados nos diversos domínios da economia azul e, numa segunda fase, atrair formandos da região africana. Polos universitários da Universidade Técnica do Atlântico estão em processo de criação e funcionamento em Santo Antão (Instituto de Ciências e Tecnologias Agrárias) e na ilha do Sal, (Instituto de Aeronáutica e Indústrias Turísticas). Programa de reforço da capacidade nacional no domínio da inovação e investigação para a promoção da Economia Azul está em curso.

Para a promoção do empreendedorismo na economia azul, foi criado o PROMEB. Visa promover iniciativas empreendedoras, identificar, atrair

ideias inovadoras e incentivar o desenvolvimento de negócios que possam contribuir para o desenvolvimento e a expansão da Economia Azul.

Investimentos na aquicultura de atum para exportação, através da empresa norueguesa NORTUNA, estão em execução em S. Vicente, prevendo-se estender para Santo Antão e S. Nicolau.

Projetos de investidores de referência, com tecnologia de ponta para abastecimento de navios e armazenagem e distribuição de LNG (gás natural liquefeito), estão a ser analisados.

A atração de eventos internacionais como a maior regata do mundo, Ocean Race, que acontecerá em Janeiro de 2023, e outros associados ao Ocean Week está a colocar Cabo Verde no radar do interesse acrescido pelo desenvolvimento da economia azul.



Na reparação naval, na CABNAVE, investimentos de reabilitação das instalações e equipamentos irão ser realizados. Posteriormente a atividade irá ser concessionada para a expansão das atividades.

Terminal de cruzeiros do Mindelo está em construção. Após a conclusão, prevê-se receber anualmente, cerca de 200.000 turistas de cruzeiros.

Iniciativas legislativas e ações realizadas evidenciam o comprometimento do governo na conservação dos recursos marinhos e no alinhamento com as regras internacionais no domínio da pesca sustentável e de segurança na pesca:

- Criação da Inspeção Geral das Pescas com autonomia técnica e financeira (autoridade competente em matéria das normas relativas à sanidade, legalidade e qualidade dos produtos da pesca e da atividade pesqueira).
- Criação do Estatuto do Inspetor das Pescas
- Aprovação da nova Lei de Bases da Pesca, do Plano de Gestão dos Recursos da Pesca e da Lei de Aquacultura.
- Criação da obrigatoriedade de desembarque num porto nacional, do pescado das embarcações que pescam à luz dos acordos de pesca, como é o caso do Acordo com UE. Contempla a possibilidade de parte da captura ser disponibilizada para abastecer a indústria transformadora e o mercado interno.
- Aprovação da Lei sobre o mergulho com impacto na prevenção de acidentes causados pelo uso incorreto de equipamentos de mergulho.
- Melhoria do Sistema de Monitorização, Controlo e Fiscalização das atividades da pesca com a utilização e o desenvolvimento de infraestruturas e tecnologias, capacitação de recursos humanos,

dotação de meios materiais, atuações coordenadas e articuladas com os demais intervenientes na fiscalização marítima.

- Intensificação e diversificação das ações de fiscalização, permitiram reduzir pesca por navios estrangeiros não licenciados ou em áreas não autorizadas.
- Informatização do processo de emissão e validação de certificados de captura, visando a redução da possibilidade de fraude associada à validação manual.
- Revogação da idade das embarcações de pesca a adquirir, importar ou afretar imposta pelo Decreto-Lei 48/2007, de 31 de dezembro. Deixou de ser considerada a exigência de idade de embarcações inferior a dez anos. A autorização passou a ser feita em função da inspeção para a verificação de condições de navegabilidade e índices de poluição. Impacto positivo nos custos de investimentos.
- Criação de plataforma informática para emissão e registo on line de licenças de pesca e de embarcações.



Preservação dos recursos do mar e a gestão sustentável dos recursos haliêuticos tem sido uma das prioridades do Governo traduzida em políticas que visam a conservação da biodiversidade dos oceanos. O Governo aprovou:

- Regime geral e do ordenamento das atividades da pesca nas águas marítimas e no alto mar, que também estabelece as normas para a preservação e conservação dos recursos haliêuticos.
- Plano de Gestão dos recursos da Pesca (2020-2024) documento estratégico para a gestão sustentável dos recursos da Pesca e que visa a maximização dos benefícios económicos e sociais através de uma abordagem ecossistémica das pescas.
- A extensão das áreas consideradas prioritárias e designadas como unidades de conservação tem aumentado em Cabo Verde: o país conta com 46 áreas protegidas. A cobertura das áreas delimitadas ainda é insuficiente, para o número de ecossistemas e espécies representativas

da biodiversidade nacional que precisam ser preservados, principalmente no que se refere às áreas marinhas.

- A consolidação da reserva natural de Santa Luzia, através da aprovação do plano de gestão eficiente e equitativo, que é um dos grandes desafios no que toca a conservação e o uso sustentável dos recursos haliêuticos na recuperação de estoques considerados ameaçados, servindo como berçários e repovoamento de zonas adjacentes à ilha.
- Cabo Verde protege os seus principais bancos de pesca nomeadamente Noroeste, João Valente e Nova Holanda através da proibição da pesca nos períodos de desova das principais espécies com o objetivo de conservar e de preservar os ecossistemas marinhos e a biodiversidade.
- Estão estabelecidas práticas proibidas de pesca de mergulho em apneia em áreas marinhas protegidas e capturas submarinas em bancos de pesca para grandes pelágicos e espécies protegidas.
- Fomento do conhecimento e proteção da biodiversidade marinha e das zonas costeiras como opções prioritárias para o planeamento e a definição clara de uso e ocupação das áreas costeiras, preservação de reabilitação das praias e proteção de vida marinha, incluindo plantas marinhas, corais, e espécies ameaçadas de extinção tais como as tartarugas marinhas.



Um forte programa de investimentos para o período 2022/2026, com financiamentos garantidos, vai ser executado nas pescas:

- Reforço da capacidade nacional no domínio da inovação e investigação para a promoção da Economia Azul.
- Elaboração e aprovação da Estratégia de género nas pescas para o empoderamento das mulheres nos sistemas alimentares.
- Construção de sete arrastadouros.
- Projeto de reabilitação de infraestruturas de desembarque de pescado em Ribeira da Barca, Boa Vista, Maio, Vale dos Cavaleiros e Carriçal em S. Nicolau.
- Reabilitação do atracadouro de Santa Cruz para melhorar as condições de higiene-sanitários para o desembarque de pescado.
- Reabilitação e áreas adjacentes do Cais de Tarrafal de Santiago.

- Requalificação do Pontão de Santa Maria (Sal) e área envolvente para a integração da cadeia de valor da pesca costeira na cadeia de valor do Turismo.
- Infraestruturas e equipamentos de apoio à pesca para a melhoria na cadeia de valor: (1) mercado de peixe de Tarrafal de SN; (2) alpendre de tratamento pescado em Cidade Velha, Brava, e Santa Catarina do Fogo; (3) centro de processamento de pescado de Boa Vista; (4) máquinas de produção de gelo (Fogo, Brava); (5) carrinhas de frio (Santo Antão, Boa Vista, Maio, Fogo, Brava); (6) câmaras de refrigeração (São Pedro SV, Brava); (7) requalificação dos centros técnicos sociais de Santiago.
- Investimento em equipamentos de frio (câmaras e viaturas), de segurança e boias de pesca no quadro de donativo do governo japonês.
- Implementação um extenso plano de formação na área de manuseamento e conservação do pescado fresco, por forma a acrescentar valor ao produto.
- Incentivos à pesca artesanal através de crédito e apoio financeiro do Fundo Autónomo das Pescas para aquisição de motores fora de borda, reparação de motores, reparação e conservação de botes, aquisição de malas térmicas, de arcas frigoríficas, kits de mergulho e kits de segurança.
- Desenvolvimento de uma frota de camarão soldado de profundidade como forma de diversificação das pescarias através da mobilização de forma regular permanente e sustentável de uma frota operacional semi-industrial de pesca de camarão.
- Linha de crédito para modernização e adequação da frota Nacional, industrial, semi-industrial e artesanal (retoma económica).

- Modernização sustentável da frota pesqueira Cabo-verdiana, tendo em vista a uma transição gradual de uma frota eminentemente artesanal e semi-industrial para uma frota industrial.
- Incentivos à Cooperativa Nacional dos Armadores de Pesca para investimento na aquisição de dois atuneiros próprios, que servirão para reforçar a frota nacional e conseqüentemente aumentar a capacidade de captura interna.
- Apoio às comunidades piscatórias na criação de infraestruturas de natureza social.



Turismo resiliente e sustentável

Turismo é o setor mais dinâmico da economia cabo-verdiana e continuará a ser. Deverá atingir 1,26 milhões de turistas até 2026 e contribuir para aumentar o emprego e o volume de exportações.

São prioridades: (1) consolidar o turismo de sol e praia nas ilhas do Sal e da Boa Vista; (2) posicionar cada uma das restantes ilhas como destinos turísticos diferenciados pela valorização dos seus patrimónios naturais e culturais; (3) aproveitar as oportunidades do turismo “eco-friendly” e do turismo de saúde cuja demanda aumenta no pós-pandemia; (4) melhorar as conectividades externas e inter-ilhas através dos transportes aéreos e marítimos; (5) aumentar o efeito multiplicador do turismo sobre o conjunto da economia, nomeadamente a produção agro-alimentar e de bebidas, as indústrias criativas, o comércio, os transportes, serviços diversos e a dinamização do tecido empresarial de micro, pequenas e médias empresas nacionais.

O país registou em 2021 melhoria de posição no ranking do turismo mundial (Travel & Tourism Development Index, do World Economic Forum) passando da posição 83 em 2019, para 82, de entre 117 países. Melhorar a posição para o top 50, é objetivo a atingir até 2026.

A dinâmica do investimento privado no turismo continua boa e tende a aumentar. A concessão da gestão dos aeroportos e os investimentos associados e a operação de companhias low cost são acontecimentos que irão ter impacto positivo no crescimento do turismo.

A extensão e modernização do Porto Inglês no Maio, os investimentos previstos numa Rede de Gares Marítimas e o Terminal de Cruzeiros de Mindelo, são exemplos de investimentos no setor portuário que irão ter impacto positivo no turismo.

Alguns investidores de referência têm investido na elevação da qualidade dos hotéis (passando para 5 estrelas) e na construção de hotéis de

5 estrelas, o que atrai clientela de maior poder de compra. Projetos com campos de golfe e investimento no turismo de saúde e bem-estar, irão atrair uma clientela com maior poder de compra que por sua vez irão trazer um maior valor acrescentado na economia.

Investimentos no turismo ecológico estão em curso e programados, como é o caso das Aldeias Turísticas Rurais (9 milhões €) em localidades de Porto Novo, Ribeira Grande, Paul (Santo Antão); Sta Catarina, Mosteiros, S. Filipe (Fogo); Ribeira Brava (S. Nicolau); Brava; S. Lourenço dos Órgãos, S. Domingos, Santa Catarina, Tarrafal, S. Miguel, Ribeira Grande, S. Salvador do Mundo, Santa Cruz (Santiago) e Maio.

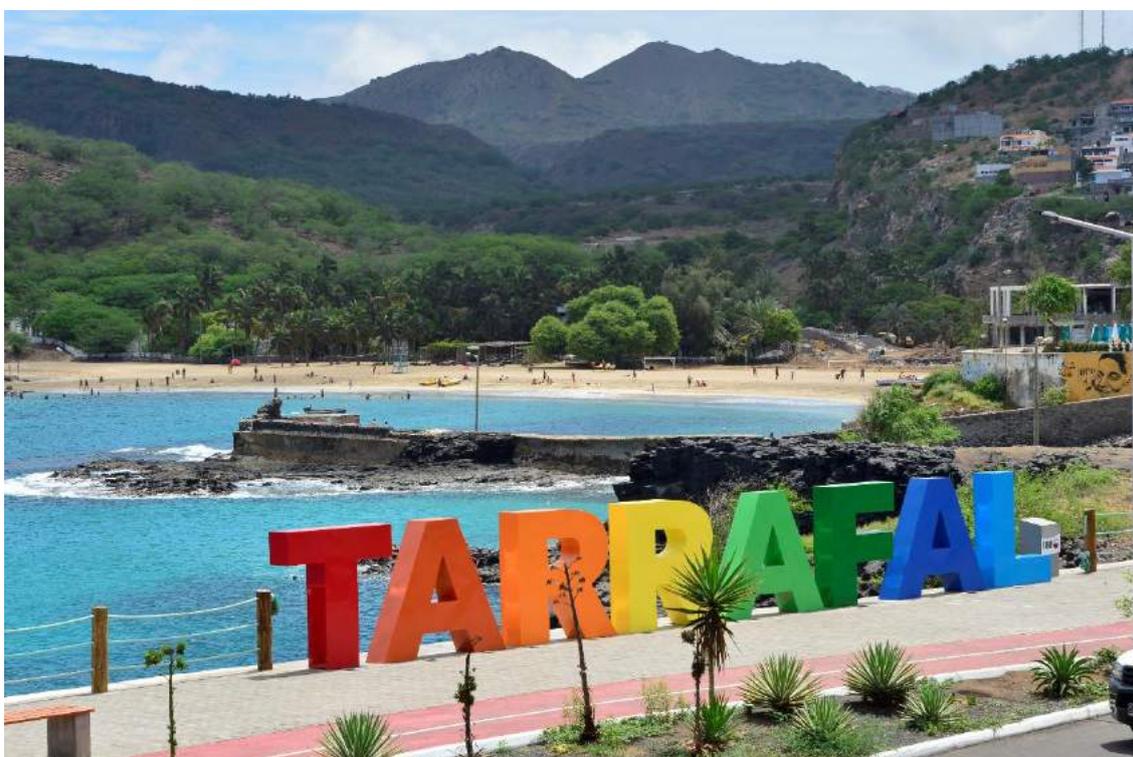
Iniciativa hotel verde e sustentável vai estimular e incentivar os hotéis a investirem em energias limpas, na economia circular da água e nonexo água/energia renovável, em zero plástico e em viaturas elétricas. O Novo Regime de Estatuto de Utilidade Turística, de Março de 2020, impõe como requisito, as unidades de alojamento terem dispositivos e equipamentos que evidenciam a utilização económica e eficiente de água e energia e garantam a separação dos resíduos sólidos e tratamento dos resíduos líquidos.

Um regime jurídico de exercício de turismo no espaço rural foi aprovado.

Foi aprovado o regime jurídico de instalação, gestão e funcionamento dos empreendimentos turísticos com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento, promoção, modernização e proteção dos recursos turísticos e garantir o acesso universal para o desenvolvimento de atividades do turismo, melhorando a hospitalidade, segurança e sustentabilidade dos diferentes destinos turísticos de Cabo Verde. Tem a finalidade ainda de fomentar uma oferta turística de qualidade que reforce e consolide Cabo

Verde como território de acolhimento de vários mercados turísticos, eliminando a clandestinidade e concorrência desleal.

Planos de ordenamento das orlas costeiras e do mar, a conservação da biodiversidade no setor turístico em sinergia com a valorização de áreas protegidas, ganharam centralidade no processo de planeamento e ação ambiental.



Um forte Programa Operacional do Turismo (POT) será implementado no período 2022/2026, orçado em 200 milhões de Euros. O país foi dotado de Grandes Opções do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo 2018/2030, de Master Plans por Ilha, instrumentos enquadramentos que permitiram a elaboração do POT.

O POT é transversal, multissetorial e baseia-se num modelo de crescimento de turismo ancorado na sustentabilidade, preservação dos recursos naturais,

culturais, patrimoniais e humanos do país, como mais-valia para a construção de um produto turístico resiliente e diversificado em todas as ilhas e municípios, com uma maior desconcentração da oferta turística e maior produção de valor acrescentado nas economias locais.

Aumentar a oferta dos produtos nacionais no mercado turístico é um importante objetivo a atingir. A certificação de produtos e serviços, incluindo os das indústrias criativas, a assistência às empresas na logística de distribuição com qualidade e a ampla divulgação e fiscalização da aplicação do Novo Regime do Estatuto de Utilidade Turística deverão ser aceleradas e serem objeto de atitudes proactivas das instituições públicas responsáveis.

O Novo Regime do Estatuto de Utilidade Turística estabelece um conjunto de requisitos para facilitar a oferta dos produtos nacionais no Mercado turístico ao nível do entretenimento e animação; da comercialização de produtos cabo-verdianos das indústrias criativas e culturais; do consumo de matérias primas e produtos de origem cabo-verdiana; da promoção de excursões com enfoque na História, na Cultura, na biodiversidade e no património natural e edificado cabo-verdianos; da inclusão no cardápio de pratos típicos da gastronomia cabo-verdiana; da inclusão da música cabo-verdiana, ao vivo, quando o estabelecimento dispõe de animação turística.

A criação do Instituto do Turismo, com sede no Sal, tem como missão a regulação e a fiscalização do sector turístico e a implementação de políticas no sector do turismo, assegura no quadro das suas competências o cumprimento do EUT – Estatuto de Utilidade Turística por parte dos beneficiários.

O investimento no digital e na promoção e marketing do destino Cabo Verde e de cada uma das ilhas e a atração de nómadas digitais é uma das prioridades do POT.



De 2017 a 2021, através do Fundo do Turismo foram aplicados mais de 4,5 milhões de contos em todos os municípios do país para tornar as cidades, as vilas e as localidades mais atrativas para viver, visitar e investir, e consequentemente inserir no mercado turístico:

- Requalificação urbana e habitação, com destaque para investimentos nos bairros de Boa Esperança na Boavista, Alto São João, Alto Santa Cruz e Terra Boa, no Sal.
- Requalificação de centros históricos (com especial incidência no Plateau, Praia).

- Requalificação de orlas marítimas e de zonas balneares (frente marítima de Ribeira da Barca, Porto de Calheta, Orla Marítima de Beco, praia Tedja).
- Requalificação e restauro de património histórico e cultural, com destaque para o Novo CNAD em S. Vicente, Igreja Nossa Senhora do Rosário em Cidade Velha.
- Centros Interpretativos (Ribeira Grande e Porto Novo Santo Antão).
- Museus (Ecomuseu no Maio, Casa da Morna em Tarrafal de São Nicolau e Museu Eugénio Tavares na Brava).
- Requalificação de Caminhos Vicinais, identificação e Sinalização de Trilhos e construção de miradouros.
- Postos de Informação Turística.
- Reabilitação de Estâncias Turísticas de Passagem no Paúl e de Salinas no Fogo.
- Rota das Aldeias de Santo Antão.
- Eletrificação Rural (Eletrificação das Aldeias da Ribeira dos Engenhos).
- Saúde (construção Centro de Saúde de Santa Maria e ampliação Centro de Saúde de Boa Vista).
- Segurança (Centro de Comando da Praia e São Vicente, viaturas para a Polícia Judiciária, Laboratório da PJ).

Para 2022/2026, estão previstos e afetados 5,3 milhões de contos de investimentos através do Fundo do Turismo.

O POT vai continuar e reforçar investimentos em infraestruturas para criar valor turístico em todas as ilhas, dos quais se destacam os seguintes projetos a executar:

- Expansão e iluminação da estrada Espargos/Santa Maria, Sal.
- Requalificação do Pontão e da praia de Santa Maria, Sal.
- Acessibilidade S. Jorge – Longueira. S. Lourenço dos Orgãos.
- Acesso a pontos turísticos em Mosteiros, Fogo.
- Acesso Orla Marítima Santa Catarina no Fogo.
- Acesso a Fontainhas, Ribeira Grande, Santo Antão.
- Acesso a Cabreirinho em Tarrafal de S. Nicolau.
- Trilhas mapeadas em Santo Antão, Fogo e Santiago.
- Restauro de caminhos vicinais em S. Nicolau e Santo Antão.
- Restauro da Ponte Canal de Ribeira Grande, Sto Antão.
- Restauro da Casa Eugénio Tavares em Aguada, Brava.
- Monumento Cidade S. Filipe, Casa do Morgado, Fogo.
- Posto Informação turística Fajã de Água Brava.
- Melhoria da Sinalização direcional e interpretativa na Cidade Velha, Ribeira Grande de Santiago.

A qualificação dos recursos humanos no setor do turismo e a estruturação das profissões vai ser reforçada através de ações de formação e dos requisitos já aprovados pelo Governo de acesso ao exercício das profissões de empregado de mesa e bar, guia turístico, pasteleiro, rececionista de hotel e cozinheiro.



Transformação Digital

Desde 2016, um conjunto de reformas e de medidas têm vindo a ser implementadas no domínio do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação e do Digital.

Cabo Verde passou do grupo médio para o grupo elevado no Ranking 2022 do E-Government das Nações Unidas (EGDI), integrando o Top dos 10 países da região africana que mais avançaram e movimentaram no ranking – EGDI, estando, neste momento, na 2ª posição na sub-região ocidental africana, na 8ª em África, e 17ª entre os pequenos estados Insulares em desenvolvimento (de 37 no total).

Ocupa 1º lugar da Região Africa no GovTech Maturity Index – 2021 e 4º lugar da região africana nos rankings de desenvolvimento infraestrutura TIC

- ITU. Top 10 quanto à competitividade digital da África Subsaariana - Digital Riser Report 2021.

A transformação digital é assumida como um acelerador do desenvolvimento sustentável do país.

Objetivos:

- **Melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços públicos** num país arquipelágico e aberto ao mundo, nomeadamente ao nível dos serviços, da educação, da saúde, da energia, dos transportes, da segurança, da justiça, da informação e comunicação, de cidades inteligentes.
- **Melhorar o ambiente de negócios, a eficiência e a qualidade dos produtos e serviços empresariais** no turismo, no comércio, na indústria, na agricultura inteligente, indústria inteligente, nos serviços financeiros, nas indústrias criativas e de entretenimento e lazer.
- **Promover a reconversão digital do sistema educativo e de formação.** A reforma da Educação – do básico ao superior – tem que estar alicerçada na reconversão digital no sistema educativo nas dimensões curricular, métodos e tecnologias de ensino/aprendizagem, competências na língua inglesa e no fomento da ciência, tecnologia e investigação.
- **Tornar Cabo Verde numa sociedade digital** através de políticas de info-inclusão e de coesão territorial e da internet como um bem essencial.

A Estratégia para Governação Digital de Cabo Verde foi aprovada em 2021. O Plano de ação está em fase de elaboração. A Estratégia assenta em:

- Simplificação dos processos e reduzir as redundâncias e o peso burocrático da Administração.
- Integração e a interoperabilidade de processos e dos sistemas de informação.
- Ampliação dos serviços públicos digitais e melhoria dos níveis de qualidade da sua prestação.
- Alargamento da disponibilização e do acesso à informação para melhorar as atividades do sector privado, controlar custos do Estado e melhor servir os cidadãos.
- Segurança e resiliência das infraestruturas tecnológicas e institucionais.
- Aprofundamento da literacia digital na Administração Pública.
- Boa governança para a transformação digital.

Várias são as ações demonstrativas que mostram a utilidade dos investimentos realizados:



Segurança documental e Sistema de Autenticação

O país foi dotado de Passaporte Eletrónico (PEC), Cartão Nacional de Identificação (CNI), Título Eletrónico de Residência para Estrangeiros (TRE).

Em 2018, foi lançado o CNI. Funções de autenticação e assinatura digitais foram ativadas (permitem a interação dos cidadãos com a administração pública).

Em 2021, foi lançado o TRE, documento que contém dados pessoais relevantes de cada cidadão estrangeiro para a sua fidedigna identificação, autenticação, bem como para a verificação de que reside legalmente no território nacional. Dispõe das funcionalidades autenticação e assinatura digitais, à semelhança do CNI.

Em 2020, foi criada a Chave Móvel Digital de Cabo Verde, sistema de autenticação multifator. Este mecanismo irá garantir o acesso dos cidadãos nacionais ou estrangeiros à prestação de serviços online que dependam da prévia autenticação nos portais e sítios na Internet, de diferentes serviços da Administração Pública e irá garantir a autenticação dos interessados na prestação digital de serviços públicos.

Administração da Justiça

De 2016 a 2021, foram criados e implementados: Sistema de Informação do Registo Comercial (SIRC), Sistema de Informação do Registo Automóvel (SIRA), Sistema de Informação Criminal (SIC), Sistema de Informação do Notariado (SIN), Sistema de Informação do Registo Predial.

Implementação do SIJ – Sistema de Informação Judiciário em curso. Em todas as Comarcas estão a ser instaladas redes de fibra ótica.

Em curso: implementação do Balcão Único de Escrituras Públicas nos Cartórios Notariais com suporte da interoperabilidade entre o Sistema de Informação Notarial (SIN), Sistema de Informação Municipal (SIM) e Sistema de Informação do Registo Predial (SIRP); implementação de Assinatura Eletrónica Qualificada e Institucional; e implementação do Serviço de Documento Online.

Previsto: digitalização de arquivos de nacionalidade na Conservatória dos Registos Centrais (digitalizar todos os processos de nacionalidade desde 1976); instalação do centro de digitalização dos arquivos dos bilhetes de identidade a nível nacional (digitalização de bilhetes de identidade emitidos, até à emissão do CNI); emissão e personalização do Documento Único de

Automóvel (DUA) em modelo policarbonato, integrando do Livrete e Título de Propriedade num único documento, bem como informações de Seguro Automóvel e Imposto de Circulação.



Segurança

Projeto Cidade Segura implementado na Praia, S. Vicente, Sal e BoaVista. Expansão do projeto para outras cidades e ilhas em preparação. Assenta em soluções tecnológicas modernas de videovigilância, comunicações, gestão de ocorrências através de Centro de Comando e Controlo.

Instalação de Sistema Integrado de Controlo de Fronteiras, Plataforma Online de Pré-registo de viajantes, instalação de sistema moderno de controlo biométrico (e-gates) nos aeroportos internacionais.

Expansão e consolidação da Plataforma Integrada de Gestão Operacional de Informação Policial (SIGO). Desenvolvimento do Módulo de Investigação Criminal e implementação do Sistema de Gestão Operacional dos Casos VBG realizados.

SIGR- Sistema Integrado de Gestão Rodoviária. Sistema informático que disponibiliza todos os dados relativos a qualquer viatura sujeita a uma operação policial, permitindo aos utentes e proprietários de viaturas registarem informações sobre os seus veículos. Plataforma de Exames de condução multimédia.

Energia

Introdução de contadores inteligentes – permite monitorizar à distancia consumidores e uma gestão comercial mais eficiente (todos os clientes com consumo superior a 1.000 kwh/mês têm hoje contadores inteligentes). Vai ser massificado.

Novo Centro Nacional de Despacho com tecnologia SCADA permite deteção de avarias na rede de forma rápida e eficiente.

Digitalização permitiu melhoria nos indicadores de continuidade de serviço pela medição de duração e nº de interrupções de fornecimento de serviço de eletricidade aos clientes.

Saúde

Durante a pandemia plataforma digital permitiu e tem permitido a gestão de casos e certificação de vacinação, agendamento de testes para viajantes. A

certificação do Paludismo está em processo de implementação. A certificação para o HIV-Sida já foi desenvolvido e testado, aguardando a sua implementação.

Um projeto de desenvolvimento do Sistema de Informação Sanitária e emissão de Receitas Eletrônicas está em preparação.

Comunicação

TDT – Televisão Digital Terrestre está com 98% de execução. Tem permitido o aparecimento de novos canais de televisão, de âmbito nacional e regional, o acesso à comunicação e informação televisiva mais diversificado e em quase todas as localidades do país.

Finanças

Atribuição do acesso ao SIGOF ao Tribunal de Contas para efeito de controle concomitante (só possível com a aprovação em 2018 do Novo Estatuto do Tribunal de Contas).

Desenvolvimento SIGOF e criação Portal do Ministério das Finanças, permitiram: (1) integração num único sistema (SIGOF) de todas as instituições abrangidas pelo Orçamento do Estado, conjugado com a adoção de novas ferramentas das TICs, permite a publicação em tempo real da execução do orçamento no portal do Ministério das Finanças. Qualquer cidadão, pode acompanhar quase que em tempo real a execução do Orçamento do Estado, por tipo de despesa, por função do Estado e por orgânica; (2) publicação e divulgação da conta mensal, reportes diários, contas trimestrais e anuais no Portal do MF; (3) todas as alterações

orçamentais são mensalmente publicadas no portal do MF, para além das alterações periodicamente remetidas Assembleia Nacional nos termos da lei; (4) todas as transferências aos municípios e às ONG's passarão a ser divulgadas no Portal do Ministério das Finanças, a partir de 2022, nos termos previstos no DL de execução orçamental.

Faturação eletrónica (pagamento contribuições on line) em plena implementação e utilização: passou de 3% em 2018/19 para 38% em 2020/21.

Sistema integrado de gestão de autorizações fito-zoo sanitárias para a gestão de procedimentos de importação de vegetais, produtos de origem animal, inspeções sanitária e fitossanitária.

Criação de Cadastro fiscal.

Gestão electrónica de agendamento de pequenas encomendas das comunidades emigradas.

Em curso, criação do Portal da Transparência. Teve início em abril de 2022, com a contratualização de uma Assistência Técnica do FMI. Previsão de conclusão no primeiro trimestre de 2023.

Contratação pública

A adoção facultativa do Ato Público Online.

Reformas estão em curso para criação de uma plataforma informática para permitir informação sobre os concursos públicos e contratos em tempo real e para a contratação pública eletrónica.



Abertura de empresas

Os atos do registo comercial são praticados eletronicamente. O prazo de constituição de empresa no regime normal passou de 5 dias para 2/3 dias. As certidões do registo comercial passaram a ser emitidas de forma automática quando o prazo para a emissão antes da informatização era de 15 dias.

Foi aprovado o Decreto-Lei nº 20/2020 de 6 de março, que aprova o novo Código Registo Comercial (CRC), com intuito de ter um único regime jurídico especial de constituição de sociedades comerciais.

Serviços consulares

Portal Consular Digital presta serviços de emissão/renovação de Passaporte e CNI à distância com atendimento por videoconferência, com captura de dados biométricos utilizando dispositivos móveis; emissão de documentos eletrônicos automatizados com QRCode e código de validação válidos em todo o território nacional e países estrangeiros aderentes, como transcrições de nascimento, casamento, óbito e perfilhação; pedidos de nacionalidade; certificados de emigrante; certificados de regresso definitivo; registo criminal; certidões de nascimento, casamento e óbito; certificado de vida e identidade; renovação de carta de condução; certificado de autenticidade de carta de condução. Em fase de implementação, vários documentos eletrônicos: procuração online, com assinaturas à distância; reconhecimento de assinaturas e autenticação de documentos à distância; registo criminal na hora (automático) e com versão multilingue; certidões de registo civil multilingue e automático para cidadãos com autenticação segura nos portais; título de viagem; apostilas eletrônicas e entrega domiciliária em formato físico sempre que se mostrar necessário. Nos Consulados Digitais, o atendimento é completamente desmaterializado, com o princípio tendencial de papel zero.

Atualmente em Portugal, mais de 80% dos serviços prestados presencialmente, estão disponíveis online. Com a publicação da Portaria dos documentos eletrônicos, estão criadas as condições para aproximar da meta de 100% ainda este ano de 2022. O Consulado Digital já começou a ser aplicado em várias Missões Diplomáticas e Consulares e antes do final deste ano a instalação será completa. Um Programa de Promoção da literacia Digital junto das comunidades emigradas vai ser executado.

O tempo de espera de documentos eletrónicos é um indicador inequívoco das grandes vantagens com impacto direto nos utentes: Passaportes e CNI, tempo médio de 10 dias úteis em relação a toda a diáspora, para pedidos em regime normal; Passaportes com taxa de urgência, 3 dias úteis; restantes documentos, na hora.

Proteção Social no Setor Público

SIPS- Sistema de Informação de Proteção Social. Suporta a tramitação digital dos processos de aposentação, pedido de pensão de sobrevivência e subsídio por morte e que vai permitir ao cidadão fazer o seguimento do seu processo através de um código

Administração Pública

SIRS - Sistema de Informação de Recrutamento e Seleção. Suporta a tramitação digital dos processos de recrutamento e seleção, desde da apresentação das candidaturas, até a homologação do relatório final, e que vai permitir às entidades promotoras, candidatos e serviço central de supervisão, acompanhar e executar todas as etapas do procedimento concursal.

SIGD- Sistema de Informação de Gestão de Desempenho. Suporta a tramitação digital dos processos de gestão de desempenho, nomeadamente a avaliação do desempenho, desde o preenchimento das fichas de avaliação de desempenho até a avaliação final.

Plataforma *E-Participa* implementada e disponível na vertente web e mobile. Permite e promove a participação dos cidadãos junto às instituições

que prestam serviços públicos, podendo estes fazerem elogios, recomendações, denúncias e pedidos de esclarecimento disponível.

Balcão Único. Disponibiliza serviços públicos prestados nos balcões da Casa do Cidadão e serviços públicos municipais. Vinte e seis balcões instalados desde 2017.

Desmaterialização da Administração Pública. O Serviço de Simplificação e Inovação Administrativa da Direção Nacional da Modernização do Estado está em fase de implementação. Visa garantir uma estrutura para coordenar o processo de elaboração e implementação da Agenda de simplificação e desmaterialização na Administração Pública.

Em curso a criação do Portal de Dados (Públicos) Abertos e o respetivo quadro legal. Lei de Acesso e Reutilização de Documentos Administrativos (Lei nº 10/X/2022), foi aprovada e publicada.

Iniciativas com vista a aumentar o acesso à internet e combater a info-exclusão, foram implementadas e estão em curso:

- Foram assinados protocolos com as duas operadoras de telecomunicações, CVT e Unitel, para a implementação de acesso a internet como um bem essencial para a Educação, o Empreendedorismo e a Formação Profissional.
- Redução da taxa de utilização do espetro radioelétrico.
- Criação de Fundo de Acesso Universal à Internet.
- Criação de Internet Exchange Point (IxP).
- Cobertura de 100% das localidades do país com TDT – Televisão Digital Terrestre.

- Criação prevista da tarifa social de acesso à internet de banda larga tornando a internet acessível a pessoas de baixo rendimento.



Economia Digital

Objetivos:

- Acelerar o crescimento económico e o desenvolvimento sustentável através da transformação digital do tecido empresarial e da economia digital.
- Aumentar a contribuição da economia digital de 6% para 25%.
- Posicionar Cabo Verde como um Hub Digital em África com capacidade de atrair investidores de referência, atrair nómadas digitais, exportar bens e serviços, criar oportunidades de

empreendedorismo e de emprego qualificado para os jovens e potenciar a centralidade da diáspora.

Metas:

- Melhorar a posição no Índice de Governo Eletrónico (e-Gov) em África (posição atual 8º).
- Melhorar posicionamento no Índice de Desenvolvimento das TIC - IDI (Ranking Global da UIT).
- Posicionar Cabo Verde como Líder no 5G em África Ocidental.
- Reduzir o Índice de Ameaças à Segurança (da posição 4,2 para 1,2 (idêntica a Maurícias).
- Aumentar o Índice de Disponibilidade da Rede (da posição mundial de 86º para 40º).
- Aumentar a Penetração da Internet (de 72% para 100%).

Vários são os indicadores Regionais e Internacionais que colocam Cabo Verde como uma referência nas TIC quer na região Africana, quer a nível Internacional.

Cabo Verde entrou para a classificação da StartupBlink (rankings que avaliam os ecossistemas de inovação e das startups) em 2020. Em 2021, ocupou 87ª posição e em 2022, 80ª posição, sexta em África.

Taxa de penetração do serviço de acesso a internet em Cabo Verde situa-se em 82%, quase o dobro do Continente Africano (43%) e quase 20 p.p. acima da média mundial que é 61% (Dados: ARME, 2022).

De acordo com os resultados do Inquérito Multi-Objectivo Contínuo realizado em 4º trimestre de 2019, cerca de 72% da população possuía um telemóvel, sendo este dispositivo o principal instrumento dos 62% que navegaram na internet. Cerca de 21% utilizaram o computador nos últimos três meses. Em termos de competências de utilização das TIC regista-se que mais de 80% da população de 10 anos ou mais tem competências para copiar ou mover ficheiros, pastas e duplicar informação. Cerca de 63% sabe enviar emails com arquivos anexados (Anuário Estatístico 2020, INE).

De acordo com o relatório do ICT Prices Trends de 2020, publicado pela ITU em Março de 2021, a internet fixa, em Cabo Verde, é a segunda mais barata em África em termos de custo absoluto, com o acesso a custar cerca de 7,7 USD, e quando medido em termos de PPP (Purchasing Power Parity), o país apresenta a internet mais acessível no continente Africano. A nível mundial Cabo Verde ocupava a 13.^a posição em 2020.

Na Internet Móvel, 1 GB custa em média cerca de 500 escudos (€4,5) em Cabo Verde. O preço médio mensal de 1 GB de internet móvel em Portugal custa €4,97 e a média europeia é de €3,4. (Fonte: STATISTA.COM, a maior plataforma de dados de negócios do mundo e ANACOM).



Ecosistema favorável à inovação, ao investimento e ao empreendedorismo digital

No domínio da formação, competências e capacidades digitais, o Governo tem estado fortemente empenhado em atingir o objetivo de ser uma Nação Digital Global, na expansão do acesso às competências digitais a nível nacional, reforçando as capacidades digitais dos jovens, através de diferentes canais de comunicação. compartilhar e disseminar conhecimento. Jovens beneficiam de programas de desenvolvimento de competências digitais através da formação, estágios profissionais formação, participação em eventos tecnológicos internacionais.

Sistema educativo e de formação, destaques para: programa Educação Digital para Todos nas escolas e liceus; iniciativa weblab (computação e robótica) nos agrupamentos escolares; intensificação das TIC no sistema ensino/aprendizagem; introdução da língua inglesa a partir do 5º ano de

escolaridade (antes era a partir do 7º ano); criação da tele-escola através da TV Educativa; criação de incentivos fiscais e financeiros para o acesso a equipamentos informáticos, redução de custos da internet nas escolas, universidades e estabelecimentos de formação profissional; adequação das ofertas de formação com especial enfoque nas TIC dirigida à qualificação dos jovens e à reconversão profissional de jovens licenciados.

Um regime jurídico da metodologia de formação profissional à distância foi aprovado. Visa contribuir para integração das tecnologias de informação e comunicação (TIC), nos processos de ensino e aprendizagem de formação profissional como meio para que todos tenham acesso à formação, em condições de igualdade independentemente da sua localização geográfica.

Diversos programas foram criados para a qualificação e capacitação digital dos jovens para:

NOSiAkademia (criado em 2016). Oferece gratuitamente às empresas condições para executarem projetos de investigação e desenvolvimento através do Programa Jump Start. As empresas têm a possibilidade de recrutar estagiários dedicados, usufruir de consultoria técnica especializada, alojar o produto final em infraestrutura de alta disponibilidade e colocar o produto final no *NOSICloud*. NosiAkademia integra ainda Programa TIC Seed, pré-*incubadora orientada para jovens criarem startups tecnológicas.*

Treze edições foram realizadas; 367 jovens com estágios concluídos e com 76% de taxa de empregabilidade; 26 empresas e startups tecnológicas beneficiadas.

Bolsa Cabo Verde Digital. O Programa apoia anualmente até 100 jovens e um total de 50 tech Startups, com bolsas no valor de 60.000\$00 por equipa. Disponibiliza acompanhamento empresarial e pré-incubação em organizações nacionais, como as operadoras de telecomunicações e as universidades.

Programa Code for All. Curso intensivo e imersivo de programação full-stack, com duração de 14 semanas, com o objetivo de ensinar jovens a programar em simultâneo com a aprendizagem de línguas estrangeiras. Cria as condições para que num futuro próximo Cabo Verde tenha uma geração mais bem preparada para o mercado global. Faz parte deste programa o apoio na colocação no mercado, garantido com uma alta taxa de empregabilidade. Esta iniciativa é realizada em parceria com a empresa “Academia de Código” que atua em vários mercados internacionais.

Programa Re!nventa. Visa promover através de concursos de ideias e inovação, o processo de transformação digital da nossa economia e incentivar a identificação de novas soluções para os desafios de desenvolvimento e desigualdades socioeconómicas, que ganharam um novo momentum, com a pandemia da COVID 19.

Programa GoGLobal tem permitido aos jovens empreendedores participarem em eventos tecnológicos como o Websummit, África Innovation Summit, CV Next, TEDx, Social Media Summit, Hackatons, Youth Festival, Global Entrepreneurship Week.

	Edições	Nº Benefic.	Valor (contos)
Bolsa Cabo Verde Digital	2	100	18 000
Kode Verde	1	22	18 000
Reinventa	1	142	5 000

Go Global	6	68	17 000
-----------	---	----	--------

Fonte: Ministério da Economia Digital

Participação na IBM DNA (Digital Nation Africa), experiência piloto em África com o objetivo de abranger, nos próximos 2 anos, mais de 20.000 jovens africanos com formação em competências digitais especializadas.

Programa Start up Jovem com linha de crédito bonificado, incentivos fiscais e regime fiscal favorável. Visa promover o empreendedorismo e a inovação de base tecnológica, com o benefício de aplicação da taxa de 2,5 de IRPC (Imposto sobre Rendimento Pessoas Coletivas) para Startup que prossigam atividade de tecnologias da informação e comunicação e desenvolvimentos (TIC e I&D), nos primeiros cinco anos de atividade.

Linha de crédito de apoio à inovação: até 80% do valor do investimento com limite máximo de 40 mil contos por empresa, prazo 5 anos e carência 3 anos.

Fundo de Capital de risco para Startups tecnológicas (Atlântic Innovation Fund) será implementado.

Regime de crowdfunding (financiamento colaborativo) virado para a inovação e a investigação.

Programa Remote Working Cabo Verde com incentivos para promover a atração de nómadas digitais.

SiKaBadu – programa orientado para a atração de investidores e empreendedores digitais da diáspora bem formada com experiência global e

que são incentivados a desenvolverem a partir de Cabo Verde uma nova geração de negócios com base tecnológica e de elevado valor acrescentado. Planeado para 2022-2025.

Disponibilização de plataforma de desenvolvimento de aplicações IGRP Web fornecida de forma simples, segura e a baixo custo (500\$00/mês) na internet, eliminando a necessidade de o cliente construir a sua própria rede privativa de telecomunicações.

Criação da Zona Económica Especial para Tecnologias (ZEET). Processo em curso. Fisicamente estará no Parque tecnológico de Cabo Verde. Inclui um conjunto serviços: (i) Centros de negócios; (ii) Centro de incubação; (iii) Centro de certificação e treinamento; (iv) Centro de Dados em Praia e Mindelo; e (v) Edifícios administrativos, auditório e centro cívico. Os parques tecnológicos da Praia e de S. Vicente estarão concluídos este ano. Estas iniciativas e investimentos irão melhorar significativamente o ecossistema de inovação, de empreendedorismo e de atração de investimentos em serviços baseados nas TIC; expandir e integrar soluções e serviços eletrónicos para as diferentes áreas de negócios; encorajar e promover o treinamento e a educação em TIC para recursos humanos nacionais e regionais.



Infraestruturas de telecomunicações, de internet e de conectividades

Cabo Verde ambiciona construir uma rede convergente de comunicações, constituída por cabos submarinos de fibra ótica ligando as margens do Atlântico e a sub-Região Africana, para se tornar num Centro Digital de referência na região.

Realizada a adesão à EllaLink, um investimento de 25 milhões de dólares da CV Telecom com garantia do Estado. Marca uma importante decisão estratégica que ajudará no desenvolvimento da competitividade do País com impacto na rápida evolução do crescimento da Internet e dados 5G.

Realizada a implementação do cabo regional do sistema SHARE. Irá conectar a Dakar e a Praia. Vai introduzir novas rotas de largura de banda

internacional para o continente africano, melhorando consideravelmente a largura de banda total de exportação internacional entre Cabo Verde e Senegal e entre as regiões vizinhas da África Ocidental. O SHARE permitirá a Cabo Verde iniciar o desenvolvimento da Rede Amílcar Cabral, instalando uma Unidade de ramificação na proximidade do continente, diminuindo de forma significativa os custos da implementação do projeto viabilizando o seu investimento a médio prazo.

A separação funcional das operações da CV Telecom e o novo contrato de concessão são instrumentos importantes de desenvolvimento do mercado.

Alteração do regime jurídico aplicável às redes e serviços de comunicações eletrónicas e aos recursos e serviços conexos (Decreto-Legislativo n.º 2/2021, de 20 de abril) harmonizou as obrigações aplicáveis aos operadores de comunicações eletrónicas, independentemente da natureza do serviço que prestam, seguindo o princípio “serviço igual, obrigações iguais. No que toca à concorrência, foram efetuados ajustes à regulação de mercados, promovendo a concorrência e permitindo o retorno dos investimentos nas condições que o mercado permite. Previu-se, a possibilidade de celebração de compromissos voluntários entre operadores para o desenvolvimento conjunto de redes de alta capacidade, através da modalidade de co-investimento, copropriedade ou partilha de risco.

NOSI está em processo de reestruturação para se centrar em funções e atividades que visam acelerar e qualificar a transformação digital do sector público.

No domínio da Cibersegurança, Cabo Verde aderiu em junho de 2018 à Convenção sobre o Cibercrime, também conhecida como Convenção de

Budapeste. Cabo Verde também ratificou a Convenção de Malabo, uma convenção da União Africana sobre cibersegurança e proteção de dados pessoais. Cabo Verde dispõe de um quadro legislativo com a criação da Lei do Cibercrime, Lei da Proteção de Dados Pessoais, Lei do Comércio Eletrónico, Lei das Infraestruturas de Chaves Públicas, Lei da Assinatura Digital e Lei da Identidade Eletrónica.

Investimento têm sido realizados na formação de pessoas jurídicas e na formação de instrutores em Cibercrime e prova eletrónica.

Em abril de 2019, foi criado um Núcleo Nacional de Cibersegurança com o objetivo de implementar a Estratégia Nacional de Cibersegurança que tem como um dos seus pontos de ação o desenvolvimento do Centro Nacional de Cibersegurança, garantindo a cibersegurança em infraestruturas críticas e a sensibilização da sociedade sobre o tema.

Ao nível das infraestruturas críticas do país estão a ser definidas políticas, normas e regras de proteção da informação e também a implementação do CERT-CV, Equipa de Resposta a Emergências Informáticas a nível nacional.

No plano tecnológico e compliance, as lições aprendidas com o ciberataque Ransomware, com impacto grave sobre os sistemas nucleares da RTPE - Rede Tecnológica Privativa do Estado, conduziram a investimento de mais 200 000 contos pelo NOSI, numa nova arquitetura Firewalls na RTPE, de segurança mais evoluída e dedicada à deteção de intrusões e monitorização de ameaças em tempo real, nomeadamente, na zona de perímetro da RTPE e das suas várias interconexões com o exterior; implementação de uma nova arquitetura de autenticação na RTPE de alta disponibilidade e de elevado nível de segurança, certificada pelo standard ISO-27001; novos serviços de

emails para garantir eficiência, transparência e segurança, e preparação para certificar o sistema Identity and Access Management (IAM) do NOSi pelo standard ISO-27001; operacionalização em mais de 17 000 terminais da RTPE os Endpoint Security e otimização do sistema central de agentes Endpoint Detection and Response.



Indústria

A indústria é um setor com potencial de crescimento e exportação ao nível da indústria farmacêutica, transformadora (alimentar, bebidas e conserva pesqueira) e extrativa e exploração de indústrias de nicho de produtos tradicionais como o grogue e o vinho do Fogo.

A contribuição da indústria transformadora no PIB tem aumentado, no entanto, continua baixa.

	2015	2019	2020	2021
Industria Transformadora em % do PIB	6,55	6,64	7,35	8,61
Industria Extrativa em % do PIB	0,36	0,31	0,37	0,35
Indice de produção industrial (2015=100)	103,2	113,7	118,8	127,9
% Valor Acrescentado Manufatureiro	7,5	7,5	7,8	nd
Nº empresas licenciadas	49	134	50	53

Fonte: INE, UNIDO

Reformas e medidas de política têm sido implementadas para melhorar as condições de desenvolvimento da indústria, nomeadamente:

- Controlo de qualidade e certificação de produtos.
- Política e Estratégia Nacional da Propriedade Intelectual e Carta da Propriedade Intelectual.
- Desenvolvimento da plataforma online de atualização do Cadastro Industrial Anual e da Autorização da Importação Industrial.
- Plano de Implementação do Projeto VAGROG (Valorização de Aguardente de Cana-de-Açúcar).
- Formação e qualificação profissionais orientadas para melhoria da competitividade do sector industrial.

O Governo aprovou uma Carta de Política e Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual que define uma visão clara sobre o uso da Propriedade Intelectual como ferramenta estratégica para o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Parceria com a OMPI, Organização Mundial da Propriedade Intelectual, está a ser trabalhada para a definição da Marca Cabo Verde, a denominação geográfica e denominação de origem de produtos agro-alimentares e artesanais, o apoio a jovens empreendedores e a criação de rede de centros de suporte a tecnologia e inovação.

A nível do ambiente de negócios e custos de contexto para o setor industrial, estão em curso iniciativas para (1) a melhoria no sistema de licenciamento industrial online, disponibilização do serviço de atendimento dos processos da indústria na Casa do Cidadão, reforço da capacidade institucional e modernização do quadro legal e regulamentar nos domínios da indústria; (2) implementação dos programas de transição energética, eficiência energética e transformação digital nas unidades industriais; (3) revisão do Código Laboral; (4) reforço da formação e qualificação profissionais orientadas para melhoria da competitividade industrial; (5) implementação do Business Intelligence da Indústria.

O Centro Internacional de Negócios de Cabo Verde (CIN) começa a atrair a atenção de empresas globais e estima-se que nos próximos anos várias empresas sobretudo da área de prestação de serviços possam domiciliar-se no país. Medidas para a dinamização dos Centros Internacionais de Negócios vão ser reforçadas.



Intervenções e investimentos estão previstos para melhorar a infraestruturação da Zona Industrial do Lazareto (ZIL) para atrair empresas industriais.

O quadro legislativo que compõe a ZIL e o Parque Industrial vai ser alterado para potenciar melhor os propósitos para os quais foram criados e atrair mais investimentos, nomeadamente agilização dos procedimentos de licenciamento de atividades na ZIL e integração do CIN com a ZIL.

A indústria da pozolana do Porto Novo vai ser reativada.

Solução para as derrogações das regras de origem para a exportação de produtos da pesca para a União Europeia e o desenvolvimento da indústria farmacêutica e sua capacidade exportadora para o mercado africano, são prioridades da política industrial.

Medidas para a dinamização da exportação para os EUA ao abrigo da AGOA e para a facilitação e promoção da penetração de produtos da indústria cabo-verdiana em países africanos da CPLP e da CEDEAO, serão desenvolvidas com vista a aumentar a capacidade exportadora do país.

DESENVOLVIMENTO HUMANO

De acordo com os dados do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, Cabo Verde registrou em 2019, a sua mais alta pontuação (0,665), confirmando um progresso constante e ganhos na melhoria das condições de vida das suas populações no período antes da pandemia da COVID 19. Em 2021, devido aos impactos da crise da pandemia da COVID 19, o IDH reduziu-se para 0,662, em linha com a quebra registada a nível mundial.



Emprego

O crescimento económico registado até 2019 e políticas ativas de emprego e empreendedorismo conduziram a uma redução da taxa de desemprego de 15% em 2016 para 11,3% em 2019 e da taxa de desemprego jovem de 41% em 2016 para 25% em 2019. A crise económica e social provocada pela pandemia da COVID 19 conduziu o país à maior contração económica de sempre, 14,8% em 2020, e consequentemente ao aumento do desemprego (14,5% em 2020, tendo o desemprego jovem aumentado para 32,5%).

(%)	2016	2017	2018	2019	2020
Taxa Desemprego	15,0	12,2	12,2	11,3	14,5
Desemprego jovem (15-24 anos)	41,0	32,4	27,8	25,0	32,5
Proporção NEET	31,0	31,9	30,3	28,0	32,6

Fonte: Anuário Estatístico 2020,
INE

Os programas de formação profissional, estágios profissionais e de empreendedorismo registam altas taxas de inserção no Mercado de Trabalho: 73.5%, 70.4% e 78.3%, respetivamente. Nos primeiros 12 meses, essas taxas situam-se entre 44.6% e 65.8%.

Beneficiários de Formação e Estágio Prof. (faixa etária 15-35+)

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Soma
Formação profissional inicial	2 318	4 096	2 873	4 678	4 135	5 354	23 454
Formação profissional contínua	757	819	2 096	2 079	2 789	2 175	10 715
Estágio profissional	36	484	690	3 224	3 158	2 725	10 317
Formação a Desempregados de Longa Duração	20	54	121	122	122	30	469
Formação em Empreendedorismo	138	183	239	1 271	1 518	680	4 029
Formação através de PPP	3	45	63	222	82	69	484
	3 272	5 681	6 082	11 596	11 804	11 033	49 468

Fonte: IEFP

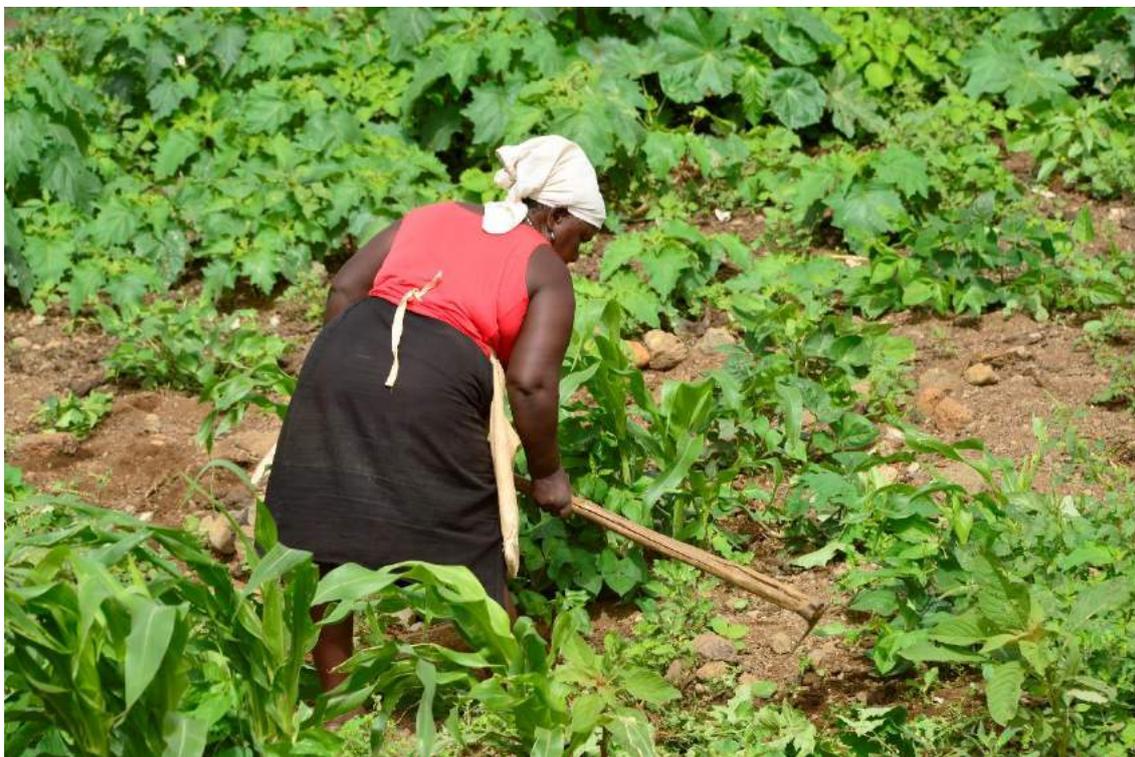
Deve ser aumentada a escala dos efeitos da qualificação profissional e do empreendedorismo sobre o número de desempregados, particularmente os jovens, e aumentada a abrangência desses efeitos de forma a criar oportunidades de emprego em todas as ilhas.

Estratégia Nacional de Emprego Digno 2022/2026 foi aprovada pelo Governo, estando em elaboração o Plano Estratégico da Formação Profissional.

São prioridades da política de emprego:

- Aumento da oferta de empregos pela dinamização da economia em cada uma das ilhas (investimentos privados, conectividades e infraestruturas).
- Fomento empresarial de micro, pequenas e médias empresas e de start ups através do reforço do ecossistema de financiamento (volume e efetividade de financiamento).
- Reforço da oferta e do investimento na formação profissional, estágios profissionais, reconversão profissional dos jovens com formação em áreas de baixa empregabilidade e capacitação e inserção dos desempregados de longa duração no mercado de trabalho.
- Redução das assimetrias regionais no acesso aos programas de formação profissional, estágios profissionais e empreendedorismo.
- Alargamento das categorias para a atribuição de carteiras profissionais como um instrumento de formalização e valorização das profissões.
- Certificação de qualificação profissional através do processo RVCC – Processo de Reconhecimento e Validação de Competências.
- Utilização da formação profissional como instrumento de promoção da inclusão produtiva de jovens e mulheres em situação de pobreza.

- Aumento de investimento e de assertividade do programa de inclusão produtiva de jovens e mulheres e de formalização de negócios na agricultura, pescas



Inclusão e proteção social

A inclusão e proteção social tem merecido particular atenção e investimentos por parte do Governo com políticas de proteção social cada vez mais abrangentes contribuindo, para a redução das desigualdades, redução da pobreza extrema e um desenvolvimento sustentável, traduzindo num aumento da população coberta por pelo menos uma prestação de proteção social, nos últimos anos, conforme o Anuário Estatístico 2020, produzido pelo Instituto Nacional de Estatística:

- **A cobertura efetiva da população, passou de 43,6% em 2016 (231.728 pessoas) para 51,4%, em 2020, ano em que 286.006**

peças receberam pelo menos uma prestação pecuniária de proteção social, seja ela proveniente do sistema contributivo ou do regime não contributivo. O nível da cobertura efetiva da população em Cabo Verde, está acima da média mundial, situando em 46,9% em 2020. A nível do continente africano, a cobertura efetiva foi estimada em 17,4%, sendo 13,7% na África Subsaariana (OIT, 2021).

- **As mulheres apresentaram uma maior cobertura**, com 54,6%, cobertas por pelo menos uma prestação de proteção social, contra 48,1% dos homens.
- **As prestações familiares ou por crianças a cargo, abrangeram cerca de 42,3% das crianças** menores de 15 anos. A nível mundial a cobertura é estimada em 26,4% no mesmo período (2020).
- **As prestações pecuniárias na maternidade, foram concedidas a 23,1% das mães** de recém-nascidos registados. A nível mundial a proteção na maternidade é de 44,9%.
- **As prestações por invalidez chegaram a 52,7% das pessoas** com deficiência grave. A nível mundial esta cobertura é de 33,5%.
- **Cerca de 69,8% da população idosa com 60 anos ou mais, beneficiou de pelo menos uma prestação pecuniária** (velhice, invalidez ou sobrevivência). A nível mundial este indicador é de 77,5%.
- **A prestação de desemprego, recentemente instituída (2018), beneficiou 7,3% do total dos desempregados** a nível nacional. A nível mundial estima-se que 18,6% dos desempregados beneficiaram de uma proteção pela perda de emprego involuntário.

Pobreza	2016	2017	2018	2019	2020
Txa Incidência Pobreza (1)	31,7	28,6	26,0	26,0	31,7
Urbano	22,4	22,4	20,0	19,9	25,8

Rural	38,7	41,5	38,7	38,5	44,9
Pobreza extrema (2)	18,0	13,7	11,1	12,7	13,1
Urbano	8,1	7,3	5,9	7,2	8,2
Rural	25,4	27,2	21,9	24,0	24,3

Fonte: Anuário Estatístico 2020, INE

(1) proporção da pop. abaixo da linha da pobreza nacional

(2) proporção da pop. em situação de pobreza extrema (menos de dois dólares/dia)

	2016	2017	2018	2019	2020	Nível Mundial (2020)
Proteção Social						
Cobertura Proteção Social (3)	43,6	46,0	48,4	50,0	51,4	46,9
Regime Contributivo	39,6	42,0	44,0	45,8	45,1	
Regime Não Contributivo	4,0	4,1	4,4	4,3	6,3	
Prestações Sociais						
Crianças (4)	32,9	35,6	38,8	41,5	42,3	26,4
Maternidade (5)	13,1	15,9	19,7	23,0	23,1	44,9
Incapacidade/Deficiência (6)	51,8	50,8	45,3	52,4	52,7	33,5
Idosos (7)	70,9	72,3	72,6	66,3	69,8	77,5
Desempregados (8)			0,9	3,3	7,3	18,6

Fonte: Anuário Estatístico 2020, INE

(3) proporção da população a receber pelo menos uma prestação de proteção social

(4) proporção de crianças, 0-14 anos, a receber prestações familiares ou para crianças

(5) proporção das mulheres que deram à luz e recebem uma prestação em dinheiro por maternidade

(6) proporção de pessoas com incapacidade/deficiência severa a receber prestação em dinheiro por invalidez

(7) proporção da população 60 anos ou mais a receber uma prestação de proteção social

(8) proporção do total de desempregados (15-64 anos) a beneficiar de subsídio de desemprego

Segurança Social	2016	2017	2018	2019	2020	2016/2020
Segurados ativos (INPS)	83 441	92 444	98 059	105 272	103 189	19 748
Função Pública	25 147	25 827	26 089	26 617	26 172	1 025
Outros (9)	58 294	66 617	71 970	78 655	77 017	18 723

Fonte: Anuário Estatístico 2020, INE

(9) Trabalhadores por conta de outrem, trabalhadores por conta própria e empresas REMPE

Valor Médio das Pensões (esc.)	2016	2017	2018	2019	2020
Pensão de Velhice	25 988,00	28 224,00	28 736,00	30 338,00	31 721,00

Fonte: Anuário Estatístico 2020, INE

De 2016 a 2021, o Governo estruturou o Sistema de inclusão e Proteção Social com:

- **Criação do Cadastro Social Único (CSU)**, instrumento que permite que a política de inclusão social (nas diversas áreas: saúde, educação, habitação, água e energia e nos diversos segmentos que exigem cuidados: crianças, mulheres, idosos, pessoas com deficiência) seja baseada em regras e indicadores que permitem que os programas e os projetos sejam concebidos e executados com objetividade, imparcialidade, transparência e eficácia e convergente para as metas da redução da pobreza absoluta e eliminação da pobreza extrema.
- **Criação do Rendimento Social de Inclusão (RSI)**, que é uma transferência financeira direta às famílias que vivem em situação de pobreza extrema e que têm crianças sob seu cuidado. Mais de 5.000 famílias beneficiam do RSI.
- **Criação do Programa de Inclusão Produtiva**, um programa complementar ao Rendimento Social de Inclusão para proporcionar os beneficiários desse rendimento uma atividade produtiva. Duas mil famílias beneficiam de projetos de inclusão produtiva em Santiago, Fogo, Santo Antão e S. Vicente. Projetos de acesso ao rendimento e desenvolvimento de competências para o emprego decente, beneficiam 12.773 pessoas mais pobres no período 2018/2022
- **Nova abordagem do programa POSER** dirigido a famílias rurais, que passou a estar orientado para a inclusão produtiva com a opção por mais projetos estruturantes hidroagrícolas que provocam maiores impactos na sustentabilidade das famílias. De 2014 a 2016, cada

projeto beneficiava, em média, 5 ou 6 famílias. A partir de 2017, o valor registado em cada ano é 10 vezes superior.

- **Criação do Plano Nacional de Cuidados**, em benefício de idosos, crianças com deficiência, doença crónica ou incapacitante e adultos que sofram de incapacidade permanente para exercício de qualquer atividade geradora de rendimento.
- **Criação da tarifa social de água e energia** para as famílias mais pobres, com impacto na redução de custos com o consumo de água e energia.
- **Programa de reabilitação de casas e acesso a sanitários** dirigido a famílias mais pobres.
- **Apoio a famílias para a frequência de filhos até 5 anos a creches e instituições de pré-escolar**. Vinte e seis mil crianças beneficiadas no EPE, no período 2017/2022, em todos os concelhos.
- **Gratuidade do ensino básico e secundário** com impacto na redução de custos com a educação por parte das famílias. Beneficiam 83.500 alunos do ensino básico obrigatório e 30.000 do ensino secundário.
- **Criação da Bolsa Cultura, BA Cultura**, para acesso à arte e à cultura a crianças e adolescentes filhos de pais mais pobres. Beneficia 14.220 crianças e adolescentes no período 2017/2022.
- **Isenção da taxa moderadora de saúde** para crianças até aos cinco anos, grávidas no atendimento pré-natal, pessoas com deficiência com incapacidade igual ou superior a 60%, portadores de deficiência física ou motora e utentes em situação de insuficiência económica comprovada, com impacto na redução de custos com a saúde por parte dos beneficiários.

- **Dotação ao país de um Plano de Ação da Coordenação Nacional das Redes de Prevenção e de Combate aos Abusos e a Exploração Sexuais de Crianças.**
- **Condições para a realização de “justiça amiga das crianças”** no âmbito da aplicação da Lei sobre crimes de agressão, abuso e exploração de crianças e adolescentes.
- **Desenvolvimento do processo de sinalização de crianças e adolescentes com necessidades educativas especiais.**
- **Gratuidade no acesso de pessoas com deficiência** a todos os níveis de educação escolar e ensino superior e formação profissional.
- **Isenção de direitos aduaneiros na importação de cadeiras de rodas,** veículos de transporte de pessoas com mobilidade reduzida e veículos automóveis adaptados a deficientes motores.
- **Transversalização da abordagem de Igualdade e Equidade de Género** no sistema de planeamento, no Orçamento do Estado e em políticas sensíveis ao género.
- **Aprovação da lei da paridade.**
- **Criação da Alta Autoridade para a Imigração** para uma atuação integrada das políticas públicas dirigidas aos imigrantes.

Na estruturação de Cuidados, novos centros de emergência infantil serão criados nas ilhas do Sal, Santo Antão e em Santiago Norte.

A lei de responsabilização parental vai ser revista para reforçar a responsabilização dos pais perante as crianças.

A Lei que define o Estatuto da Pessoa Idosa foi aprovada, dotando o país de um importante suporte jurídico, institucional e social às políticas de proteção aos Idosos^{xvii}.

O Relatório do Fórum Económico Mundial sobre a igualdade de género, mostra uma evolução significativa de Cabo Verde, em matéria da paridade de género, ao subir 23 posições no ranking dos países com maior igualdade. Medidas destinadas a promover a igualdade e a equidade vão ser continuadas e reforçadas.

Investimentos na reabilitação de casas de famílias mais pobres vão ser reforçados, assim como recursos do Fundo do Ambiente estão afetados com prioridade para investimentos, em parceria com os municípios, para permitir o acesso de famílias mais pobres e vulneráveis à rede de água e de esgotos e a instalações sanitárias.

Segundo os últimos dados, estão registados no Cadastro Social Único 79.415 agregados familiares, que correspondem a 52,1% dos agregados existentes em Cabo Verde, e cerca de 310.693 indivíduos, correspondentes a 57,8% dos indivíduos residentes no País. Dos agregados registados, 32% estão no Grupo 1 e 27% no Grupo 2, grupos nos quais estão focalizadas as medidas de política para a população pobre.



O Governo criou o Programa MAIS com o objetivo de eliminar a pobreza extrema e reduzir a pobreza absoluta, atuando sobre crianças e adolescentes; jovens fora da educação, da formação ou do emprego; raparigas e mulheres; pessoas idosas; pessoas com deficiência; toxicodependentes, ex-toxicodependentes, retornados e ex-presos; e imigrantes, com políticas de acesso a cuidados, educação e formação profissional, rendimento e inclusão produtiva, saúde, habitação, cultura e desporto, através de:

- **Universalização do acesso à educação pré-escolar** a todas as crianças dos 4 aos 6 anos de idade mediante subsidiação às famílias mais pobres.
- **Gratuidade do sistema de ensino básico e secundário.**
- **Alargamento e reforço da ação social escolar** - alimentação escolar, transporte escolar, kits escolares - e do acesso à cultura através do BA CULTURA.

- **Reforço da formação profissional, capacitação e empreendedorismo** ajustados à habilitação literária dos jovens (a partir do 6º ano de escolaridade) e com condições de subsídio mais favoráveis para jovens de famílias pobres.
- **Alargamento do acesso ao Rendimento Social de Inclusão** a todos os agregados familiares na situação de extrema pobreza e a pobres com crianças menores de 15 anos.
- **Dinamização da economia social e solidária** e da inclusão produtiva com discriminação positiva para mulheres.
- **Promoção da produção, emprego e rendimento** em abordagens inclusivas nas zonas rurais e nas comunidades piscatórias através da agricultura, pecuária e pescas.
- **Alargamento da cobertura da pensão social** para abranger todos os idosos e pessoas com deficiência de famílias pobres não cobertos pelo regime contributivo, com direito constituído nos termos da lei.
- **Formalização e alargamento da cobertura da segurança social** obrigatória a profissões informais.
- **Alargamento da isenção da taxa moderadora de saúde** a todos os membros dos agregados familiares em situação de pobreza extrema e melhoria do acesso aos medicamentos para os idosos, com um pacote de estímulo à expansão e consolidação das mutualidades de saúde.
- **Aumento do plafond no acesso a medicamentos** de pessoas mais pobres.
- **Reforço do investimento no combate à toxicodependência** e a promoção da integração e inclusão social e produtiva dos ex-toxicodependentes em parceria com as organizações que trabalham na área de terapia ocupacional.

- **Implementação do programa de reinserção social e económica de ex-reclusos.**
- **Alargamento do acesso a cuidados e proteção** a crianças, adolescentes, idosos e a pessoas com deficiência (creches, centros de emergência infantil, centros de dia, lares).
- **Reforço das políticas e as ações de inclusão de pessoas com deficiência** ratificando as convenções internacionais e assegurando garantias e benefícios, com particular atenção às famílias pobres com dependentes deficientes.
- **Implementação de políticas específicas de regularização de imigrantes e de integração social e económica.**
- **Promoção da inclusão social pela cultura e pelo desporto** através de programas de infraestruturização desportiva e cultural em parceria com os municípios.

Um Fundo para financiar o Programa MAIS será criado - “Fundo MAIS” - alimentado com participação nas receitas da taxa turística e outras contribuições para financiamento de projetos destinados à erradicação da pobreza extrema.



Habitação

O défice habitacional, quantitativo e qualitativo, em Cabo Verde é muito elevado. Segundo o Plano Nacional de Habitação (PLANAH 2021/2030), até 2030 será necessário investir 167 milhões de contos para a construção de 38.600 novas casas, reabilitação de 40 mil casas existentes e infraestruturação e redes técnicas (água, eletricidade, esgoto).

O grande esforço de intervenção social é ao nível das mais de 40.000 famílias (25% do total dos agregados familiares) que vivem em casas sem condições de segurança habitacional e de acesso a bens básicos como a água, sanitários e eletricidade domiciliários. O foco é beneficiar as famílias classificadas nos grupos I e II do CSU que vivem em condições habitacionais precárias e em situação de pobreza extrema (primeira prioridade) e de pobreza absoluta (segunda prioridade).

Acesso a bens básicos	2015	2016	2017	2018	2019
<i>Proporção população que usa:</i>					
Água potável	85,1	85,5	85,2	86	85,5
Instalações sanitárias	77,2	80,3	80,8	82,9	85,1
Eletricidade	86,9	90,1	90,1	90,3	92,2
Gás butano	71,2	73,8	74,3	75,6	78,9

Fonte: Anuário Estatístico 2020, INE

Esta tem sido a prioridade desde 2016: em parceria com as câmaras municipais, milhares de casas foram reabilitadas em todos os municípios.

Especial prioridade foi dada ao programa de realojamento de pessoas e famílias que residem em barracas nas ilhas da Boavista, do Sal e de S. Vicente. Através de afetação de receitas do Fundo do Turismo, foram construídas 256 habitações na Boavista e 550 habitações no Sal. Com financiamento da RP da China foram construídas 88 habitações sociais em Portelinha, S. Vicente. São investimentos que abrangem arruamentos, construção de redes de água, eletricidade e de esgotos e espaços sociais comunitários.

Estão em processo o lançamento de concurso para a construção de 197 casas sociais na Praia e 256 em S. Vicente, a reabilitação de 750 casas na Praia e contratos programa com as câmaras municipais, no valor de 180 mil contos, para a reabilitação de casas.

Para o período 2022/2026, uma parcela importante do Fundo do Ambiente foi afetada ao financiamento de investimentos para o acesso domiciliário a redes de água e esgotos e a sanitários a famílias mais pobres, através de parceria com os municípios.

A bonificação de juros à habitação para casais jovens foi reativada.

aumentado o limite máximo de 5.000 contos para 7.000 contos e o limite de idade de 30 para 35 anos.

	2019	2020	2021	Soma
Total beneficiários bonificação crédito habitação	1 641	1 714	1 263	4 618

Fonte: MF

Foi feito o desagravamento fiscal do crédito à habitação através de isenção do pagamento de imposto de selo sobre juros e comissões na construção ou melhoramento de primeira habitação própria, reduzindo os custos com a aquisição e construção de habitação e o desagravamento fiscal sobre os rendimentos de arrendamento. Com o OE 2017, os proprietários de casas arrendadas deixaram de reter 20% de imposto pela renda recebida para passar a 10%.



Saúde e Segurança Sanitária

Saúde e segurança sanitária ganharam maior relevância com a pandemia da COVID 19.

Para além do combate à COVID 19, Cabo Verde evoluiu positivamente a nível de indicadores como a mortalidade infantil, a diminuição da prevalência de VIH na população geral e da transmissão vertical (98% das crianças nascidas de mães que vivem com VIH são crianças saudáveis), certificação país livre do pólio em 2017, zero casos de paludismo durante 4 anos, introdução da vacina contra HPV no calendário nacional. Obter e garantir a certificação de país livre de paludismo e certificação da eliminação da transmissão vertical da sífilis e VIH é um desafio ao nosso alcance.

Apesar da concentração de meios e recursos humanos, materiais e financeiros para a prevenção e respostas à COVID 19, que absorveram muito o SNS, a taxa de cobertura de crianças completamente vacinadas continuou alta (97,9% em 2019, 94,3% em 2020 e 97,5% em 2021). A média de consultas pré-natal não foi afetada com a pandemia, os casos de tuberculose e VIH continuaram a ser diagnosticados e tratados.

Taxas	2017	2018	2019	2020	2021
Mortalidade Infantil	15,8	13,0	15,6	11,6	10,6
Mortalidade Neonatal Precoce (0 a 6 dias)	8,3	6,3	7,2	5,1	5,2
Mort. Neonatal Tardia (7 a 27 dias)	2,6	2,3	3,4	2,4	2,0
Mortalidade Neonatal (0 a 27 dias)	10,9	8,5	10,6	7,5	7,2
Mortalidade Pós-Neonatal (28 a 364 dias) *	4,8	4,5	5,0	4,0	3,4
Mortalidade Perinatal *	15,8	19,1	17,1	9,4	9,2
Mortalidade Juvenil (1 a 4 A)	0,3	0,4	0,5	0,4	0,3

Mortalidade < de 5 Anos *	17,0	14,6	17,8	13,0	12,0
Mort. Materna por 100.000 n. vivos	47,2	37,9	105,1	67,4	38,9
Taxa Bruta de Mortalidade (Mortalidade Geral)	4,6	5,2	5,0	5,3	5,4

Fonte: SVIR/DNS/MS

Os rácios de número de médicos, de enfermeiros e de profissionais de saúde por 10.000 habitantes evoluíram positivamente.

Rácio por 10.000 hab.

	2017	2018	2019	2020	2021
Médicos	6,28	8,00	6,90	6,50	7,82
Enfermeiros	14,00	14,32	13,88	16,11	19,19
Profissionais de saúde *	52,60	60,17	58,82	63,96	68,15

Fonte: MS

* médicos, enfermeiros, técnicos e pessoal auxiliar

O aumento do número de enfermeiros permitiu apostar mais na atenção primária, uma atenção mais perto da comunidade e aumento de visitas domiciliares.

A contratação de técnicos da saúde como psicólogos, assistentes sociais, nutricionistas e fisioterapeutas permitiu dar em enfoque multidisciplinar ao atendimento do utente.

Investimentos nos profissionais de saúde está refletido nos estatutos do pessoal das carreiras médica e de enfermeiros, no financiamento de ações de formação e especialização médica.

De 2017 até à data, beneficiaram com a comparticipação de 40% do valor da propina, 84 Enfermeiros no Complemento de Licenciatura de Enfermagem lecionada pela Universidade de Santiago.

Vinte médicos foram para o exterior para a realização de especialização médica nas áreas de Orto-Traumatologia, Oncologia clínica, Cirurgia Geral/Urologia, Medicina Familiar, Cirurgia da Cabeça e Pescoço, Ginecologia e Obstetrícia, Psiquiatria, Cardiologia Pediátrica, Neurologia Pediátrica e Oncologia.

Criou-se o curso de Medicina Geral e Familiar em que o primeiro curso iniciou-se em junho de 2022, com uma turma de 21 Médicos do Sistema Nacional de Saúde aprovados em concurso.

Uma Entidade Reguladora Independente de Saúde, ERIS, foi criada.



Fortes investimentos foram realizados em infraestruturaco e equipamentos de saúde:

- o país foi dotado de laboratórios de virologia criando capacidade autnoma de realizar testes COVID 19.
- os Centros de Saúde do país e os Hospitais Regionais foram beneficiados com investimento de um milhão de contos em equipamentos para os serviços de análises clínicas, imagiologia, fisioterapia, estomatologia, ginecologia/obstetrícia.
- foram construídos e equipados Centro de Saúde de Sta. Maria, Centro de Saúde de S. Lourenço dos rgos, Centro de Saúde da Assomada, Posto Sanitário de Cancelo, Centro de Diálise em S. Vicente, Centro de Terapia Ocupacional de Ribeira da Vinha em S. Vicente.
- foram reabilitados e equipados os Serviços de Imagiologia do HAN e HBS, o Laboratório de Análises Clínicas do HAN e o Banco de Urgncia do HAN.
- o HAN foi dotado de um novo Aparelho de Tomografia Computadorizada (TAC), de Serviço de Gastroenterologia e Serviço de Cuidados Intensivos.
- estão em construo, Bloco Operatrio da Boa Vista, Centro Ambulatorial do HBS, reabilitao do Hospital da Trindade, Instalao do Centro de Diagnóstico de Santiago.

Novos investimentos estão programados para reforçar o Serviço Nacional de Saúde:

- Centro de Saúde Cidade Velha.
- Centro de Saúde de Achada Monte, em S. Miguel.

- Centro Saúde de Monte Sossego, em S. Vicente.
- Centro de Saúde da Palmeira, no Sal.
- Centro de Saúde de R^a das Patas, em Sto. Antão.
- Centro de Saúde de Santa Catarina do Fogo.
- Delegacia de Saúde da Brava.
- Remodelação e equipamento de vários Postos Sanitários.
- Ampliação do Hospital Ramiro Figueira (Urgência de Pediatria, Pediatria; Enfermaria de Psiquiatria; Laboratório).
- Reabilitação do Hospital Regional João Morais.
- Laboratório de Saúde Pública.
- Centro Clínico Integrado de Simulação Biomédica.
- CTIME - Centro Técnico de Instalação e Manutenção de Equipamentos.
- Nova Maternidade e Pediatria do HBS.
- Novo Hospital Nacional na Praia.



Para o período 2022/2026, prioridades estão centradas na implementação das principais políticas e medidas previstas no Programa do Governo:

- **Reforço e melhoria da atenção primária:** (1) institucionalização de Médico e Enfermeiro de Família (já iniciou a formação especializada dos médicos); (2) reforço de técnicos capacitados em saúde pública e saúde comunitária, com foco na promoção da saúde e na prevenção das doenças; (3) alargamento e reforço da cobertura nacional psiquiátrica e da saúde mental na rede dos cuidados primários do país; (4) em curso, o alargamento da rede de cobertura de cuidados ligados ao uso abusivo do álcool e outras drogas; (5) reforço de consultas especializadas nos centros de saúde (não realizado ainda devido à prioridade ao combate à COVID 19).
- **Reforço e melhoria da Atenção Hospitalar:** (1) reforço de competências e do nível de prestação de cuidados de qualidade nos hospitais regionais (em curso; previsto a criação do Gabinete de Qualidade nos hospitais); (2) modernização e digitalização da gestão hospitalar e a humanização do atendimento aos utentes (cursos já realizados para melhorar o atendimento/a humanização); (3) criação de serviços de cuidados intensivos nos dois Hospitais Centrais, HAN e HBS (o HAN já tem cuidados intensivos; HBS em fase de elaboração de projeto); (4) melhoria nos dois hospitais centrais das condições técnicas e tecnológicas para implantação de pacemakers (em curso; tem havido implantação de pacemakers no HAN. De 2017 até agora, 34 pessoas beneficiaram da colocação de pacemaker pela primeira vez ou substituição do gerador); (5) implementação do Projeto de diagnóstico e intervenção rápida para os acidentes vasculares

cerebrais (a Via Verde do AVC já começou no HAN em junho de 2022).

- **Implementação de sistema de evacuação por emergência médica** com especial incidência para conectividades dedicadas de transportes aéreos e marítimos de/para as ilhas de menor população como Brava, Maio, S. Nicolau e Boa Vista, onde não existem hospitais regionais. Relativamente a evacuações ao exterior, a construção do Novo Hospital de Cabo Verde, na Praia, orienta-se para melhorar a capacidade diagnóstica e tratamento especializado para os principais problemas de saúde que demandam evacuação para o exterior.
- **Reforço de investimento na Saúde Pública e melhoria da segurança sanitária:** (1) promoção da vigilância em Saúde (Observatório Nacional da Saúde); (2) desenvolvimento da Investigação em Saúde, nomeadamente a elaboração e implementação da Agenda Nacional de Investigação em Saúde; (3) capacitação e formação dos Recursos Humanos em Saúde Pública; (4) promoção da saúde e comunicação de risco; (5) reforçar o desenvolvimento Laboratorial (Laboratório de Virologia, Laboratório de Entomologia Médica, Laboratório de Controlo de Qualidade de Água e Alimentos).
- **Desenvolvimento da telemedicina e da transformação digital dos serviços de saúde** potenciando o uso das tecnologias e da internet (que irá ter um avanço substancial com a introdução do 5G). A condição arquipelágica do país e as assimetrias regionais e a disponibilidade de profissionais altamente qualificados na diáspora impõem a necessidade de uma priorização efetiva do desenvolvimento da telemedicina e da aceleração da transformação digital na saúde em Cabo Verde.

- **Melhoria da complementaridade e parcerias com o setor privado na oferta de serviços de saúde:** (1) criação de condições para que a complementaridade entre o SNS e o setor privado de saúde seja efetivada de uma forma estruturada, transparente, previsível, incluindo o papel da segurança social; (2) criação de um quadro institucional, estímulos e incentivo à participação de quadros especializados no setor da saúde na diáspora para intervirem em Cabo Verde; (3) mobilização de investimento nacional, estrangeiro e da diáspora para desenvolver serviços de turismo de saúde e bem-estar, a indústria farmacêutica e centro de assemblagem e manutenção de equipamento de saúde, numa lógica de prestação de serviços internacionais e regionais de saúde; (4) privatização da EMPROFAC, enquadrado no projeto de transformar Cabo Verde como uma plataforma de distribuição de medicamentos na CEDEAO.
- **Desenvolvimento da política farmacêutica** através de iniciativas legislativas, de gestão e de regulação, num setor fundamental para o setor da saúde, a proteção social e para a economia do país.
- **Melhoria da gestão do SNS:** (1) formação de gestores e planificadores de saúde; (2) criação de um corpo de supervisores por pares e por regiões sanitárias para a promoção da qualidade de serviço e humanização de serviço; (3) implementação de sistema de auditoria de saúde; (4) criação de Provedor Digital de Saúde; (5) reforço do sistema de informação sanitária; (6) garantia de maior inclusão no acesso aos serviços da saúde através do regime de isenção da taxa moderadora de saúde, da eliminação de barreiras arquitetónicas ao acesso a estruturas de saúde por parte de pessoas com deficiência, de dotação de funcionários capacitados para o atendimento de pessoas com deficiência e de pessoas LGBTQiA+ sem discriminação nem estigmatização.



Educação

É objetivo do governo, transformar Cabo Verde num país de oportunidades, através de educação inclusiva e de excelência, da qualificação para a empregabilidade e da implementação de um ecossistema favorável ao empreendedorismo, no contexto de uma economia que cresce e gera emprego, em sintonia com o desenvolvimento.

O Governo assume a grande ambição de alinhar o sistema educativo cabo-verdiano aos padrões de qualidade dos países da OCDE, consciente de que esta ambição só se concretiza num horizonte de longo prazo, pelo que gradualmente vai realizando os objetivos das reformas estruturantes, nos domínios da adequação dos planos curriculares e respetivos sistemas de avaliação, da transição digital, da modernização das infraestruturas

educativas e da promoção de inclusão educativa, conducentes à realização dessa Ambição que deve Unir a Nação.

Os últimos cinco anos foram muito importantes para o sector da educação em Cabo Verde, marcados pela implementação de um conjunto de medidas de política, que abrange todo o sistema (da educação pré-escolar ao ensino superior), e que teve como elemento estruturante a execução do Plano Estratégico da Educação (PEE 2017-2021), bem como toda a conceptualização das reformas do ensino básico e do ensino secundário e da reestruturação institucional do ensino superior, orientado para o cumprimento dos ODS e alinhado com o PEDS e perseguindo agora o objetivo de alinhamento com os países da OCDE em termos de qualidade de da pertinência dos programas educativos e da ciência.

Estas mudanças permitiram imprimir uma nova dinâmica ao sector, que resultaram em ganhos evidentes e mensuráveis na melhoria da qualidade do sistema educativo, que se refletem na evolução dos principais indicadores:

- opção pela universalização do Pré-escolar como fase propedêutica, para que todas as crianças, a partir dos 4 anos de idade, frequentem a educação pré-escolar;
- extensão do ensino básico obrigatório até ao 8º ano de escolaridade;
- gratuidade na inscrição e frequência relativa a propinas, taxas e emolumentos no ensino básico e no ensino secundário;
- gratuidade na inscrição e frequência de pessoas com deficiência nos estabelecimentos de ensino pré-escolar, básico, secundário e superior e nos estabelecimentos de formação profissional;
- implementação de um novo plano curricular no ensino básico;

- implementação de um novo plano curricular no ensino secundário, via geral e via técnica;
- implementação de um novo regime de frequência e avaliação;
- diminuição do abandono escolar;
- aumento da taxa de sucesso;
- reforço da ação social escolar (alimentação, transporte, kits, manuais);
- diminuição dos encargos financeiros das famílias com a educação;
- implementação do sistema de regulação e de certificação da qualidade do ensino superior;
- conceptualização da reestruturação e alargamento do ensino superior, visando alinhamento com as vocações das ilhas e com as opções e prioridades do desenvolvimento económico, social e científico do país.

Ensino Básico

Tx Bruta de Escolarização	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Total	105,5	103,9	103,3	104,0	100,9	101,8	101,9
Feminino	101,7	100,2	99,7	100,5	97,9	98,2	99,1
Masculino	109,2	107,5	106,8	107,5	103,9	105,4	104,6

Tx Líquida de Escolarização	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Total	93,2	92,6	92,9	93,4	92,1	93,1	94,1
Feminino	92,5	91,5	92,0	92,6	91,6	92,6	94,1
Masculino	94,0	93,6	93,8	94,3	92,6	93,6	94,1

Nº Crianças fora da Escola	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Total	4.110	4.420	4.306	3.973	4.792	4.139	3.537
Feminino	2.269	2.505	2.406	2.238	2.522	2.198	1.745
Masculino	1.841	1.915	1.900	1.735	2.270	1.941	1.792

% de Repetência	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Total	8,3	8,6	8,1	7,8	1,7	5,8	4,5
Feminino	6,0	6,2	5,9	5,5	2,3	3,6	2,9
Masculino	10,4	10,8	10,2	9,8	1,1	7,7	6,0

% de Abandono	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Total	1,0	1,0	1,0	1,2	0,9	0,6	0,3

Feminino	1,0	0,7	0,7	1,0	0,8	0,5	0,2
Masculino	1,0	1,4	1,2	1,4	0,9	0,7	0,5

Fonte: Ministério da Educação

Ensino Secundário

Tx Bruta de Escolarização	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Total	94,7	93,7	92,6	88,2	89,0	85,1	86,7
Feminino	99,9	98,4	97,0	92,5	92,7	87,6	89,0
Masculino	89,6	89,1	88,3	83,9	85,3	82,5	84,3

Tx Líquida de Escolarização	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Total	71,7	71,6	71,4	70,4	71,4	73,5	75,3
Feminino	75,9	75,7	75,4	74,5	75,0	76,7	78,4
Masculino	67,7	67,6	67,5	66,4	67,9	70,3	72,1

% de Repetência	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Total	19,6	19,7	20,5	20,2	22,0	19,6	14,5
Feminino	17,2	16,5	16,7	16,2	17,8	16,0	12,2
Masculino	22,3	23,2	24,7	24,5	26,5	23,5	17,1

% de Abandono	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Total	6,0	6,9	6,8	5,3	2,4	2,5	3,3
Feminino	5,0	5,6	5,4	4,2	2,1	2,3	2,7
Masculino	7,0	8,4	8,2	6,6	2,7	2,8	3,9

Fonte: Ministério da Educação



Principais reformas implementadas e em curso

- **Aprovação da Carta Política da Educação**, visando uma profunda reforma no sistema educativo que passa pela adequação dos currículos dos diferentes graus de ensino às necessidades de desenvolvimento do país (Resolução 85/2017, de 3 de Agosto).
- **Universalização do Pré-escolar como fase propedêutica, alargamento do ensino básico de 6 para 8 anos, redefinição do ensino secundário geral e técnico, alargamento do ensino básico universal, obrigatório e gratuito com a duração de 8 anos e extensão da gratuidade ao ensino secundário (até 12º ano).** Consagra o reforço e a modernização do quadro legislativo às novas exigências da política educativa nacional, (1) universalização do Pré-escolar como fase propedêutica, de modo que todas as crianças, a partir dos 4 anos de idade frequentem estabelecimentos de educação pré-escolar; (2) alargamento do ensino básico obrigatório de 6 para 8

anos e redefinição do ensino secundário geral e técnico, permitindo alargar efetivamente o ensino básico enquanto universal, obrigatório e gratuito com a duração de 8 anos; (3) estabelecimento de um desenho de reconceptualização da educação básica de jovens e adultos que garanta a escolaridade básica em cinco anos, equiparada ao 8.º ano do ensino básico obrigatório, promova a intercomunicabilidade entre os subsistemas e desenvolva perfis de saída adequados à entrada na formação profissional. Assume a gratuitidade do ensino básico obrigatório sob a modalidade de oferta de ensino público com isenção de propinas, taxas e emolumentos e o alargamento da gratuitidade ao ensino secundário, que se traduz na isenção de propinas (DL 13/2018 de 7 de dezembro de 2018 (Lei de Bases do Sistema Educativo))

- **Proteção da maternidade e paternidade a nível da educação.** Estabelecimento de medidas de apoio social e escolar que garantam o acesso e permanência com qualidade das jovens mães e pais no sistema de ensino. Medida de apoio social e de reforço da equidade de género, proteção da maternidade e paternidade a nível da educação, promovendo a o direito à educação tanto para continuidade de estudos por parte dos progenitores, bem como a garantia de apoio a família para a frequência do(s) filhos(as) até 5 anos para frequência de creches/instituições de pré-escolar (Decreto-Lei 47/2017, de 26 de outubro).
- **Gratuidade de acesso e permanência a pessoas com deficiência.** Definição do processo de concessão de gratuitidade na inscrição e frequência em estabelecimentos públicos e privados de educação pré-escolar, de ensino básico e secundário e ensino superior e de formação profissional para pessoas com deficiência (Portaria 27/2018, de 08 de agosto).

- **Sistema de sinalização e da avaliação de alunos com necessidades educativas especiais (NEE).** Documento orientador de procedimentos e ações a desenvolver para as crianças com Necessidades Educativas Especiais de carácter permanente, tendo em vista o aperfeiçoamento da funcionalidade dos apoios educativos e da adequação das respostas educativas a proporcionar a estas crianças. Implementado a partir do ano letivo 2018/2019.
- **Organização, Gestão e Desenvolvimento do Currículo do Ensino Básico.** Harmoniza o currículo com os objetivos da avaliação no sentido da melhoria da qualidade do ensino através da aferição do grau de cumprimento dos objetivos de aprendizagem. No quadro da Reforma, uma nova matriz curricular para o ensino básico foi aprovada no sentido de reforçar as aprendizagens dos alunos, proporcionar um maior desenvolvimento dos seus saberes e das suas capacidades e do vivenciar valores de cidadania, através das seguintes medidas: (1) efetivação do alargamento da escolaridade obrigatória até ao 8.º ano de escolaridade, gratuita e obrigatória para todos;(2) fortalecimento da aprendizagem da Língua Portuguesa, enquanto língua não materna; (3) oferta de línguas estrangeiras a partir do 5.º ano de escolaridade, com a obrigatoriedade de ensino das línguas francesa e inglesa, até ao 12.º ano, em paralelo com a língua portuguesa; (4) ensino das tecnologias da informação e comunicação (TIC) como área disciplinar, no 2º ciclo no ensino básico; (4) reforço da aprendizagem das artes, das ciências experimentais, das ciências sociais e humanas, e da matemática nas suas componentes teórica, prática e laboratorial; (5) garantia de uma educação cívica no processo educativo, promotora dos valores democráticos, éticos e humanistas, e do pensamento crítico, numa perspetiva universalista; (6) requalificação das estruturas físicas e reforço da formação de

professores, tomando os recursos materiais e humanos como grandes suportes da Educação (Decreto-Lei 27/2022, de 12 de julho).

- **Organização, Gestão e Desenvolvimento do Currículo do Ensino Secundário.** Define e regulamenta as normas da organização, da gestão e do desenvolvimento do currículo do ensino básico alinhado com o Sistema Nacional de Avaliação das Aprendizagens. Estabelece o currículo do ensino secundário no âmbito da reforma curricular que se preconiza, os princípios orientadores da sua conceção, seu desenvolvimento pelas escolas, agrupamentos escolares e professores, e sua operacionalização e avaliação das aprendizagens, de modo a garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e desenvolvam as capacidades e atitudes que contribuem para alcançar as competências previstas nos Perfis de Saída dos Alunos no final do Ensino Secundário: (1) aprofundamento de conhecimentos e de desenvolvimento de capacidades linguísticas, científicas, tecnológicas e instrumentais, a par de uma formação humanista; (2) valorização dos saberes disciplinares; trabalho interdisciplinar e transdisciplinar; promoção de capacidades de pesquisa, relação, análise, domínio de técnicas de exposição e argumentação; capacidade de trabalhar cooperativamente e com autonomia (Decreto-Lei 28/2022, de 12 de julho).
- **Sistema Nacional de Avaliação das Aprendizagens do Ensino Básico e Ensino Secundário.** Visa dar maior consistência entre o processo de avaliação e as aprendizagens, através da utilização de modalidades e instrumentos de avaliação diversificados a incidir sobre as aprendizagens, os conhecimentos, as capacidades e as atitudes desenvolvidos pelos alunos, definidos no currículo para as diversas áreas e disciplinas de cada ciclo e ano de escolaridade. Conferir estabilidade aos critérios e parâmetros, garantindo a previsibilidade do

sistema, o seu escrutínio pelos agentes educativos e reduzir drasticamente a necessidade de orientações circunstanciais e ao mesmo tempo fornecer indicadores que permitem aferir sobre a adequação dos conteúdos disciplinares, os métodos de ensino e a qualidade da docência (Decreto-Lei 29/2022, de 12 de Julho e Decreto Lei 30/2022, de 12 de Julho).

- **Conselho Nacional da Educação.** Regulamentação da organização, composição e funcionamento do Conselho Nacional da Educação. Possibilita a participação das várias forças sociais, culturais e científicas na efetivação da política nacional da educação (Decreto-Lei 16/2020, de 4 de março).
- **Novo modelo de gestão escolar.** Estabelecimento do regime da organização, administração, gestão e funcionamento dos estabelecimentos públicos dos ensinos básico e secundário e estabelecimento das condições necessárias para a criação de escolas, a constituição de agrupamentos de escolas dos ensinos básico e secundário e a configuração da rede escolar. Implementação de um novo modelo de Gestão Escolar baseado no reforço da gestão pedagógica, quer a nível do 1º ciclo, quer do 2º ciclo e do ensino secundário, sob a coordenação das equipas diretivas da escola sede de cada agrupamento, bem como a maior rentabilização dos recursos humanos, uma vez que possibilitou a mobilidade de docentes entre as escolas de um mesmo agrupamento (Decreto-Lei 8/2019 e Decreto Lei 9/2019, de 22 de fevereiro).
- **Regulamentação da gestão de Delegações da Educação.** Estabelece a organização, competências e as normas de funcionamento das Delegações da Educação. Aumento da eficiência e eficácia na gestão local da educação, bem como a responsabilidade de gestão das

políticas públicas locais (Decreto-Regulamentar 2/2019 de 01 de fevereiro de 2019).

- **Criação e funcionamento da Agência Reguladora do Ensino Superior (ARES).** Instituição com a responsabilidade de regular, avaliar e fiscalizar as condições de organização e funcionamento dos estabelecimentos do ensino superior, mediante a definição de um quadro objetivo, autónomo e transparente de observância de padrões elevados de qualidade do ensino, da investigação e da extensão universitária em Cabo Verde. Nomeação do Conselho de Administração da ARES (Decreto-Lei nº 121/VIII/2016, de 24 de março de 2016 e Resolução nº 60/2018 de 6 de dezembro).



- **Alinhamento da oferta de formação superior com o desenvolvimento regional e desconcentração da oferta.** Criação de condições para a oferta de educação e de formação pós-secundária e superior, em condições de proximidade e de acordo com as necessidades do desenvolvimento do país. Reforça e diversifica o

ensino superior através de Cursos Superiores Profissionalizantes, abrindo o leque de formação superior a um público específico que procura atingir um nicho de mercado também ele específico. O seu alcance está na articulação entre a expectativa de ter um curso superior alinhado com o contexto de desenvolvimento regional. Esta orientação de alinhamento está a ser concretizada através de (1) criação do Campus do Mar em S. Vicente; (2) criação do Instituto de Ciências e Tecnologias Agrárias em Santo Antão, integrado na UTA; (3) criação do Polo Universitário de Geociências e Vulcanologia no Fogo, integrado na UNICV; (4) criação do Instituto de Aeronáutica e Indústrias Turísticas, na ilha do Sal, integrado na UTA (Portaria 26/2016, de 29 de agosto).

- **Estabelecimento das regras do ensino superior ministrado em regime de ensino à distância e em rede**, visando garantir a qualidade da oferta educativa e cooperação entre instituições, através da adoção, pelas instituições do ensino superior, de modelos e práticas pedagógicas apropriadas. Define as normas para a implementação dos Centros de Recursos Integrados Ensino e Formação, a partir de plataformas digitais devidamente equipados e instalados com apoio às Câmaras Municipais, diminuindo as assimetrias no acesso ao Ensino Superior e em contextos e forma bastante inovadores (Portaria 25/2016 de 29 de agosto).
- **Criação da Faculdade de Ciências de Educação e Desporto**. Extingue o Instituto Universitário da Educação. Otimização dos recursos públicos pela via da economia de escalas de formação, extensão e investigação. Uma vez integrado o IUE na Universidade Pública de Cabo Verde, a formação dos docentes ao nível do Ensino Básico, Secundário e Superior, bem como o desenvolvimento dos currículos e investigação pedagógica aplicada estarão concentrados

numa única instituição e as sinergias de força criarão eficiências de escala e tenderão a ganhar a eficácia desejada (Decreto-Lei 19/2018, de 23 de abril).

- **Criação da Universidade Técnica do Atlântico (UTA).** Impulsiona a formação superior e estratégias e investigação em Cabo Verde, com foco em áreas essenciais para o desenvolvimento do país, e contribui para a descentralização da gestão da educação superior, abrindo as oportunidades para a uma nova dinâmica a nível científico e tecnológico. Inaugura um novo modelo de gestão das universidades públicas, através da introdução do Conselho Geral da universidade, com vista a abrir a gestão da universidade aos parceiros e à comunidade científica nacional e internacional (Decreto-Lei 53/2019, de 5 de dezembro).
- **Criação do Campus do Mar de Cabo Verde (Campus do Mar).** Reforça e diversificação do ensino superior público, até agora com foco nas áreas de ciências sociais e económicas e pouco alinhado com as estratégias de desenvolvimento económico do país. Visa a formação de quadros para trabalhar nas diversas áreas ligadas ao setor marítimo, numa perspetiva de prestação de serviços de alto standing e de internacionalização, bem como o desenvolvimento da investigação aplicada nos domínios do mar, das pescas, das tecnologias de transportes marítimos e das mudanças climáticas- Potencializa o desenvolvimento da economia marítima e o incremento da competitividade e da produtividade das empresas que operam no setor através da formação superior, formação técnico-profissional e investigação aplicada (Decreto-Lei 1/2020, de 16 de janeiro).



Gestão Educativa

- **Implementação, em 2019, de um novo modelo de Gestão Escolar** baseado no reforço da gestão pedagógica, quer a nível do 1º ciclo, quer do 2º ciclo e do ensino secundário, sob a coordenação das equipas diretivas da escola sede de cada agrupamento, bem como a maior rentabilização dos recursos humanos, uma vez que possibilitou a mobilidade de docentes entre as escolas de um mesmo agrupamento.
- **Execução do Plano de Melhoria dos Processos de Gestão** (a nível central e local), fazendo com que as delegações da educação passassem a gerir diretamente algumas rubricas do orçamento destinado a cobrir as despesas de funcionamento referentes à aquisição de bens e serviços.
- **Alargamento do SIGE** para todas as escolas Secundárias e Básicas.

- **Dotação do Sistema de ensino de um Plano Nacional de Reabilitação, Requalificação e Ampliação da Rede Educativa.**
- **Regularização da situação de pendências** que remontam a 2008, quer a nível de reclassificações, progressões e promoções de docentes, quer as dívidas acumuladas, desde 2010 de subsídios por não redução de carga horária.

	Nr. Prof.	Valor
Reclassificações referentes a 2008 a 2016	1 714	365 584
Transições	396	34 200
Progressões de 2012 a 2014	2 032	183 474
Promoções	58	10 157
Subsídios por não redução de carga horária, de 2010 a 2016	1 929	164 460
Soma	6 129	757 875

Fonte: Ministério da Educação

- No Orçamento do Estado para 2023, dotação será introduzida para a regularização das reclassificações de professores que obtiveram graus de licenciatura entre 2018 e 2020.
- As pendências ainda existentes de atribuição de subsídios por não redução da carga horária aos professores do regime de mono docência, serão regularizadas.

Ação Social Escolar

Tem sido implementado um conjunto de medidas destinadas a garantir a igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolares a todos os alunos dos ensinos básico e secundário e a promover medidas de apoio socioeducativo destinadas aos alunos de agregados familiares cuja situação económica determina a necessidade de participações financeiras. O seu principal objetivo é auxiliar no combate à exclusão social e reduzir a taxa de

abandono escolar através da promoção da igualdade de oportunidades de ensino.

Nº de Beneficiários	2017	2018	2019	2020	2021
Alimentação e saúde escolar	81 078	88 492	88 492	85 117	89 715
Transporte escolar	4 361	5 401	5 560	5 560	5 560
Kits escolares		30 000	30 000	30 000	30 000
Manuais escolares	Disponibilização a preços acessíveis				
BA Cultura (extra escolar)	1 167	1 089	3 272	2 774	2 858
Bolsas de estudos (E. Sup.)	679	1 322	1 868	1 328	1 172

Fonte: Ministério da Educação



Construção e reabilitação de escolas

De 2016 a 2021 o valor investido na construção e reabilitação de escolas foi no valor de 1,5 milhões de contos.

Na construção, destaques para o liceu do Paúl, a escola de Achada Grande Trás na Praia, a escola de Chã da Silva, em Santa Cruz, a escola de Rabil na Boa Vista, a escola do Bairro da Boa Esperança na Boa Vista.

Desde 2017, cem escolas foram dotadas de sanitários e cozinhas (construção e reabilitação), um investimento de 480 mil contos, dotando as escolas de condições básicas de funcionamento com dignidade para os alunos e professores.

Em curso, construção do novo liceu da Várzea, 584 mil contos, e da escola de básica de Chã de Matias, 130 mil contos.

Será mobilizado financiamento para um amplo programa de reabilitação, construção e modernização de infraestruturas educativas e infraestruturas e equipamentos para a prática de desporto escolar.

Tipo	Objetivo	Ilha	Concelho
1.	Infraestruturas: Escolas do Ensino Básico (1º e 2º ciclos)		
	Construção do Complexo Educativo de Chã de Matias, Ilha do Sal	Sal	Sal
	Construção da Escola Básica Palmeira, Ilha do Sal	Sal	Sal
	Construção do Complexo Educativo da Freguesia de Nossa Senhora da Luz, São Domingos	Santiago	São Domingos
	Construção do Complexo Educativo de Achada Limpo/Achada Mato	Santiago	Praia
	Construção do Complexo Educativo de Chã de Vital / Chã de Marinha	São Vicente	São Vicente
	Ampliação e Reabilitação da Rede de Escolas Básicas (1º e 2º ciclos) da Cidade da Praia	Santiago	Praia
	Ampliação e Reabilitação da Rede de Escolas Básicas (1º e 2º ciclos) de São Vicente	São Vicente	São Vicente
	Ampliação e Reabilitação da Rede de Escolas Básicas (1º e 2º ciclos) de Santa Catarina	Santiago	Santa Catarina
2.	Infraestruturas: Escolas do Ensino Secundário (via geral e via técnica)	Todas	Todos
	Construção Nova Escola Secundária Polivalente (Via Geral e Via Técnica) da Boa Vista	Boa Vista	Boa Vista
	Construção Nova Escola Secundária Polivalente de Pedra Badejo - Santa Cruz	Santiago	Santa Cruz
	Construção Nova Escola Secundária (Via Geral) do Porto Novo	Santo Antão	Porto Novo
	Construção Nova Escola Secundária Polivalente de Espargos - Ilha do Sal	Sal	Sal
	Equipamentos Laboratórios Pedagógicos para Escolas Secundárias	Todas	Todos
3.	Infraestruturas Campus: Polos e Campus Universitários do Ensino Superior	Todas	Todos
	Construção Novas instalações do Campus do Mar - Universidade Técnica do Atlântico (UTA) S. Vicente	São Vicente	São Vicente
	Remodelação do ex-Hotel Atlântico - Instituto da Aeronáutica e Indústria Turística / Pólo da UTA na Ilha do Sal	Sal	Sal

	Construção do Pólo da Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) na Ilha do Fogo	Fogo	São Filipe
	Construção do Instituto de Ciências e Tecnologias Agrárias - Pólo da UTA em Santo Antão	Santo Antão	Porto Novo / R ^a Grande

Transformação Digital no Sistema Educativo

Várias realizações:

- Disponibilização de *Tablet* (a baixo custo) a todos os docentes do Ensino Básico e Secundário: 6142 beneficiários.
- Instalação de Laboratórios Tecnológicos (aproveitamento das TIC no desenvolvimento dos processos de Ensino Aprendizagem): 44 laboratórios em 44 agrupamentos. Ofertas formativas WebLab (Robótica, Instrumentação, HTML e CSS e Multimédia).
- Distribuição de 394 *Tablet* a escolas periféricas isoladas.
- Reforço de equipamentos e computadores nas escolas, incluindo as escolas técnicas.
- Criação da TVE (Televisão Educativa), que opera em sinal aberto da TDT.
- Melhoria do acesso à Internet e aumento da largura de banda nas escolas permitindo o acesso e a utilização de plataformas de educação on-line e materiais de aprendizagem.
- Modelização e implementação do sistema de comunicação, tecnologia e multimédia educativa, como suporte para o desenvolvimento da formação contínua de professores, na modalidade de formação à distância, e fomento da digitalização de todo o sistema educativo e das escolas.
- Reforço das capacidades de laboratórios tecnológicos das escolas secundárias através da implementação do modelo weblab 2 com

equipamentos instalados em salas de aula, para suportar as aulas das TIC e fomentar a digitalização das escolas.

Formação de professores

Formar o professor para acompanhar as transformações sociais, os desafios colocados pela Lei de Bases do Sistema Educativo e as transformações da sociedade global. Está em curso a elaboração do Plano Nacional de Formação de professores para sua implementação a partir de 2022.

4.865 professores formados, de 2019 a 2021, no âmbito da revisão curricular do ensino básico.



Ciência e Investigação&Desenvolvimento

Reorganização da investigação para que o desenvolvimento nacional ocorra de forma sustentável, com o relance da investigação em áreas estratégicas e prioritárias, com o impulso da formação, transferência de tecnologias, promoção de técnicas avançadas e métodos de produção apropriados, induzindo resiliência, prospeção de novos recursos para o progresso, com vista a aplicar uma política de investigação científica e tecnológica que edifica uma sociedade de conhecimento, com padrões de qualidade e eficiência, de referência global, baseada no intercâmbio entre as capacidades culturais e científicas às escalas nacional e internacional e no aproveitamento das vantagens comparativas, promovendo a inovação e o desenvolvimento científico integrado e transversal.

Financiamentos foram realizados para projetos de investigação nas áreas de Ambiente e Saúde, Economia Regional e Economia Arquipelágica e para Artigos Científicos de Editais Especiais.

O PEDS II (2022/2026) faz uma aposta decisiva na ciência e na valorização do conhecimento científico e sua contribuição para o desenvolvimento da economia do conhecimento e da economia de aprendizagem e sua aplicação ao tecido produtivo e à qualidade de serviços.

A estratégia de aumento da resiliência do país com a sua realidade arquipelágica e elevada exposição a choques externos, está alinhada com os grandes desafios mundiais: a transição energética, a emergência climática, a escassez da água, a segurança alimentar, a saúde e a segurança sanitária, a transformação digital e a gestão sustentável e produtiva dos recursos naturais endógenos, que no nosso caso são o sol, o vento e o mar.

São desafios para tornar CV mais resiliente e alcançar os ODS.

O Governo tem em curso ações no sentido de:

- aprovar o Programa Nacional da Ciência, dotado de um Plano Estratégico de Ciência, Tecnologia e Inovação para 2022-2026.
- aprovar a Agenda Nacional de Investigação.
- criar a Fundação para a Ciência, Inovação e Tecnologia.
- criar um Fundo público de Investigação & Desenvolvimento e incentivos fiscais para empresas e instituições privadas investirem em I&D.
- aprovar o Estatuto de Professor Universitário e de Investigador.
- impulsionar as universidades e IES a desenvolver atividades de investigação e de inovação aplicadas à realidade económica, social e ambiental de Cabo Verde.
- aperfeiçoar as competências científicas, linguísticas e tecnológicas no sistema de ensino.
- acelerar a Transição Digital no Ensino Superior.
- incentivar as universidades a inserirem-se em redes internacionais cooperativas de ciência e investigação, a aproveitarem competências altamente especializadas de quadros da nossa diáspora e a interagirem com as empresas e ONG's.
- intensificar a diplomacia educativa, científica e tecnológica a nível da cooperação para o desenvolvimento.
- continuar a premiar e distinguir académicos e cientistas, promotores da ciência e instituições académicas e científicas com base em critérios de excelência.

Está a ser implementada uma estratégia de oferta especializada de ensino superior sintonizada com a vocação regional das ilhas com forte orientação para a investigação aplicada, a inovação e implicação com o tecido produtivo:

- o Campus do Mar em S. Vicente foi criado com esse propósito e com o objetivo desenvolver conhecimento, inovação, investigação aplicada e formação no domínio da economia azul em alinhamento com a criação da Zona Económica Especial Marítima.
- o Instituto de Ciências e Tecnologias Agrárias, em Santo Antão, integrado na Universidade Técnica do Atlântico, já em funcionamento, ministrará cursos e dará especial atenção à investigação científica em áreas específicas de desenvolvimento rural e agrário.
- o polo universitário da UNICV na região Fogo/Brava, com foco na área das Geociências e Vulcanologia, ministrará cursos e dará especial atenção à investigação científica e a transferência de conhecimentos especializados em geociências e vulcanologia.
- prevê-se ainda criar o Instituto Superior do Turismo e de Ciências Aeronáuticas, na ilha do Sal em consonância com a estratégia de posicionar Cabo Verde como um hub aéreo.

Encontra-se em preparação, a Macaronésia do Conhecimento. Terá um estatuto institucional próprio e envolverá cientistas, investigadores, académicos, universidades, instituições de investigação, empresas e ONG's de Cabo Verde, Canárias, Açores e Madeira.



Cultura

Ganhos importantes resultantes de medidas de política e investimentos na Cultura e nas Indústrias Criativas. Principais marcos:

- Elevação da Morna a Património da Humanidade.
- Valorização da Cidade Velha, património mundial da humanidade (restauro da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e da Capela Gótica, requalificação via Sé Catedral / Forte Real de S. Filipe, 1ª fase do Projeto de Valorização da Catedral, elaboração do Conceito Científico do Projeto Feira Quinhentista na Cidade Velha).

- Valorização do património histórico (reabilitação e restauro de igrejas, criação e restauro de museus, reabilitação e restauro de edifícios históricos, requalificação de centros históricos).
- Reabilitação e museologização do ex-Campo de Concentração em Tarrafal.
- Restauro do edifício antigo e construção do novo edifício do CNAD e medidas de política de valorização do artesanato e design (regulamentação e profissionalização do Setor do Artesanato, criação do SIART, Sistema Integrado do Artesanato, criação do projeto LEAD – Laboratório Experimental de Artesanato Nacional, criação de linha de crédito para o setor criativo (artesanato e design), institucionalização da Feira do Artesanato e do Design de Cabo Verde, URDI).
- Distinção com o prémio internacional Mélima Mercouri da UNESCO para salvaguarda e gestão de paisagens culturais (em 2019).
- Criação dos Editais Públicos e Linhas de Apoio à Criação Artística.
- Classificação a património imaterial nacional da Tabanca, Língua cabo-Verdiana, Festividades de São João Baptista, complexo histórico e arqueológico de Trindade (Praia).
- Criação da Bolsa Cultura, BA Cultura, para estimular atividades de iniciação artística para crianças e jovens terem acesso a bens de consumo cultural e contribuir para a redução das possibilidades de desvios comportamentais. Mais de 14 mil alunos beneficiados e cerca de 400 escolas, associações e ONG's parceiras.
- Institucionalização da Academia de Artes Cesária Évora, que tem como finalidade a educação artística para estimular a criatividade e aumentar o capital cultural dos jovens.

- Criação e implementação do Plano Nacional de Leitura para fomento e apoio a programas de promoção do livro e da leitura (realização de feiras, conferências e seminários, valorização da língua materna, reedição de obras literárias e recuperação de espólios de escritores cabo-verdianos).
- Aprovação da primeira Lei do Cinema de Cabo Verde e criação do Núcleo Nacional de Cinema com objetivo de financiar o setor do cinema e do audiovisual.
- Transformação digital dos serviços de cultura (digitalização e preservação de documentos do AHN e prevista implementação da Biblioteca Digital e da livraria on line da BNCV).

Quadro valorização do património histórico, 2017/2022

Sto Antão	R ^a Grande	Reabilitação da Capela de São Miguel Arcanjo	Executado
	R ^a Grande	Construção Capela dos Pastorinhos, Xoxô	Executado
	Paúl	Reabilitação da Antiga Casa das Finanças	Executado
S. Vic.	S. Vicente	Ampliação e Reabilitação do CNAD	Executado
S. Nic.	R ^a Brava	Reabilitação ex-Alfândega Preguiça	Em execução
	Tarrafal	Reabilitação e Criação da Casa Museu da Morna	Executado
	Tarrafal	Restauro Museu da Pesca	Executado
Boa Vista	Boa Vista	Reabilitação Capela de N ^a Sr ^a da Conceição	Executado
	Boa Vista	Reabilitação Alfândega Velha / Museu e Centro Cultural, Sal Rei	Em execução
	Boa Vista	Reabilitação Forte Duque de Bragança	Em execução
Santiago	Sta Catarina	Reabilitação Igreja de Nha Santa Catarina	Executado
	Sta Catarina	Restauro Monumento da Revolta de Ribeirão Manuel	Executado
	Sta Catarina	Reabilitação Capela Nhagar da Igreja do Nazareno	Executado
	Sta Catarina	Reabilitação Capela Achada Lém da Igreja do Nazareno	Executado
	Sta Cruz	Restauro da Igreja Nhô Santiago Maior	Executado
	S. Doming.	Restauro da Igreja Nossa Senhora da Luz	Executado
	R ^a Grande	Restauro da Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Executado
	R ^a Grande	Requalificação via Sé Catedral / Forte Real de S. Filipe	Executado
	S. Miguel	Reabilitação Capela de Flamengos (N.Sra. da Conceição)	Executado
	S. Miguel	Reabilitação da Capela de Nossa Senhora do Socorro	Executado
	Tarrafal	Reabilitação e Museologização do ex-Campo de Concentração	Executado
	Praia	Reabilitação do edifício do Arquivo Histórico Nacional	Executado
	Praia	Requalificação do Centro Histórico Plateau	Executado
Maio	Maio	Reabilitação da Capela de Morrinho	Executado

	Maio	Reabilitação Igreja Nª Srª da Luz	Executado
Fogo	S. Filipe	Reabilitação da Praça 4 de Setembro	Executado
Brava	Brava	Reabilitação da Casa Eugénio Tavares e projeto museológico	Executado

Para além das políticas em execução, em 2022/2026 proceder-se-á:

- Continuação de investimentos em obras de restauro e reabilitação do património histórico, com destaque para a Conservação e Reabilitação Estrutural da Ponte de Canal, Ribeira Grande de Santo Antão, Reabilitação da Casa de Eugénio Tavares em Caleijão, Brava e Reabilitação de Casa de Morgado em S. Filipe, Fogo, previstos no Programa Operacional do Turismo.
- Melhoria da Sinalização direcional e interpretativa na Cidade Velha no quadro da valorização do património da humanidade.
- Candidatura do ex-campo de concentração do Tarrafal a património da humanidade.
- Criação de um estatuto legal para os profissionais do setor artístico e criativo.
- Afetação plurianual de recursos para o financiamento de eventos culturais de referencia para o mercado turístico das ilhas através das Diretivas de Investimentos o Turismo.
- Fomento da transformação digital e da inovação nas indústrias criativas.
- Melhoria do quadro de incentivos e investimentos às áreas da Literatura, Publicações e Bibliotecas.
- Orientação da Política Linguística para a consolidação da língua materna e a promoção da sua oficialização.

- Reforço da presença da cultura cabo-verdiana no exterior, na diáspora, na CPLP e na CEDEAO, assumindo a cultura como um veículo do aumento da notoriedade de Cabo Verde no mundo.



Desporto

O Sector do Desporto deu passos significativos na legislação desportiva com atualização e modernização da lei que aprova as bases das políticas de desenvolvimento da atividade física e do desporto em Cabo Verde assim como, aprovação do pacote legislativo que assegura o funcionamento das estruturas da hierarquia desportiva e melhora o enquadramento e a motivação de praticantes desportivos.

A atividade física e o desporto passaram a fazer parte do dia-a-dia das pessoas, de diferentes segmentos populacionais. Segundo dados provisórios

do Censo do Desporto de 2022, cerca de 45,68% da população cabo-verdiana, atualmente, pratica algum tipo de atividade física ou desporto. Cerca de 3,87% está no Desporto Federado, 1,73% no Desporto Escolar, 0,12% no Desporto Militar e 16,1% realiza exercícios físicos, caminhadas, *cross* ou ginásio.

O Programa Nacional para a Atividade Física e Saúde, Mexi Mexê, criado em 2017, é ilustrativo da promoção do desporto para todos. “Mexi Mexê” foi reconhecido pela OMS como exemplo na promoção da atividade física na região Africana que incentiva a prática de atividade física nas escolas, nos locais de trabalho, em casa e na comunidade, independentemente da origem ou classe social das populações.

Tubarões azuis têm tido boas prestações no futebol, basquetebol e andebol que orgulham o país. Nas modalidades individuais, olímpicas e para olímpicas, atletas cabo-verdianos têm estado em destaque em competições regionais africanas e internacionais.



Principais reformas realizadas

<p>Bases das políticas de desenvolvimento da atividade física e do desporto em Cabo Verde que define políticas públicas da atividade física, desportiva e escolar, desporto de participação e recreio, desporto de rendimento, desporto e turismo, incentivos ao desenvolvimento do desporto e política de financiamento do desporto, políticas de formação, de infraestruturção e equipamentos desportivos, cartas desportivas.</p>	<p>Lei n.º 18/IX/2017, de 13 de dezembro</p>
<p>Estatuto de utilidade pública desportiva para as federações desportivas que permite uma relação transparente entre o Estado e as federações</p>	<p>Decreto-lei n.º 4/2018, de 10 de janeiro</p>

Regime jurídico de apoio a prestar pelo Governo às Escolas de Iniciação Desportiva, aos Clubes, às Associações Regionais e às Federações Desportivas	Decreto-lei n.º 28/2019, de 26 de junho
Regime jurídico das seleções nacionais e de outras representações desportivas nacionais fixando os princípios e regulando as medidas específicas de apoio à sua preparação e participação internacional em competições desportivas oficiais	Decreto-lei n.º 30/2019, de 26 de junho
Regime de Bolsa-Atleta que define procedimentos operacionais para a concessão e distribuição de Bolsa Atleta	Decreto-lei n.º 60/2018, de 5 de dezembro
Estatuto do praticante desportivo em regime de alta competição , estabelecendo as medidas específicas de apoio ao desenvolvimento da alta competição	Decreto-regulamentar n.º 4/2018, de 29 de janeiro
Regulamentação de Prémios a serem atribuídos aos praticantes em regime de alta competição e respetivas equipas técnicas face a resultados obtidos em provas desportivas nacionais e internacionais	Resolução n.º 106/2018, de 19 de outubro
Lei Anti Dopagem e criação da ONAD-CV-Organização Nacional Antidopagem para o desporto limpo e íntegro e credibilidade de Cabo Verde como plataforma especializada de organização de eventos desportivos	Lei n.º 98/IX/2020 de 29 de Julho e Decreto-Lei nº 8/2017, de 7 de Fevereiro

No quadro das reformas, o Governo procederá à revisão do regime jurídico do associativismo desportivo, da premiação por resultados desportivos, do

mecenato desportivo, além da regulamentação e implementação de algumas diplomas existentes, como a Bolsa Atleta e o Alto Rendimento.

Com a ambição de um Desporto que orgulhe o país, engrandeça o espírito cabo-verdiano e patriótico e contribua para o crescimento e o desenvolvimento, alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, um conjunto de programas estão em curso e serão reforçados:

- **Formalização das estruturas desportivas e digitalização e informatização do sistema desportivo** para debelar a precariedade organizacional do associativismo desportivo e dotar o país de informações e indicadores que permitem melhor informar, compreender, formular, seguir e avaliar as políticas e programas do setor do desporto. O Recenseamento Geral do Desporto em curso, a elaboração das Cartas Desportivas e a qualificação e certificação dos agentes desportivos que gerem as instituições desportivas, são instrumentos importantes para atingir esses propósitos. Representam oportunidades de formação técnico-profissional para jovens pela via do processo de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC) que lhes permite obter certificação profissional pelas competências adquiridas ao longo da vida, e melhor se enquadrarem no desenvolvimento do sistema desportivo elevando a sua qualidade.
- **Promoção da especialização e do enquadramento técnico-pedagógico das atividades físicas e desportivas** com base em preceitos de ciências do desporto. Formar especialistas é determinante para a planificação e a cientificidade da atividade desportiva. Serão priorizados e viabilizados: (1) a especialização de Monitores, Treinadores, Professores de Educação Física, Fisioterapeutas e

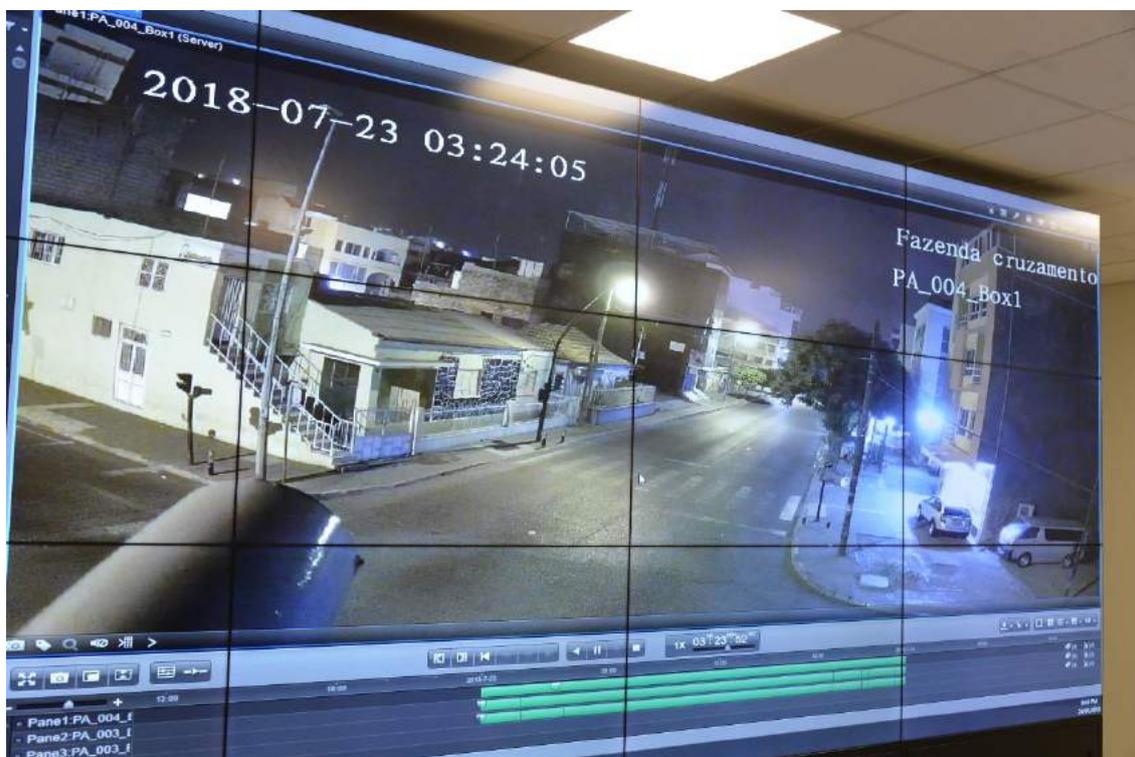
Nutricionistas; (2) a formação nas áreas de Medicina, Gestão e Marketing Desportivo; (3) o desenvolvimento de uma rede de Enquadradores do Programa Nacional de Atividade Física e Saúde e; (4) a implementação do Programa Nacional da Ética Desportiva.

- **Melhoria da performance desportiva e atração de intercâmbios, eventos e competições desportivos.** Organização das modalidades desportivas, da base ao topo através de: (1) competições em escalões etários estratégicos de raparigas e rapazes; (2) criação de condições para a organização das seleções nacionais com planos de atividades plenos; (3) estímulos aos Clubes a organizarem-se e evoluírem desportivamente; (4) capitalização dos desportos náuticos, aquáticos, de praia e de montanha integrados e valorizados como ativos do desporto cabo-verdiano; (5) organização da integração da diáspora no Desporto Nacional; (6) melhoria dos contratos-programa com as federações desportivas visando a consolidação da auto sustentabilidade. Criação de condições para o posicionamento de Cabo Verde no acolhimento e organização de grandes eventos desportivos de praia, mar, montanha, como organização do CAN de Andebol sénior feminino em 2024, Cabo Verde Trail Series, Open de Cabo Verde em Surf e Circuitos nos Desportos Náuticos, participações de atletas cabo-verdianos nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos e outras competições internacionais de modalidades desportivas individuais como atletismo, boxe, karaté, taekwondo, judo, xadrez.
- **Desenvolvimento do Centro de Alto Rendimento Desportivo (CARD)** para acolher atletas da alta competição e jovens talentos que almejam atingir a alta competição; para ministrar formação como entidade certificada; e para dotar o centro de Medicina Desportiva (CMD) de capacidade técnica de excelência na recuperação de atletas,

na prevenção de lesão e no aumento da capacidade performativa dos atletas.

- **Reativação dos Jogos Escolares Nacionais** no âmbito de desporto escolar, a via por excelência para promover a iniciação desportiva de crianças e jovens, e conseqüentemente, ampliar e fortalecer a base do Desporto Nacional e promover um conjunto de qualidades como participação, sentido de esforço, espírito desportivo, amizade e respeito que a prática desportiva deve inculcar nas crianças, nos adolescentes e nos jovens para formação integral do indivíduo.
- **Criação de incentivos à Iniciação e Formação Desportiva.** O projeto pedagógico que as Escolas de Iniciação Desportiva desenvolvem é de grande valor social e desportivo.
- **Dotar o país de infraestruturas desportivas** devidamente apetrechadas nas instituições públicas (escolas, universidades, unidades militares, Estádio Nacional); dotar cada Município de pelo menos um Campo de Futebol com relva artificial, cada ilha/região desportiva com pelo menos um Pavilhão Desportivo; investir e preservar áreas naturais indicadas para desporto no mar, praia e montanhas.
- **Estimular e incentivar os clubes, federações e associações a investirem em sedes sociais** como um meio de empoderamento para a autossustentabilidade através de linhas de crédito em condições favoráveis. Criar a Casa do Desporto e da Juventude.
- **Disponibilização de materiais didáticos desportivos** nos estabelecimentos públicos para proporcionar melhores condições da prática desportiva, a qualidade dos treinos e competições, em todos os níveis e escalões etários.
- **Promoção do desenvolvimento do jornalismo desportivo** com a especialização de jornalistas em matérias desportivas.

No OE 2023, aumentam-se as taxas sobre o álcool e tabaco para reforçar o financiamento do desporto e programas para a juventude. Em infraestruturas desportivas vão ser investidos 600 mil contos nos próximos anos. O OE 2023 isenta direitos aduaneiros e IVA na construção de infraestruturas desportivas da iniciativa de federações, associações desportivas, clubes desportivos e câmaras municipais.



SEGURANÇA NACIONAL

A estabilidade e a segurança, a paz social e a confiança, são fatores fundamentais para o desenvolvimento sustentável e seu suporte.

Cabo Verde é um país seguro, de baixos riscos, em que a estabilidade social é o seu maior ativo a preservar, cuidar e aprimorar.

A segurança nas suas diversas dimensões, num país insular, localizado no corredor atlântico médio, interpela uma análise não só da segurança pública, mas particularmente da segurança marítima, segurança aeroportuária e fronteiriça, a segurança cooperativa e a ciber segurança. Todas estas dimensões concorrem para a estabilidade e o para o desenvolvimento sustentável.

Segurança pública

Todos os indicadores de segurança pública melhoraram significativamente quando comparados com o ano de 2015.

Nacional	2015	2019	2020	2021	1º Semestre
					2022
Nr. total de ocorrências criminais registadas pela PN	25 826	14 997	13 911	18 525	11 163
Nr. total de Crimes cometidos contra Pessoas	13 298	7 048	7 007	7 966	4 587
Nr. total de Crimes cometidos contra Património	12 528	7 949	6 904	10 559	6 576
Nr. ocorrências por 1.000 habitantes	49,2	27,2	24,8	37,7	22,7
Nr. médio de ocorrências por dia	70,8	41,1	38,1	50,8	62,0
Nr. total de armas de fogo apreendidas no país	265	500	637	487	417
Nr. total de armas brancas apreendidas no país	964	2 519	1 774	2 842	1 992
Nr. Homicídios registados no país	46	34	36	29	15
Nr. de Homicídios registados na Cidade da Praia	25	18	19	17	9
Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes	8,6	6,2	6,4	5,9	3,1

Fonte: MAI

Um conjunto de medidas de motivação dos recursos humanos, reforço de meios e do quadro institucional e organizacional das forças de segurança tiveram impacto na redução da criminalidade:

- **Investimentos a nível dos meios de comunicação, de mobilidade, de patrulhamento marítimo, de segurança e proteção individual**

dos efetivos, designadamente, renovação da frota automóvel da PN, com a aquisição de 72 viaturas automóveis e 14 motos adquiridos e distribuídos por todo o país; aquisição de 12 embarcações de patrulhamento marítimo costeiro; instalação de equipamentos de radio comunicação em Santo Antão, em São Vicente, no Sal, na Boa Vista, na Praia, em São Filipe e na Brava.

- **Investimentos no aumento dos salários, no descongelamento das carreiras** (com mais de 2.200 promoções e progressões já resolvidas), subsídios, aquisição de fardamento, armamento e munições e moradias para os efetivos colocados particularmente na Boa Vista e no Sal.
- **Investimentos na criação de melhores condições de trabalho, na formação inicial e contínua dos efetivos**, com meios de perícia e de investigação criminal, com a tecnologia, com a videovigilância urbana.
- **Investimentos no Projeto Cidade Segura na Praia, S. Vicente, Sal e Boa Vista** com soluções tecnológicas inovadoras de vídeo vigilância, comunicações e centros de comando da PN, que permitiram a implementação de um modelo integrado de gestão da segurança pública urbana.
- **Investimentos na reabilitação e construção de novas unidades policiais:** (1) construção da Esquadra Policial do Paúl; (2) construção dos 4 centros de comando e controlo da Polícia Nacional na Praia, em São Vicente, Sal e Boa Vista; (3) reinstalação da Direção de Estrangeiros e Fronteiras na Praia, em Assomada, em São Vicente e no Paúl; (4) reinstalação das Esquadras Policiais de Terrafal de São Nicolau, Ribeira Grande de Santiago e Brava; (5) instalação da Direção Central da Investigação Criminal, na Praia; (6) requalificação das Esquadras e Unidades Policiais nas diferentes ilhas; (7)

requalificação e adaptação das instalações policiais de Ponta do Sol, na sequência da sua elevação de Posto Policial a Esquadra Policial; (8) requalificação e ampliação das instalações dos Comandos Regionais de São Vicente, da Boa Vista, de Santiago Norte e do Fogo; (9) requalificação e em alguns casos ampliação das Esquadras Policiais da Ribeira Brava, e Santa Maria, do Maio, de Eugénio Lima, de São Domingos e dos Postos Policiais de Milho Branco e de Ribeira da Barca e de S. Filipe, Santa Catarina do Fogo e Mosteiros; (10) conclusão das obras do novo edifício da Polícia Nacional no Palmarejo, onde funciona a Esquadra Policial do Palmarejo, o Comando Regional de Santiago Sul e do Maio, a Direção de Estrangeiros e Fronteiras e o Serviço Social da PN; (11) requalificação e reforço de equipamentos do Centro Nacional de Formação; (12) requalificação do Comando das Unidades Especiais e do Comando da Polícia Marítima na Praia; (13) requalificação e reinstalação do Comando da Secção Fiscal da Praia.

- **Aprovação de novo Estatuto do pessoal da PJ** com ganhos ao nível da melhoria salarial e da motivação e aumento do número de efetivos.
- **Renovação do Parque Automóvel da PJ.**
- **Implementação do Centro de Formação da PJ** para ações de formação inicial e continua do pessoal.
- **Abertura do Departamento de Investigação Criminal da Boa Vista e da Unidade de Investigação Criminal da Assomada.**
- **Implementação do sistema AFIS** na Praia, S. Vicente e Sal, que permite a recolha e comparação de impressões digitais.
- **Investimento no Laboratório da PJ** para a realização dos testes de DNA e capacidade para a realização de testes definitivos de toxicologia além dos testes rápidos

- **Alteração do estatuto do Pessoal da Segurança Prisional** com impacto na melhoria salarial, aumento do subsídio de turno, introdução do subsídio de risco e resolução de várias pendências remuneratórias e de carreira relativas aos Agentes de Segurança Prisional, aumento de exigências das regras de provimento para concurso, aumento de efetivos do Pessoal da Segurança Prisional e recrutamento de técnicos de reinserção social.
- **Dotação dos estabelecimentos prisionais de mais e melhores meios e equipamentos** como raio-x, pórticos, raquetes de deteção, armamento, sistema de videovigilância, sistema de radiocomunicação, viaturas, coletes balísticos, algemas, coldres, fardamento e melhoria das Infraestruturas prisionais e de reinserção social.



Em execução, um conjunto de ações:

- **Aprovação e implementação do Plano de Ação de Prevenção Criminal e de Combate à Violência e à Criminalidade**, ajustado às

exigências e desafios que marcam o panorama atual, em que se assiste a um recrudescimento da criminalidade, em especial na Cidade da Praia, com o objetivo de garantir o reforço imediato de um conjunto de medidas, investimentos e iniciativas a serem implementadas nos planos policial, criminal e social e, bem assim, criar as necessárias condições à sua rápida e plena efetivação.

- **Priorização e operacionalização de Operações Especiais de Prevenção Criminal, na Cidade da Praia e em São Vicente**, com foco em áreas geográficas delimitadas em função da incidência criminal, que se justificam pela recorrência de situações de detenção e uso ilegal de armas de fogo e de munições ou de armas brancas para a prática de outras infrações, com os custos sociais e económicos daí advenientes e com a necessidade do Estado pôr cobro a essas situações.
- **Reforço das ações de controlo e segurança aos taxistas** e de fiscalização à prática ilegal de transporte clandestino de passageiros.
- **Revisão da Lei que estabelece o Regime Jurídico relativo às Armas e suas Munições**, com o propósito nomeadamente de resolver as lacunas existentes e de introduzir maior dignidade penal, justiça e harmonia em relação aos crimes de armas e à medida das penas.
- **Investimentos** (1) em meios de mobilidade e de patrulhamento, nomeadamente ao nível da renovação da frota automóvel, com a aquisição de mais 9 viaturas operacionais, que foram afetas ao Comando Regional de Santiago Sul; (2) na reabilitação e construção de novas unidades policiais, nomeadamente através da requalificação das Esquadras de São Domingos e das Esquadras de Achada de Santo António, Eugénio Lima e de Achada São Filipe, na Praia; (3) na aquisição de fardamento e de equipamentos de segurança e proteção individual dos efetivos.

- **Implementação do módulo de avaliação do nível de risco subjacente a cada queixa de Violência Baseada no Género** em particular, por via da aplicação de um questionário uniformizado, que permite a classificação do grau de ameaça. Desta forma, a Polícia Nacional e o Ministério Público passam a poder agir sobre cada situação em concreto, visando a proteção da pessoa vítima e eventualmente do seu agregado.
- **Aprovação e implementação do novo Regulamento do Curso de Formação Inicial de Agentes da 2ª Classe da Polícia Nacional**, que se constitui como uma peça-chave no processo de reestruturação do sistema de ensino das forças de segurança, visando a atualização e aprimoramento dos planos e metodologias de formação, nomeadamente no contexto da prevenção e segurança de proximidade.
- **Assinatura e implementação de protocolo com a Universidade Lusófona, visando a formação da Polícia Municipal.**
- **Implementação do portal «e-residência» e da secretaria digital da Direção de Estrangeiros e Fronteiras**, que se constitui como mais uma importante etapa do processo de transição digital e de modernização dos serviços da DEF, visando a agilização do processo de atribuição de residência a estrangeiros, bem como o estabelecimento de um canal de comunicação mais funcional e próximo com o cidadão.
- **Implementação do Regime Excecional de Regularização Extraordinária de Cidadãos Estrangeiros** a residir em Cabo Verde.
- **Operacionalização do *Green Card* e da iniciativa *Nómadas Digitais***, em parceria com os Ministério das Finanças e do Turismo e Transportes.
- **Implementação do novo Regulamento de Funcionamento do Serviço Social da PN e do regulamento das prestações sociais,**

visando a promoção de melhores condições económicas, de habitação, de assistência médica e medicamentosa, familiar, escolar, de assistência na invalidez, desamparo e velhice, de convívio e lazer, da distinção, dignidade e respeitabilidade que a condição de agente de autoridade deve inspirar.

Previsto:

- **Investimentos e medidas de reforço da eficácia da atuação policial, com foco na prevenção criminal** e através da otimização dos meios humanos e de mobilidade e os mecanismos de atuação policial: (1) reestruturação organizacional e reconfiguração do modelo de funcionamento das Esquadras de Piquete, Eugénio Lima, Trânsito e de Achada São Filipe, e a alocação de novos espaços, na Cidade da Praia e em São Vicente, o que implicará, (i) na Praia, a criação de uma Unidade Especializada de Polícia em Achada São Filipe, que concentra as valências das atuais Esquadras de São Filipe e de Trânsito, com os objetivos de reforçar a fiscalização rodoviária, particularmente do transporte público coletivo, nesta zona mais sensível da cidade, que se constitui como via privilegiada de acesso ao interior da ilha de Santiago; reforçar os mecanismos de prevenção criminal no quadro das especificidades e exigências das realidades locais da área territorial que essas Esquadras servem, bem como agilizar os protocolos de reação rápida; a criação de uma Unidade Especializada de Polícia no Bairro de Eugénio Lima, que concentra as valências das atuais Esquadras de Piquete e de Eugénio Lima, com os objetivos de reforçar a capacidade de intervenção e de projeção das forças no terreno nessa localidade e adjacentes; (ii) em São Vicente, a

inauguração da Unidade Policial de Monte Sossego; a reconfiguração do modelo de funcionamento das Unidades Policiais existentes em São Vicente, através da fusão das Esquadras de Mindelo e de Monte Sossego; a elevação do Serviço de Piquete em São Vicente à categoria de Esquadra; (2) reorganização do modelo de funcionamento e das competências da Esquadra de Piquete, na Cidade da Praia e em São Vicente e criação de uma unidade dedicada à intervenção rápida e à fiscalização, mediante (i) reforço das competências e atribuições reservadas à Esquadra de Piquete, nomeadamente no plano da prevenção criminal; (ii) criação de uma Unidade de Fiscalização e Prevenção Criminal na dependência da Esquadra de Piquete na Praia, com competências específicas em matéria de intervenção rápida e de fiscalização, na ótica da prevenção criminal; (3) consolidação da base de dados nacional de informação criminal, com o objetivo de agilizar o procedimento de identificação dos infratores e/ou indivíduos suspeitos do cometimento de crimes.

- **Reforço da abordagem de prevenção e de segurança de proximidade** no quadro dos princípios orientadores da política pública promotora da segurança interna e da cidadania, nomeadamente: (1) elaboração e aprovação do Plano de Prevenção e Segurança de Proximidade, enquanto instrumento de focalização do PNSIC – Programa Nacional de Segurança Interna e Cidadania; (2) reforço da atuação de proximidade através da recentragem e melhoria dos projetos especiais que dão suporte ao Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade, nomeadamente “Escola Segura”, “Comércio Seguro”, “Noite Segura”, “Verão Seguro” e “Apoio a Idosos”.

Na PJ estão em curso, a abertura da nova Instalação na Ilha do Sal, ações para a massificação do Sistema Integrado de Investigação Criminal (SIIC), e implementação do sistema AFIS em Santa Catarina e Boa Vista. Estão previstos a instalação do sistema de avaliação para o pessoal de Investigação Criminal, implementação de aparelhos portáteis para efeitos de recolha de impressões digitais *in loco*, aquisição de aparelhos (SIGNATURE PAD) para assinatura eletrónica no sistema SIIC, equipamento da sala de formação com equipamentos de alto nível em parceria com a Interpol – projeto WAPIS, abertura de uma Unidade de Investigação Criminal em Santa Cruz e uma Unidade em Santo Antão.



Na segurança prisional estão em curso e previstos:

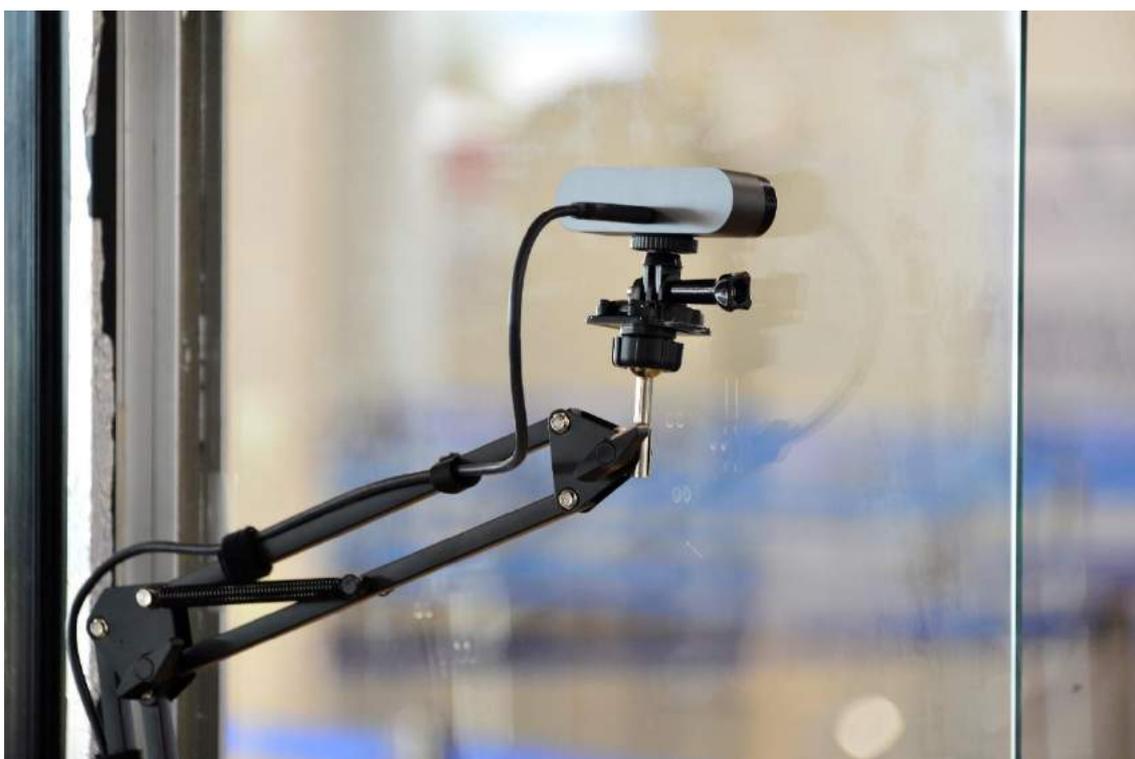
- **Implementação de audição dos reclusos por via digital** contribuindo para redução de custo e o reforço da segurança prisional (na Praia e em São Vicente).

- **Informatização das cadeias** da Praia, S. Vicente, Santo Antão, Sal e Fogo.
- **Reforço das capacidades dos serviços prisionais e de reinserção social** para a implementação de ações de formação profissional para a população reclusa, aulas de alfabetização, ações de reabilitação e reintegração social dos reclusos, cuidados de saúde no meio prisional e nos centros socio educativos.
- **Criação de condições que estimulam os tribunais a aplicar penas alternativas**, como o trabalho a favor da comunidade (aperfeiçoamento do regime regulamentar previsto no Código de Execução das Sanções Penais Condenatórias, aquisição de meios de controlo à distância).
- **Criação do gabinete de reinserção social para Santiago Norte.**
- **Melhoria das condições das cadeias e do centro socio educativo Orlando Pantera.**
- **Capacitação dos guardas prisionais para o exercício das suas funções**, em especial no domínio do relacionamento com os reclusos.
- **Reforço/capacitação dos Técnicos Sociais**, no âmbito do Programa de Reinserção Social.
- **Cadeias passam a fazer parte da rede de distribuição pública do Estado em medicamentos** (processo em andamento) e unificação de procedimentos no fornecimento de medicamentos.
- **Introdução de pulseira eletrónica** para monitorizar reclusos em prisão domiciliária ou em trabalho comunitário.

Segurança documental

Investimentos foram realizados no reforço da segurança documental:

- Implementação de Passaportes Eletrónicos (PEC), Cartão Nacional de Identificação (CNI) e Título Eletrónico de Residência de Estrangeiros (TRE).
- Instalação de balcões de atendimento de emissão de documentos e fronteiras da Direção de Estrangeiros e Fronteiras.
- Colocação de equipamentos de recolha de dados biométricos para o CNI e Passaporte, em todo o país, em todos os municípios.
- Reforço da capacidade laboratorial de análise forense no quadro do combate à fraude documental e migração irregular.



Segurança marítima, aérea e fronteiriça

O combate à pesca ilícita, tráfico de droga e de pessoas, são preocupações constantes da segurança marítima de um país com uma vasta zona marítima.

- **Em 2016 foi implementado um sistema integrado para controlo e monitorização de navios**, a partir do COSMAR (Centro de Operações de Segurança Marítima). Em 2021, a COSMAR monitorizou 9.060 navios a navegarem na ZEE de Cabo Verde.
- **Foi operacionalizado o Fundo de Desenvolvimento e Segurança dos Transportes Marítimos** para financiar o sistema de segurança nos transportes marítimos.
- **Foi reestruturada a AMP e criado o IMP** como medida de reforma do sector visando maior foco e reforço na vertente de regulação técnica da autoridade marítima.
- **Foi criado o Instituto de Prevenção de Investigação de Acidentes Aéreos e Marítimos**, com sede em Mindelo.
- **Ações concertadas da Guarda Costeira e da Polícia Marítima**, com apoio de marinhas internacionais parceiras têm sido desenvolvidas em operações de fiscalização marítima, terrestre e aérea.
- **Trabalho está a ser desenvolvido para Cabo Verde albergar o Centro Multinacional de Coordenação Marítima da Zona G**, que integra a arquitetura de segurança marítima de Yaoundé para garantir a segurança no Golfo da Guiné.
- **A reforma das Forças Armadas orienta-se para a importância determinante da segurança marítima e do papel da Guarda Costeira** na fiscalização marítima, repressão de atividades ilícitas e criminosas no mar, operações de busca e salvamento, de proteção civil e de emergência médica (evacuações).
- **Em curso, está o processo de aquisição de uma aeronave para a Guarda Costeira** adequada às missões de patrulhamento e

fiscalização marítima, busca e salvamento, evacuação médica, assim como a criação da Autoridade Aeronáutica Militar.

Investimentos realizados no reforço da segurança aeroportuária, portuária e fronteiriça:

- Implementação de pré-registo de passageiros, através da plataforma online (www.ease.gov.cv).
- Instalação de postos automatizados (*egates*) nas fronteiras aeroportuárias internacionais.
- Renovação e modernização dos equipamentos informáticos em todos os postos de fronteira.
- Instalação e implementação de Sistema Automatizado de Identificação Biométrica (reconhecimento da biometria facial) nos aeroportos internacionais.
- Instalação e implementação de *scanners* de pequenas encomendas nos portos, visando o reforço da fiscalização nas Alfândegas.

Investimentos na securitização de fronteiras nacionais aéreas serão consolidados, nomeadamente por via da implementação da recolha de dados biométricos em todos os postos fronteiriços, de entrada e saída do território nacional; implementação da plataforma de análise de informação e de gestão de risco; e da implementação de mecanismos mais sofisticados de deteção documental.



Cibersegurança

A ciber segurança ganha uma importância emergente. Cabo Verde aderiu, em junho de 2018, à Convenção sobre Cibercrime conhecida também como Convenção de Budapeste e à Convenção 108 para Proteção de Dados Pessoais, decisivo para o engajamento internacional do país e para parcerias internacionais.

Um Núcleo Nacional de Ciber Segurança foi constituído em 2019. Tem como propósito a implementação da Estratégia Nacional de Ciber Segurança e a criação de um Centro Nacional de Ciber Segurança.

Mais de 200.000 contos foram investidos desde Dezembro de 2020, através do NOSI, para a prevenção a ciber ataques.

Prioridade está colocada na melhoria de Cabo Verde no ranking internacional de Ciber Segurança.



Segurança rodoviária

No âmbito da promoção da segurança rodoviária, encontram-se em fase de aprovação os seguintes instrumentos de orientação da política de prevenção rodoviária:

- Plano Nacional Estratégico de Segurança Rodoviária.
- Plano de Ação de Segurança Rodoviária no horizonte 2022/2024.
- Guia Municipal de promoção da mobilidade sustentável e prevenção dos riscos rodoviários.

Foram inauguradas as novas instalações da Direção Geral dos Transportes Rodoviários (DGTR) na Cidade da Praia e implementado um novo modelo

de atendimento ao público. Prevê-se também a inauguração da Delegação da DGTR na zona de Achada de São Filipe.

Será implementado o sistema de exame de carta de condução multimedia.

Foi aprovado o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte Regular Coletivo de Passageiros. O Regime Jurídico do Parque de Veículos do Estado encontra-se em fase de aprovação.

Brevemente, proceder-se-á ao lançamento da Carta de Condução Digital.

Proteção civil

Investimentos em meios e equipamentos de proteção e socorro às populações:

- Reforço da atividade dos bombeiros.
- Entrega de 6 viaturas de combate a incêndios, bem como de equipamento (geradores, rádios de comunicação, tendas, mantas, televisores, fardamento, extintores, dorsais, equipamentos de resgate em montanha, equipamentos de combate a incêndio florestal).
- Criação de equipas de primeira intervenção nos perímetros florestais de Planalto Leste, Monte Tchota e Calheta/Terras Salgadas, no Maio.

O diploma que estabelece o novo quadro orgânico e de funcionamento do Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros encontra-se em fase de aprovação.

Prevê-se ainda a inauguração do Centro de Operações e Socorro do Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros.



JUSTIÇA

Aumentar a eficiência da administração da justiça, acelerar a tramitação processual e aumentar a produtividade dos magistrados e oficiais de justiça, reduzir a morosidade na realização da justiça, melhorar o acesso à justiça e o direito dos cidadãos, combater a criminalidade através da modernização e qualificação da investigação criminal científica, da reinserção social e da humanização das prisões, são os principais objetivos da Justiça.

Desde 2016, os orçamentos dos Conselhos Superiores do Ministério Público e da Magistratura Judicial, da Procuradoria Geral da República e do Supremo Tribunal da Justiça aumentaram

significativamente, passando de 666 mil contos em 2015 para 1,2 milhão de contos em 2022.

Os orçamentos da Polícia Judiciária passaram de 259 mil contos em 2015 para uma media anual de 445 mil contos no período 2019/2022.

Os orçamentos da Direção Geral dos Serviços Prisionais e Reinserção Social passaram de 169 mil contos em 2015 para uma media anual de 465 mil contos no período 2019/2022.

Desde 2016, um conjunto de reformas e medidas vêm sendo implementadas:

- **Sistema de Informação Judiciário (SIJ)** para a tramitação processual eletrónica dos processos civil e penal foi instalado. O regime do SIJ e o seu modelo de gestão vai ser revisto para poder ser operacionalizado.
- **Capacitação e modernização tecnológica** do sistema judiciário.
- **Informatização do Registo Criminal**, com impacto na modernização e simplificação dos procedimentos e processos, de registo e emissão dos cadastros criminais.
- **Alteração de Código de Processo Civil** como contributo para o combate á morosidade judicial.
- **Instalação em Outubro de 2020 do Tribunal de Pequenas Causas** da Comarca da Praia, comarca com maior pendencia processual.
- **Instalação dos Tribunais de Relação** de Barlavento e Sotavento, em Outubro de 2016.
- **Aprovação da Criação do Tribunal Judicial e Procuradoria da Comarca de S. Miguel** (em Setembro 2022) com impacto no

descongestionamento do Tribunal do Tarrafal e proximidade da Justiça à comunidade de S. Miguel.

- **Instalação do Departamento Central de Ação Penal da Praia,** Departamento do Contencioso do Estado, Departamento de Interesses Difusos, Departamento Central de Cooperação e Direito Comparado. Estes Departamentos permitem maior eficiência de resposta decorrente de investigação e ações específicas e especializadas.
- **Instalação do Tribunal de Execução de Penas e Medidas de Segurança** de Barlavento e Tribunal de Execução de Penas e Medidas de Segurança de Sotavento, instâncias especializadas para as questões de natureza de execução penal.
- **Foi efetuada a primeira alteração à Lei da inspeção judicial e do Ministério Público** de forma a possibilitar a colocação de mais quadros nesses departamentos e a especificação dos quesitos a serem avaliados e a quantificação dos mesmos. A Lei da Inspeção vai ser objeto de nova alteração para reforçar o funcionamento da inspeção da Magistratura Judicial e do Ministério Público.
- **Revisão da lei de Organização e Competências dos Tribunais** para definir objetivos processuais com impacto na produtividade dos Tribunais e na resolução de pendências.
- **Aprovação do Novo Estatuto do Pessoal do Oficial de Justiça** das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, que veio a permitir a adequação à revisão constitucional de 2010 como também estabelecer a avaliação de desempenho como um meio determinante para a promoção, baseando-se no mérito, promovendo o estímulo profissional e a produtividade no serviço.
- **Aprovação do regime jurídico dos sistemas de avaliação de desempenho, inspeção e classificação dos Oficiais de Justiça** das Secretarias Judiciais e do Ministério Público.

- **Novo Código de Processo Civil e Código de Processo de trabalho** serão aprovados. Prevêem a responsabilização das secretarias e dos magistrados, pela morosidade injustificada na tramitação processual.
- **Foram aumentados números de magistrados e oficiais de justiça** no Ministério Público e na Magistratura Judicial.
- **Mudança de modelo com a extinção das Casas do Direito**, passando a informação jurídica aos cidadãos a ser prestada através das câmaras municipais mediante protocolos celebrados com o MJ em que a CM contrata advogado, advogado estagiário ou jurista para a prestação da informação jurídica mediante uma contrapartida financeira vinculada a apresentação de um relatório e uma lista de pessoas atendidas por mês de forma a permitir a monitorização do cumprimento da parceria.
- **Em curso, a elaboração de manuais sobre temas específicos como a droga e ciber crime, tráfico de pessoas e corrupção**, formação de professores de ensino pré-escolar e básico obrigatório para trabalhar na temática dos Direitos Humanos na escola, abordagem dos Direitos Humanos nos diferentes produtos do programa Justiça e Paz Social no âmbito do PEDS II.
- **A assistência judiciária passou a ser prestada pela Ordem dos Advogados de Cabo Verde**, de uma forma estruturada e regulamentada.
- **Foram aumentados os valores da prestação a ser paga aos advogados por cada processo** e, em fases, de forma a que os processos sejam seguidos do princípio ao fim pelo mesmo advogado garantindo melhor seguimento e eficácia. O Governo aumentou de 17.500 contos para 42.000 contos, o montante anual para a assistência judiciária.
- **O Sistema foi dotado de uma plataforma informática de gestão financeira dos processos, ESAJ**, para gerir a assistência judiciária de

forma partilhada entre a Ordem dos Advogados e o Ministério da Justiça.

- **Os serviços de Informação Jurídica e Assistência Judiciária estão a sofrer alterações no âmbito da sua aplicação.** Na informação jurídica, um novo projeto voltado à comunidade, envolvendo Câmaras Municipais, Associações comunitárias e Universidades. Na assistência judiciária, um conjunto de ações que irá permitir uma melhoria da eficácia e qualidade dos serviços prestados aos beneficiários do regime de assistência judiciária e agilização do funcionamento do sistema que permite o acesso ao direito de assistência judiciária, com vista a permitir um melhor exercício dos direitos e cumprimento dos deveres legalmente estabelecidos.
- **O sistema de execução de penas foi objeto de reforma para colocar a ressocialização e a reinserção dos reclusos no centro do sistema de execução de penas.** Foi aprovado o Código das Sanções Penais Condenatórias, adaptando a execução penal à Constituição da República, assente na dignidade da pessoa humana como peça basilar do Estado de Direito e às convenções internacionais em relação ao respeito aos direitos humanos. Foi concebido e publicado um Plano Nacional de Reinserção Social, com previsão de execução anual num horizonte de 2019 a 2023, abrangendo os reclusos nos estabelecimentos prisionais e internos do Centro Orlando Pantera com ações de formação para a empregabilidade, capacitando também os Técnicos Sociais e Agentes de Segurança Prisional como promotores da reinserção do recluso.



Em implementação, o “Programa Justiça +”, que consiste num conjunto de medidas e ações a serem desenvolvidas pelo Ministério da Justiça em concertação com o Conselhos Superiores da Magistratura Judicial e do Ministério Público, nos próximos três anos, com a finalidade de promover a transformação da justiça, tornando-a mais célere, eficaz e próxima dos cidadãos, com a atuação em seis áreas: (1) Poder Judicial com foco na execução do Plano de Redução de Pendências do Conselho Superior do Ministério Público e Conselho Superior da Magistratura Judicial; (2) Reinserção Social e Recuperação; (3) instalação do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses; (4) revisão do Sistema de Informação Jurídica; (5) revisão da Assistência Judiciária; (6) Justiça Restaurativa – Mediação, mediante instalação do centro de mediação e arbitragem, aproveitando todas as suas valências para a resolução de litígios e controvérsias não excluídos por lei, reduzindo assim, a entrada dos processos nos tribunais.

A primeira fase da instalação Campus de Justiça foi executada, criando melhores condições para o desempenho da administração da justiça.

A nível dos Registos, Notariado e Identificação, um conjunto de medidas foram realizadas no período 2016/2021:

- Criação e implementação do Sistema de Informação do Registo Comercial (SIRC).
- Criação e implementação do Sistema de Informação do Registo Automóvel (SIRA).
- Criação e implementação do Sistema de Informação Criminal (SIC).
- Criação e implementação do Sistema de Informação do Notariado (SIN).
- Criação e implementação do Sistema de Informação do Registo Predial.
- Revisão dos códigos dos registos comercial e automóvel e sua respetiva implementação
- Alteração do Estatuto do Pessoal dos RNI com a nova tabela remuneratória.
- Melhorias das condições de instalações, informatização e equipamentos dos serviços.

Em curso e previstos:

- Implementação Assinatura Eletrónica qualificada e institucional.
- Implementação do serviço de documento online.
- Implementação do Balcão único de escrituras publicas nos Cartórios Notarias (interoperabilidade entre o Sistema de Informação Notarial, o Sistema de Informação Municipal e o Sistema de Informação do Registo Predial).

- Implementação da Plataforma Business Intelligence com o objetivo de fornecer informações estatísticas precisas e claras em tempo real para a gestão interna dos serviços e suporte a tomada de medidas com impacto na melhoria de ambiente de negócios e na adoção de medidas relacionadas com a natalidade.
- Formação em práticas de atendimento padronização e melhores práticas de atendimento e satisfação dos utentes.
- Digitalização de arquivos de nacionalidade na Conservatória do Registos Centrais: digitalizar todos os processos de nacionalidade desde 1976.
- Instalação do centro de digitalização dos arquivos dos bilhetes de identidades a nível nacional. Tem como objetivo a digitalização de todos os bilhetes de identidade emitidos no país até à emissão do CNI.
- Emissão e personalização do Documento Único de Automóvel (DUA) em modelo policarbonato, integrando do livrete e título de propriedade num único documento, bem como informações de Seguro Automóvel e Imposto de Circulação.
- Revisão do Regime Jurídico de Identificação Criminal.

RELAÇÕES EXTERNAS

Cabo Verde tem registado um grande dinamismo nas relações externas.

Foram reforçadas as relações de parceria e de cooperação com a União Europeia, o Sistema das Nações Unidas, EUA, Portugal, Luxemburgo, China, Japão e outros bilaterais. A participação de Cabo Verde na CPLP, CEDEAO e UA tem estado ativa, os SIDS têm ganho maior relevo nos fora

internacional. Várias ações de diplomacia económica têm sido desenvolvidas. Melhorias nas condições da carreira dos diplomatas foram asseguradas.



Relações com a União Europeia

A UE é o espaço económico, tecnológico e científico desenvolvido mais próximo de Cabo Verde em termos de localização e de intensidade de relações económicas. Cabo Verde tem uma relação de parceria estratégica com a UE e assenta os fundamentais da sua macroeconomia na paridade fixa do escudo face ao euro estabelecida em 1998 e reconhecida pela Ecofin. Cabo Verde construiu relações bilaterais privilegiadas com vários países europeus, em que pontua uma forte componente de cooperação para o desenvolvimento, atração de investimentos, comércio internacional e turismo.

Cabo Verde possui uma parceria especial com UE celebrado em 2007 como um forte instrumento de diálogo político e de cooperação, abrangendo os Pilares da Boa Governação, Segurança e Estabilidade; Integração Regional; Convergência Técnica e Normativa; Sociedade de Conhecimento; Luta contra a Pobreza e Desenvolvimento. Em 2017, três novos pilares foram integrados: Investimento, Crescimento e Emprego; Governança Marítima e Oceanos; e Reformas Institucionais.

Diversos instrumentos compõem a relação de cooperação com a UE:

- Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED).
- Apoio orçamental.
- Participação de CV nos Programas MAC e INTERREG a nível da Macaronésia.
- Parceria para a mobilidade. Foi melhorado o Acordo para a Mobilidade com a simplificação das regras relativas a vistos (redução da taxa de visto, possibilidade de obter um visto de entradas múltiplas com um período de validade mais longo e simplificação da lista de documentos comprovativos para a obtenção de vistos).
- Sistema de Preferências Generalizadas para a facilitação da entrada de produtos de Cabo Verde na UE através de isenção aduaneira concedida com base no cumprimento das normas internacionais de direitos humanos, direito laboral, boa governação e proteção do ambiente.
- Acordo de Pesca. O novo Acordo de Pesca, assinado em 2019, aumentou os benefícios ao país através de promoção de pesca responsável e sustentável com medidas de prevenção de sobrepesca; cooperação científica; apoio na melhoria da fiscalização dos navios de pesca (equipamentos técnicos); apoio ao desenvolvimento da pesca

em Cabo Verde; aumento da transferência monetária (a contrapartida financeira anual foi aumentada de 500 mil euros para 750 mil euros/ano).

- Segurança e Estabilidade. Plano de Ação para a Segurança e a Estabilidade, cuja implementação tem permitido desenvolver ações com apreciação positiva a nível da segurança marítima, particularmente na luta contra o tráfico de droga e contra a pesca ilegal na África Ocidental e na implementação da Estratégia da UE para o Golfo da Guiné. O combate ao cybercrime passou a ser um domínio importante da cooperação para a segurança com a adoção de legislação nacional convergente com o direito internacional, como a Convenção de Budapeste sobre a Cibercriminalidade.

O objetivo atual é elevar a parceria especial com a UE para parceria estratégica com foco nas relações económicas, na segurança e estabilidade e no desenvolvimento sustentável, com destaque para a ação climática, a transição energética, a economia digital, a economia azul, a inclusão social para a eliminação da pobreza extrema e desenvolvimento da igualdade e equidade de género e a coesão territorial.

A nível bilateral, papel de destaque para Portugal nos programas estratégicos de cooperação, emissão de turistas e investimento direto estrangeiro para Cabo Verde; Luxemburgo nos programas indicativos de cooperação; e Espanha no investimento direto estrangeiro para Cabo Verde.



Relações com o Sistema das Nações Unidas

O Sistema das Nações Unidas contribuiu muito positivamente para o processo de desenvolvimento de Cabo Verde, nomeadamente através do seu forte engajamento com os ODS e a Agenda 2030 e da ação junto dos parceiros multilaterais e bilaterais para o financiamento do PEDS.

Destaque para a mobilização de financiamentos para programas de desenvolvimento, para a inclusão de Cabo Verde como país piloto do INFF (Quadro de Financiamento Nacional Integrado) do qual se espera maiores benefícios para o financiamento do Programa do UNSDCF 2023 – 2027 e para a integração no Painel de Alto Nível sobre o Índice de Vulnerabilidade Multidimensional (MVI- *Multidimensional Vulnerability Index*) que considera as vulnerabilidades dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS).



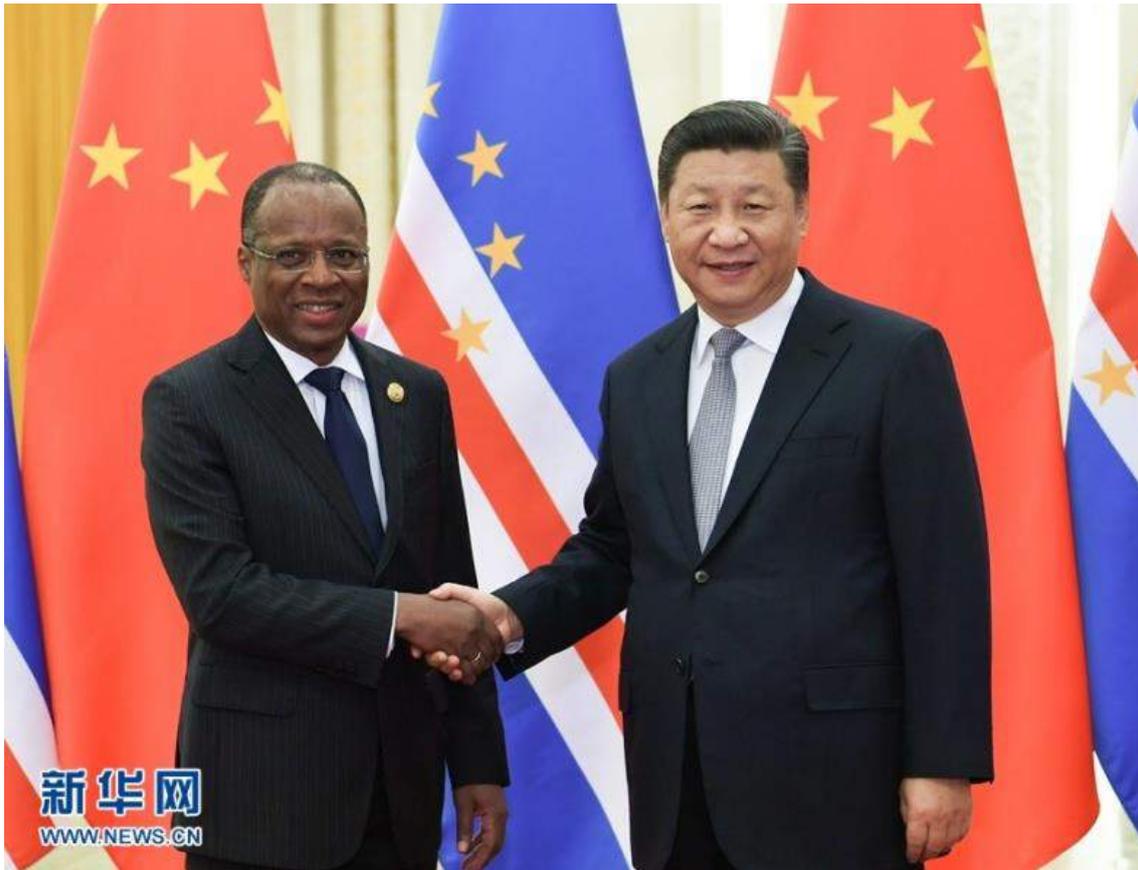
Relações com os EUA

Cabo Verde tem relações seculares com os Estados Unidos da América, onde reside a maior comunidade cabo-verdiana da diáspora.

Diversas ações foram desenvolvidas no quadro das relações de cooperação e do diálogo político-diplomático:

- Reforço da cooperação nos domínios da defesa e da segurança. o SOFA (Status of Forces Agreement), assinado em setembro de 2017.
- III Diálogo de Parceria Bilateral entre os dois países que teve lugar em março de 2021, onde as Partes acordaram focalizar a cooperação em quatro segmentos: (i) Crescimento Económico e Prosperidade; (ii) Educação e Parcerias universitárias; (iii) Defesa e Segurança; (iv) Partilha de Informações e Segurança nas Fronteiras.

- Processo negocial em fase de finalização, aguardando assinatura, do Memorandum de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Defesa e a escolha de New Hampshire como Estado de concentração da Parceria com Cabo Verde no domínio da Defesa (State Partnership Program – SPP).
- Assinatura do Acordo FATCA (*Foreign Account Tax Compliance Act*) em março de 2021, para reforçar o cumprimento fiscal e combater a evasão fiscal.
- Em curso, ações com vista ao regresso do Corpo da Paz a Cabo Verde.
- Importante decisão do governo Americano de construir novas instalações da embaixada dos EUA na Cidade da Praia.
- Parcerias universitárias com a *Bridgewater State University* e *Bridgewater State College* que devem ser estendidas a outras instituições universitárias americanas.



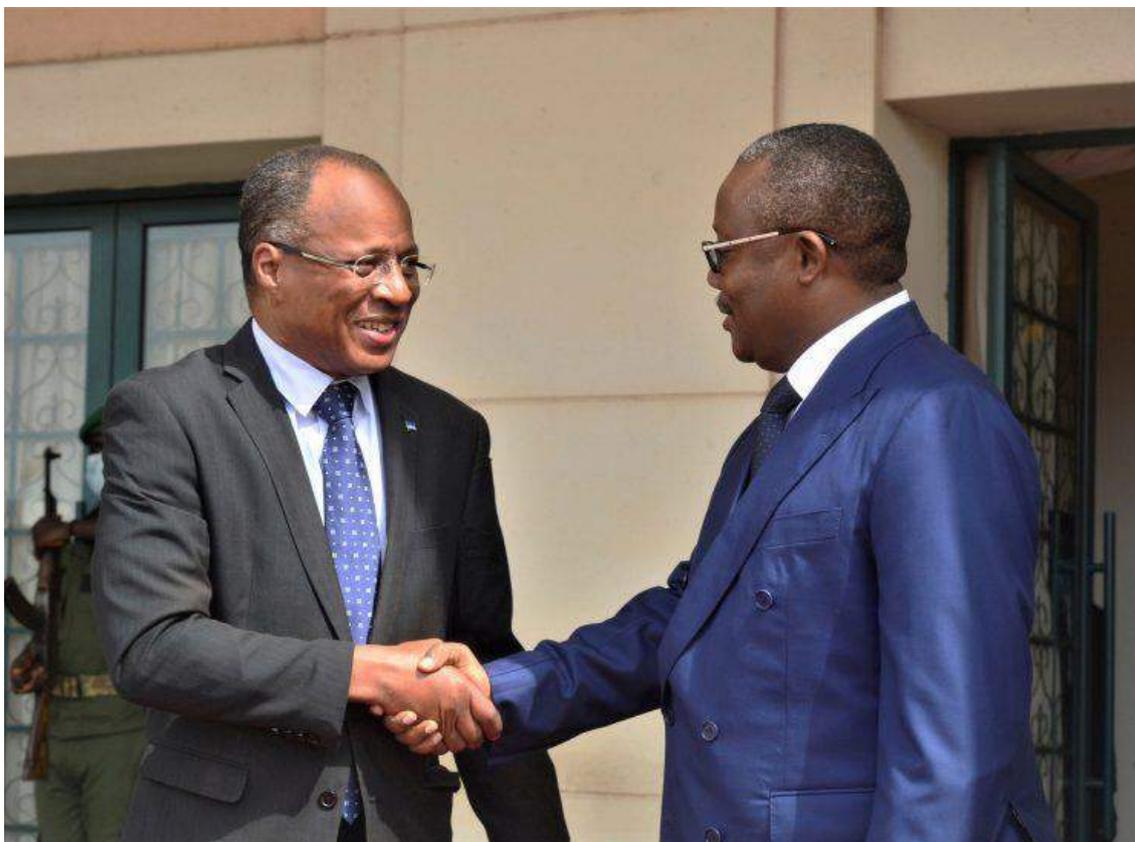
Relações com a China

Cabo Verde tem relações antigas com a República Popular da China assentes na estabilidade, na previsibilidade e no respeito pelo princípio de *uma só China*.

A cooperação para o desenvolvimento com a China tem sido dinâmica, tendo como ponto alto a construção e a inauguração do Campus Universitário da UNICV em Palmarejo. Prevista a construção da nova maternidade e pediatria do Hospital Batista de Sousa em S. Vicente.

Cooperação será reforçada com destaque para a Educação, a Saúde e Infraestruturas, bem como a constância do diálogo-político-diplomático,

quer no plano bilateral quer no multilateral, designadamente no âmbito da FOCAC.



Integração na CEDEAO e UA

A integração regional de CV na CEDEAO deve salvaguardar as especificidades de um país pequeno e arquipelágico, com um perfil de economia diferente dos países do Continente e a preservação da identidade, segurança, paz social e estabilidade económica. O mercado da CEDEAO deve ser transformado numa oportunidade para as empresas cabo-verdianas, numa oportunidade para o País desempenhar um papel ativo de intermediação económica, comercial e financeira com os países da Africa Ocidental.

Pela primeira vez, Cabo Verde tem um Ministro com a pasta de integração regional.

Cabo Verde aumentou a participação nas Cimeiras e nas reuniões estatutárias da CEDEAO.

Foi criada e instalada a Embaixada de Cabo Verde em Abuja, com Embaixador residente.

Cabo Verde dispõe de um Comissário na Comissão da CEDEAO, um juiz no Tribunal de Justiça da CEDEAO, um Administrador para o BIDC – Banco de Investimento e Desenvolvimento da CEDEAO e um Representante Permanente da CEDEAO em Guiné Conacry.

Um estudo para Atendimento das Especificidades de Cabo Verde nas instâncias da CEDEAO enquanto pequeno Estado Insular, ao abrigo do artigo 68 do Tratado de Abuja revisto, foi realizado e socializado.

Em curso, realização de abordagens específicas junto de alguns parceiros de CV com vista a resolução da dívida acumulada por Cabo Verde perante a CEDEAO e negociações com a própria CEDEAO no quadro das especificidades do país.

Assinatura e ratificação de instrumentos estratégicos para Africa e para Cabo Verde: Acordo de Livre Comércio Continental Africano e Mercado Único de Transportes aéreos Africanos.

Cabo Verde abriu embaixada em Rabat e um consulado em Dakhla, elevando as relações com o Reino de Marrocos.



CPLP

Cabo Verde tem tido um papel ativo na CPLP com a perspetiva de desenvolvimento da Comunidade como espaço de valores partilhados da liberdade, do respeito pelos direitos humanos, do primado da lei e da coesão social; potencialização do valor económico da língua portuguesa numa perspetiva estratégica; mobilidade e circulação dos cidadãos entre os países da CPLP; mobilidade da cultura; e uma agenda para o comércio, o investimento, o conhecimento e a tecnologia.

Cabo Verde assumiu a presidência rotativa/*pro tempore* da CPLP na cimeira do Sal (julho 2018), sob o lema «As Pessoas, a Cultura e os Oceanos», com enfoque na problemática da mobilidade no espaço CPLP. Foi unânime o reconhecimento do trabalho positivo realizado por Cabo Verde durante o

biénio que culminou com a assinatura do Acordo de Mobilidade no âmbito da CPLP em que Cabo Verde já ratificou, esperando-se, para breve, que a livre circulação seja uma realidade entre os países da Comunidade.

Para a concretização do Acordo de Mobilidade, o Governo aprovou e enviou ao Parlamento uma proposta de Lei que altera o regime jurídico de entrada, permanência, saída e expulsão de estrangeiros do território cabo-verdiano, para incorporar as disposições normativas do Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados-Membros da CPLP.

A nível bilateral, pela primeira vez, Cabo Verde tem embaixador em STP e na Guiné Bissau. Depois de vários anos de tentativas, foi concretizada a isenção de vistos de cidadãos cabo-verdianos para Angola. Relações económicas e de cooperação em matéria de formação e de Defesa com o Brasil foram reforçadas.



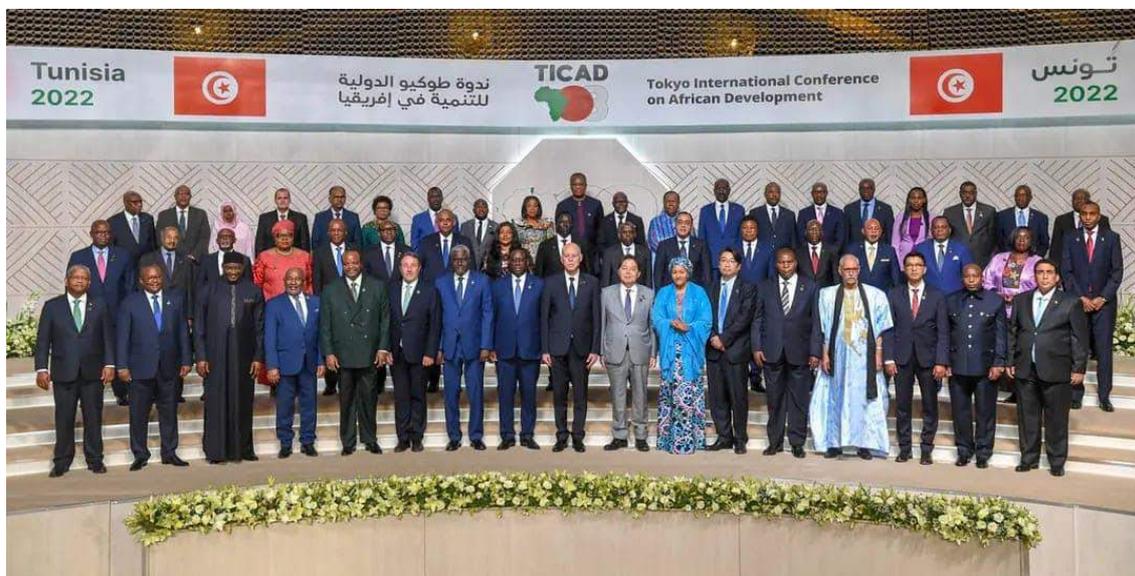
SIDS

No grupo dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), Cabo Verde tem dado o seu contributo para o reconhecimento das especificidades territoriais, demográficas e económicas dos países que integram os SIDS, nomeadamente as suas vulnerabilidades estruturais ambientais, climáticas e económicas e forte exposição a choques externos.

Cabo Verde integra o Painel de Alto Nível sobre o Índice de Vulnerabilidade Multidimensional, importante instrumento para os SIDS em matéria de financiamento do desenvolvimento.

Em curso a elaboração de uma Estratégia Nacional SIDS. O objetivo é atribuir atenção particular à problemática de país insular, em estreita parceria

com o Sistema das Nações Unidas e o Grupo dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, mediante a institucionalização de um Fórum Económico e Social.



Diplomacia económica

Foi duplicado o numero de países com os quais Cabo Verde assinou acordos económicos (Acordo de Proteção de Investimentos e Acordos para evitar a dupla tributação). Acordos para evitar a Dupla Tributação e Evasão Fiscal celebrados com Angola, Espanha, Guine Bissau, Guine Equatorial, São Tome e Príncipe, Portugal, Senegal, Região Administrativa Especial de Macau e Maurícias. Luxemburgo (negociado e rubricado), Marrocos (negociado); Emirados Árabes Unidos (para a negociação e assinatura), Singapura (negociado e rubricado em 2018). Acordos de promoção e proteção de investimentos assinados com Alemanha, Angola, Costa do Marfim, Cuba, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Hungria, Macau, Maurícias, Portugal, São Tomé e Príncipe, Senegal. Iniciadas negociações com Espanha, Emirados Árabes Unidos, Turquia, República Checa e Brasil.

Cabo Verde está alinhado com as melhores práticas a nível internacional em matéria de transparência fiscal com a adesão à Convenção relativa à Assistência Administrativa Mútua em Matéria Fiscal (OCDE), o que resultou na retirada de Cabo Verde da lista negra da UE de países não cooperantes em matéria fiscal; assinatura do Acordo FATCA (*Foreign Account Tax Compliance Act*) em Março de 2021 para reforçar o cumprimento fiscal e combater a evasão fiscal em relação a rendimentos ou outros ganhos de investimentos efetuados fora dos EUA.

Graças a uma diplomacia ativa, Cabo Verde organizou e sediou importantes eventos internacionais, com destaque para VI Fórum Mundial de Desenvolvimento Local, 16ª Reunião do Comité Ministerial do GIABA, 1ª Conferência Ministerial do Grupo dos Estados Insulares Africanos + Madagáscar, 1º Congresso da Economia Social e Solidária dos Países Lusófonos e da Cooperação Sul-Sul, 3º Encontro de Alto Nível da AIR CENTER, 1ª Conferência Internacional do Cabo Verde Ocean Week, Simpósio África Endeavor 2018 em parceria com o governo dos Estados Unidos da América, 1º Fórum Internacional do WASAG, 2º Fórum Africano de Saúde da OMS, 1ª Conferência Ministerial para o Turismo e Transportes Aéreos em África (Gov CV/ICAO/OMT), 1ª edição da Africa Youth Cup de futebol, em Abril de 2019, Jogos Africanos de Praia - Sal 2019, o maior acontecimento desportivo de sempre no país e o primeiro a nível continental, final do Campeonato Africano de Clubes em Andebol feminino em Outubro de 2019, Campeonato Africano das Nações em Andebol Feminino em Outubro 2024. Cabo Verde acolherá, em 2023, a próxima edição do Volvo Ocean Race, em São Vicente.

A nova orgânica do MNECIR adota um novo paradigma na diplomacia cabo-verdiana com acento tónico na diplomacia económica, virada para a atracção do IDE.



Melhoria de condições da Carreira Diplomática

Várias medidas foram tomadas para a melhoria de condições da Carreira Diplomática:

- **Regularização de pendências de promoção** encontradas em 2016. Desbloqueio das promoções e progressões dos funcionários da Carreira Diplomática, valorizando e dignificando a classe, contribuindo para a sua autoestima e, complementarmente, para a melhoria da situação remuneratória dos diplomatas.

- **Reforço da mobilidade cíclica dos diplomatas**, contribuindo para uma gradual estabilização da gestão dos recursos humanos da instituição.
- **Esforço de recrutamento de novos diplomatas** (concurso aberto) e funcionários do quadro técnico e administrativo (mobilidade interna da AP).
- **Revisão do Estatuto dos Diplomatas** com valorização e aumento da atratividade da carreira; reforço das medidas visando a segurança pessoal do funcionário e do seu agregado familiar; medidas de reforço da especialização e conseqüentemente, da qualidade técnica de determinadas vertentes da prestação da diplomacia nacional; introdução de limitação do número de embaixadores não de carreira diplomática.
- **Criação e institucionalização do Dia da Diplomacia Caboverdiana.**

Estão previstas:

- Elaboração da Estratégia Nacional de Política Externa.
- Elaboração da Lei de Bases do Sistema Nacional de Política Externa.
- Desenvolvimento de uma estratégia de articulação e de coordenação nacional da diplomacia económica, envolvendo a CVTI e as Missões Diplomáticas no Exterior.
- Criação de uma Estrutura Nacional de Coordenação e articulação da Diplomacia Económica.
- Elaboração de um mecanismo para o reforço do sistema nacional de mobilização de recursos externos.

- Continuidade das ações para assinatura de acordos económicos bilaterais, de acordos de isenção de vistos, de acordos aéreos, segurança social e de reconhecimento de cartas de condução com os países parceiros de CV e de acolhimento das nossas comunidades;
- Instalação do Instituto Diplomático, como plataforma de produção de estudos e literatura em matéria de política externa.



COMUNIDADES CABO-VERDIANAS EMIGRADAS

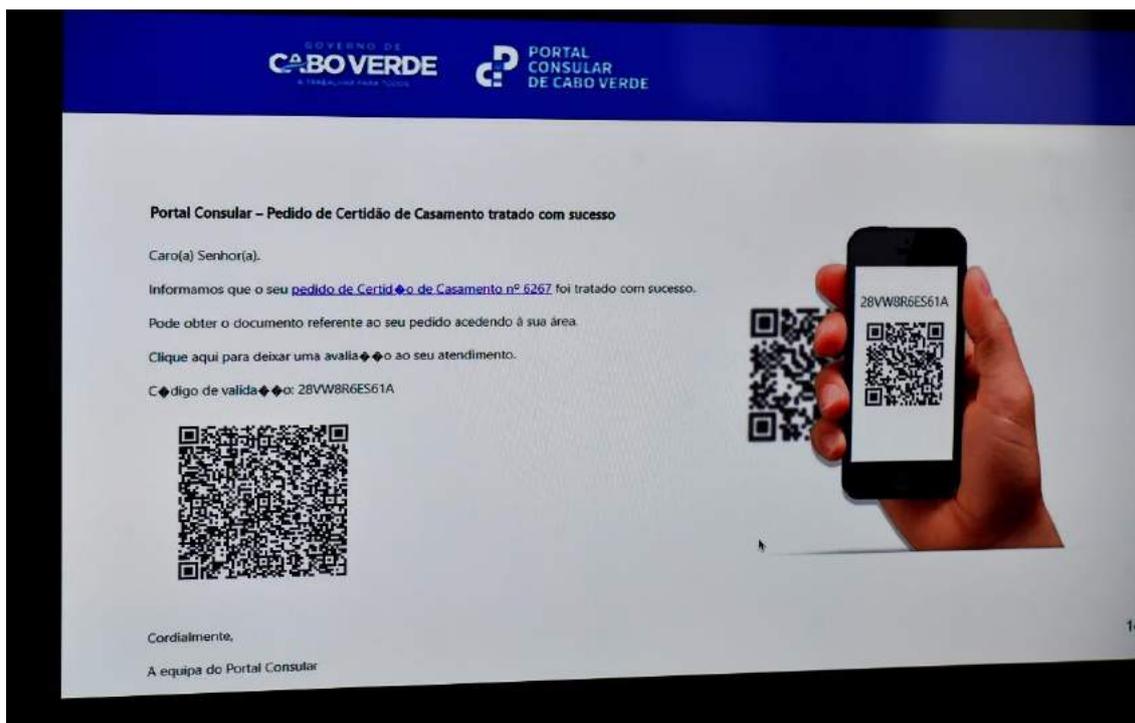
As comunidades cabo-verdiana emigradas têm hoje maior centralidade nas políticas públicas.

Os serviços consulares têm melhor qualidade de prestação de serviços, ações foram desenvolvidas visando melhor integração dos cabo-verdianos em alguns países, pensão social de idosos foi duplicada e políticas e medidas de

atração de conhecimento, competências especializadas e de investimento produtivo têm sido implementadas.

Serviços de melhor qualidade e mais próximos A política de melhor integração das comunidades emigradas na nação cabo-verdiana permitiu melhorar de forma significativa o atendimento nas Embaixadas e nos Consulados-Gerais. Foi concebido e executado um Projeto de Transformação Digital para a Diáspora com resultados, particularmente em Lisboa, Paris, Nice e Boston, prevendo-se abarcar todos os outros serviços consulares. O Portal Consular trouxe manifestamente ganhos consideráveis, sobretudo no tocante ao tempo de espera e há uma apreciação positiva por parte dos utentes e utilizadores de serviço:

- o tempo médio de espera para atendimento no Consulado em Lisboa era, em 2017, superior a 4 horas. Hoje o tempo médio de espera é de 30 minutos e o tempo médio de atendimento é de 6 minutos.
- como resultado do sistema de gestão de marcação de atendimentos e da redução do tempo de espera e de atendimento, deixaram de existir, no Consulado de Lisboa, filas de espera que iam desde às 6h00 da manhã, prolongando-se até às 13h e 14h da tarde.
- o tempo máximo de espera para um passaporte, que em 2017 era de 7 a 8 meses, passou para 10 dias. Em todos os consulados na diáspora, passaportes e CNI são emitidos e renovados em tempo médio de 10 dias úteis, para pedidos em regime normal; e em tempo médio de 3 dias úteis em regime de urgência. e urgência, 3 dias úteis.
- uma validação/renovação da carta de condução que era obtida entre 4 a 6 meses, hoje o serviço é prestado na hora e ao balcão.
- uma transcrição de registos que demorava 6 a 8 meses, atualmente demora 7 dias.



Portal Consular Digital presta serviços de emissão/renovação de Passaporte e CNI; emissão de documentos eletrónicos de transcrições de nascimento, casamento, óbito e perfilhação; pedidos de nacionalidade; certificados de emigrante; certificados de regresso definitivo; registo criminal; certidões de nascimento, casamento e óbito; certificado de vida e identidade; renovação de carta de condução; certificado de autenticidade de carta de condução.

Em fase de implementação, vários documentos eletrónicos: procuração online, com assinaturas à distância; reconhecimento de assinaturas e autenticação de documentos à distância; registo criminal na hora (automático) e com versão multilingue; certidões de registo civil multilingue e automático para cidadãos com autenticação segura nos portais; título de viagem; apostilas eletrónicas e entrega domiciliária em formato físico sempre que se mostrar necessário.



Criação de Consulado em Nice. Para atender as necessidades das comunidades residentes no Sul e sudeste da França, foi criado e instalado o Consulado Geral de CV em Nice.

Balcão Único de Atendimento no MNECIR. Foi instalado um balcão único de atendimento personalizado para as comunidades emigradas, sediado no Palácio das Comunidades e que visa a prestação de um serviço de qualidade aos Emigrantes Cabo-Verdianos. O balcão acolhe diariamente dezenas de Utentes e presta serviço como: autenticação de documentos, apostilas, emissão de assentos e registos criminais, processo de funeral e informações aos emigrantes.

Portal das Comunidades. Em curso, desenvolvimento de Plataforma Digital das Comunidades que permitirá encurtar distâncias, melhorar a prestação de serviços, aumentar a celeridade nas respostas e resolver os problemas estruturais que afetam o normal relacionamento entre o país e a

sua diáspora, facilitando e potenciando o desenvolvimento económico de Cabo Verde. Tem como objetivos: (1) divulgar os instrumentos de atuação do Governo nas matérias relacionadas com o regresso e integração em Cabo Verde; (2) promover e divulgar ações de carácter económico, cultural, educativo e desportivo e iniciativas de institutos e centros difusores de cultura cabo-verdiana no território nacional e no estrangeiro; (3) promover e divulgar ações de apoio social e económico aos emigrantes e descendentes, destinadas a facilitar o seu regresso ou a reintegração na vida ativa, e facilitar o seu contato com serviços públicos; (4) criar as condições para incentivar os cabo-verdianos e descendentes residentes no exterior no desenvolvimento de projetos direcionados para o empreendedorismo e a criação de negócios ou empresas em Cabo Verde; (5) permitir a interação dinâmica com as comunidades cabo-verdianas no exterior e descendentes; (6) promover a divulgação de informação consular, dentro e fora do país.

Melhor integração da comunidade cabo-verdiana em Portugal Desde 2017, o governo português tomou um conjunto de medidas abrangentes para os estrangeiros e com impacto positivo para as comunidades cabo-verdianas: (1) o regime jurídico dos estrangeiros que proibiu a expulsão de estrangeiros nascidos em PT e residentes em PT; (2) várias alterações à lei da nacionalidade e de autorização de residência; (3) mudança substancial na atribuição de vistos para os estudantes com a dispensa da prova de meios de subsistência, quando admitido em instituição de ensino superior. Trata-se de um quadro institucional mais favorável à integração das nossas comunidades em Portugal, país onde se estima viverem 260.000 cabo-verdianos (1ª e 2ª geração) e, em relação ao qual a diplomacia cabo-verdiana teve um papel de relevo.



Regularização de cabo-verdianos em STP e Angola A diplomacia dirigida às comunidades contribuiu para a regularização de milhares de cabo-verdianos em São Tomé e Príncipe e em Angola, a colocação pela primeira vez de um embaixador de Cabo Verde em STP e a abertura e o funcionamento da primeira embaixada de Cabo Verde na Guiné Bissau para servir mais de 40.000 cabo-verdianos e descendentes.

Duplicação do valor da pensão de idosos. Foi duplicado, em 2019, o valor da pensão concedida às comunidades emigradas em situação de vulnerabilidade em São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Senegal. Em São Tomé e Príncipe, a pensão passou de 20 EUR para 40,81 EUR mensal. Em Angola, passou de 20 USD para 40 USD mensal. Em Moçambique, passou de 22 USD para 44 USD mensal. Em Guiné-Bissau e Senegal, a pensão passou de 17 EUR para 34 EUR mensal.

Foi lançado um Programa de regularização e facilitação na aquisição de Nacionalidade Cabo-verdiana nas Comunidades Emigradas e descendentes.

Integração das comunidades cabo-verdianas no exterior e a problemática da deportação sob o prisma da prevenção e inclusão. Foi negociado com êxito, em 2017, um memorando de entendimento com os Estados Unidos da América. Consultas político-diplomáticas com os países amigos da União Europeia têm sido desenvolvidas para uma mais eficaz e eficiente gestão da problemática que tem que ver com a deportação de cabo-verdianos em situação de conflito com a lei desses países.

Diáspora como um elemento-chave da economia do conhecimento e do investimento. Foi criada a Gala Diáspora de Sucesso com objetivo de destacar e evidenciar cabo-verdianos da diáspora bem-sucedidos nos países de acolhimento na ciência, inovação, no mundo empresarial e académico, na política, nas artes e cultura, no desporto e nas diversas profissões, reforçar laços com o país, atrair capacidades e competências a favor do desenvolvimento do país e aumentar a notoriedade de Cabo Verde e dos seus talentos. A primeira e a segunda edições tiveram lugar em Boston (para as Américas) e em Lisboa (para a Europa) e a terceira em Senegal (para a África). Devido a pandemia da COVID 19 e à situação de crise provocada pela Guerra na Ucrânia as edições de 2020, 2021 e 2022 não foram realizadas.

O I Fórum da Saúde Nacional e da Diáspora, agendado para Abril de 2020, teve que ser adiado por causa da pandemia da COVID. Será realizado em 2023. É uma iniciativa para aproveitar a disponibilidade de quadros da diáspora altamente qualificados no setor da saúde para a transferência de conhecimentos e intervenções no Serviço Nacional de Saúde de Cabo Verde.

Outras áreas como a economia digital estão no centro do interesse e das prioridades na relação com as elites do conhecimento e empreendedores nas comunidades emigradas.

A valorização e preservação das manifestações culturais junto da diáspora e a difusão da cultura cabo-verdiana nos países de acolhimento e naqueles com os quais Cabo Verde mantém laços históricos de amizade, é uma prioridade da política para as comunidades. Foi criado e concretizado o primeiro centro cultural de Cabo Verde na Europa, em Lisboa, uma iniciativa marcante para o aumento da notoriedade artística e cultural de Cabo Verde.

Na música, artes e cultura e no desporto, a diáspora amplifica o território nacional e o conceito da nação cabo-verdiana.

Foi aprovado o Estatuto de Investidor Emigrante para atrair o investimento dos emigrantes. Uma ampla divulgação dos procedimentos e dos incentivos vai ser realizada a par de mecanismos eficientes de atendimento e de informação, no país e nos países de residência das comunidades.

Um Novo Modelo de Gestão de Pequenas Encomendas foi criado e está em implementação. Permite reduzir o tempo e o custo e aumentar a segurança do desembaraço aduaneiro das remessas dos emigrantes.

Foi reaberto o serviço de Alfândegas em Assomada, Santa Catarina, com impacto positivo sobre o comércio e as remessas dos emigrantes.



São prioridades para 2022/2026:

- Aprofundar o conhecimento sobre a Diáspora com o apoio da OMI.
- Melhorar a qualidade de serviço público às comunidades emigradas enquadrada no programa de transformação digital e modernização da Administração Pública.
- Melhorar a conectividade funcional do país com a Diáspora.
- Acelerar os mecanismos de atração de investimentos das comunidades emigradas, promover e incentivar as relações económicas e empresariais da diáspora com o país e melhorar o aproveitamento das oportunidades económicas existentes em Cabo Verde.
- Fomentar a participação das comunidades emigradas no sistema político cabo-verdiano.
- Promover a identidade cabo-verdiana, a integração no país de acolhimento e o movimento associativo nas comunidades cabo-verdianas no exterior.

- Fomentar a participação de cientistas e investigadores da Diáspora no processo do desenvolvimento da ciência em Cabo Verde.

ⁱ Relatório de Desenvolvimento Humano, 2022 (PNDU).

ii BM – Banco Mundial

iii FMI – Fundo Monetário Internacional

iv BM

v Taxa de pobreza. INE – Inquérito Multi Objetivos. Em 2015 a taxa da pobreza era de 35,2%

vi Relatório BM “Cabo Verde Update 2022”

vii Relatório de Estabilidade Financeira do BCV, referente a 2020, destaca a boa saúde dos bancos locais que apresentam uma relativa liquidez e uma situação confortável dos indicadores de solidez.

viii Setor privado é o principal investidor e empregador (79% da Formação Bruta de Capital Fixo e cerca de 41% do emprego em 2019)

ix RSO é uma prestação mensal de 10.000\$, correspondente a 50% do salário mensal dos trabalhadores por conta própria inscritos no INPS, dirigido a: (a) trabalhadores REMPE; (b) trabalhadores por conta própria do sector informal; (c) trabalhadores das empresas privadas não inscritos no REMPE; (d) trabalhadores dos jardins infantis e creches privados não inscritos no INPS; (e) foi alargado aos trabalhadores domésticos.

x Governo criou em 2017 a Política Nacional de Cuidados que garante o acesso de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade a serviços de cuidados (em creches, centros de idosos, assistência domiciliária) a crianças, idosos e pessoas com deficiência. Em consequência, aumentou-se o número de creches, centros de idosos e melhoram as condições de acolhimento. Abriu-se uma nova possibilidade laboral com a aprovação e formação de Cuidadores de Infância e Cuidadores da Pessoa com dependência (Idosos e pessoas com deficiência). Tem um impacto positivo nas mulheres libertando-as das tarefas de cuidados para a atividade produtiva.

xi Resolução nº28/2022 de 25 de março (amortece aumento de preços dos combustíveis).

xii metodologia designada *Cadre Harmonisé*, constitui uma ferramenta federativa de classificação da severidade da insegurança alimentar e nutricional aguda, baseada numa escala internacional.

xiii *Insegurança Alimentar Grave*: quando uma pessoa é forçada a ficar sem comer durante um dia ou mais, devido a falta de dinheiro ou outros recursos. *Insegurança Alimentar Moderada*: quando uma pessoa é forçada a ter uma dieta de baixa qualidade e variedade ou começa a reduzir as quantidades ou a saltar as refeições devido a falta de dinheiro ou outros recursos.

^{xiv} Regularização de pendentes e implementação de estatutos profissionais, com destaque para a carreira médica e de enfermagem, professores, cozinheiras da FICASE, PJ e PN, Pessoal Militar, Diplomatas e contratados locais, Direção Nacional de Receitas, IEFP. Impacto 2016 a 2023 = 3 milhões de contos.

^{xv} Indicadores do setor financeiro:

	2019	2020	2021
Setor bancário			
Solvabilidade	17,7	19,4	21,4
Crédito em incumprimento	10,4	9,5	8,1
Rentabilidade dos ativos	1,2	1,1	1,3
Rentab. capitais próprios	16,6	13,3	13,3
Ativo líq./Passivo cp	28,3	29,9	30,5
Mercado de capitais			
Capitalização bolsista/PIB	39,1	49,1	50,5
Setor segurador			
Rácio de solvencia	364,9	450,6	401,8
Cobertura provisões técnicas	127,2	128,5	128,0

Fonte: Relatório do Estado da Economia 2021, BCV

^{xvi} Rega gota a gota:

- Subvenção: 110 mil c
- Até Jun/2022: 560 projetos co-financiados pelo Gov
- Área irrigada: 27 para 43%.

^{xvii} Em 2019, a Pensão Social para idosos foi aumentada de 5.000\$ para 6.000\$ mensais. O número de beneficiários foi aumentado para 22.681 pensionistas. Foi duplicada a pensão aos pensionistas das Comunidades Emigradas, que regista 1.283 pensionistas. Os pensionistas do regime contributivo beneficiam da assistência medicamentosa (plafond anual de 3.750\$00) e de subsídio funeral no valor de 7.000\$00. O *plafond* anual para aquisição de medicamentos nas farmácias privadas foi aumentado 50% (de 2.500\$ para 3.750\$) e a cobertura foi alargada a 23.000 beneficiários (2019). O sistema de evacuações para Portugal de doentes do regime não contributivo foi melhorado significativamente: o pagamento dos subsídios que os doentes evacuados e acompanhantes têm direito, passou

a cobrir 30 dias (até 2015 cobria apenas 17 dias); foi resolvida a questão do alojamento dos doentes e acompanhantes em tratamento em Portugal (atualmente, são alojados em casas ou apartamentos com melhores condições de habitabilidade).